

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

CLAUDIA CAROLINE DELEFRATE PEREIRA

**SERVIÇO SOCIAL E TRABALHO: UMA ANÁLISE DO
PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO
SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO
MINEIRO (UFTM)**

FRANCA
2019

CLAUDIA CAROLINE DELEFRATE PEREIRA

**SERVIÇO SOCIAL E TRABALHO: UMA ANÁLISE DO
PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO
SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO
MINEIRO (UFTM)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Área de concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociedade

Orientadora: Profa. Dra. Maria José de Oliveira Lima.

**FRANCA
2019**

P436s Pereira, Claudia Caroline Delefrate
Serviço social e trabalho: : uma análise do processo de
formação profissional em serviço social da universidade federal
do triângulo mineiro (uftm) / Claudia Caroline Delefrate Pereira.
-- Franca, 2019
207 p. : tabs.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista
(Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca
Orientadora: Maria José de Oliveira Lima

1. Serviço Social. 2. Trabalho. 3. Formação Profissional. I.
Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

CLAUDIA CAROLINE DELEFRATE PEREIRA

**SERVIÇO SOCIAL E TRABALHO: UMA ANÁLISE DO
PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO
SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO
MINEIRO (UFTM)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Área de concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociedade.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____

Profa. Dra. Maria José de Oliveira Lima

1º Examinador(a): _____

Profa. Dra. Marta Regina Farinelli (UFTM)

2º Examinador(a): _____

Profa. Dra. Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira (FCHS-UNESP)

Franca, 29 de abril de 2019

*Dedico este trabalho aos meus pais, Bitencourt
Claudio e
Cenilia, que sempre me colocaram
em primeiro lugar em suas
vidas! Amo
vocês!*

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus pela Divina Providência e, a Nossa Senhora por segurar minha mão todos os dias de minha vida.

Agradeço, em especial, aos meus pais, Bitencourt Claudio e Cenilia, minha eterna gratidão à vocês por ser meu porto seguro e me sustentar. Meu profundo agradecimento pela compreensão das minhas ausências, pela preocupação diária e por viver e sonhar comigo com todo amor os meus sonhos.

Gratidão à memória de minhas avós Dejanira e Luzia, que não puderam me ver chegar até aqui nessa existência terrena, mas que me guiam com um profundo amor, força, dedicação, esperança e alegria. Minha saudade eterna e o conforto e a certeza do nosso reencontro.

Agradeço ao meu namorado, José Renato, pela gentileza do cuidado e momentos vividos, pela compreensão das ausências, pelo sonho que compartilhou comigo mesmo de tão longe e, que apesar da distância física, sempre se faz presente, me acompanhando e incentivando. Obrigado por me ensinar o valor do amor e, do perdão.

Agradeço à minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Maria José de Oliveira Lima, pela acolhida sempre com muito carinho e dedicação, disponibilidade e incentivo. Agradeço ainda as críticas construtivas, as discussões e reflexões compartilhadas a cada orientação.

Agradeço a colaboração dos professores do Programa da Pós, pela paciência e simpatia e disponibilidade demonstrados, sejam eles em contatos diários ou por vezes em eventos, considero todos fundamentais para o caminhar dessa pesquisa.

Agradeço à banca examinadora, Prof.^a Dr.^a Cirlene, pelas grandes contribuições desde o Exame de Qualificação e, a Prof. Dr.^a Marta pelo carinho desde a graduação.

Agradeço a equipe do Órgão Gestor da Secretaria do Bem Estar e Integração Social de Ituverava, pela compreensão da minha busca pelo espaço do mestrado. Agradeço em especial a equipe do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Ituverava, pelo apoio, suporte, compreensão e, sobretudo por compartilhar do desejo de não nos acomodarmos diante destes tempos de opressão. Obrigada especial a Raiana e Caio pela ajuda e disponibilidade de me socorrer frequentemente nas idas e vindas de Franca.

Aos amigos e amigas da Turma V de Serviço Social da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), amigos fraternos e companheiros para todas as horas.

Agradeço a Prof.^a Dr.^a Celeste, orientadora, e amiga, que soube acolher e me

motivar mesmo à distância.

Agradeço aos amigos colegas do mestrado pela acolhida e pelo carinho no início da caminhada desse processo, pela companhia as viagens para Franca e, por toda a troca de experiências.

Muito obrigada as minhas famílias extensas, principalmente, a família do José Renato e, as famílias de meus amigos que me acolheram e acolhem com tanto carinho.

Agradeço, de forma geral, a todas as pessoas que contribuíram e que compartilharam do sonho acadêmico comigo, ao longo de muitos anos.

Encaminho para finalizar esse esboço de alguns fragmentos de minha vida pessoal e profissional, que por vezes me parece tão imbrincada, agradecendo a todos que guardo com carinho as lembranças para aqueles que já estiveram fisicamente mais presentes e, aqueles que me acompanham nessa rotina de estudos e trabalhos que em nenhum momento me desamparam na busca do meu crescimento e amadurecimento.

Escrever é fácil. Você começa
com uma letra maiúscula
e termina com um ponto
final. No meio
você coloca
ideias.
Pablo
Neruda

PEREIRA, Claudia Caroline Delefrate. Serviço Social e Trabalho: uma análise do processo de formação profissional em Serviço Social da Universidade Federal Do Triângulo Mineiro (UFTM). 2019. 206 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2019.

RESUMO

Esta pesquisa tem como tema central Trabalho e Serviço Social. O estudo se orienta a partir da análise da apreensão da categoria Trabalho pelos egressos do curso de Serviço Social na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Tem como objetivo geral compreender e analisar a materialização da categoria teórica Trabalho no processo de formação dos egressos do curso de Serviço Social da UFTM a partir do exercício profissional dos mesmos. A pesquisa partiu do pressuposto de que há a compreensão por parte dos egressos da relevância e centralidade da categoria teórica trabalho no processo de formação e, que reflete diretamente no exercício profissional. O recorte temporal para o desenvolvimento desta pesquisa deu-se a partir das Diretrizes Curriculares de 1996 proposta pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Constitui-se como universo da pesquisa todos os egressos do Curso de Serviço Social da UFTM, considerando que desde a criação do curso (2009) até o momento do ingresso da pesquisadora no curso de Pós-Graduação (2017/2) formaram-se nove turmas. A investigação foi realizada por meio de pesquisas bibliográficas, documental e de campo. A pesquisa documental realizou-se pelas consultas ao Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social da UFTM. O processo de apreensão de dados deu-se por meio da realização da aplicação de roteiro de perguntas e entrevistas aplicados aos sujeitos selecionados nessa investigação. Fundamenta-se este estudo a partir do método histórico dialético e por meio da abordagem qualitativa da pesquisa. A análise dos dados possibilitou o entendimento da compreensão sobre da categoria teórica trabalho no exercício profissional, articulada às dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa do trabalho profissional, a partir do discurso dos egressos.

Palavras-chave: Serviço Social, Trabalho, Formação Profissional.

PEREIRA, Claudia Caroline Delefrate. Serviço Social e Trabalho: uma análise do processo de formação profissional em Serviço Social da Universidade Federal Do Triângulo Mineiro (UFTM). 2019. 206 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2019.

ABSTRACT

This research has as central theme Work and Social Service. The study is based on the analysis of the apprehension of the Work category by the graduates of the Social Service course at the Federal University of the Triangulo Mineiro (UFTM). Its general objective is to understand and analyze the materialization of the theoretical category Work in the graduation process of graduates of the course of Social Service of the UFTM from the professional exercise of them. The research started from the assumption that there is an understanding by the graduates of the relevance and centrality of the theoretical category Work in the training process and that reflects directly in the professional exercise. The time frame for the development of this research was based on the 1996 Curricular Guidelines proposed by the Brazilian Association of Teaching and Research in Social Service (ABEPSS). All the graduates of the UFTM Social Service Course are constituted as the research universe. since the creation of the course (2009) until the moment of entry of the researcher in the postgraduate course (2017/2), nine classes graduated. The research was carried out through bibliographical, documentary and field research. The documentary research was carried out through consultations in the Pedagogical Political Project of the UFTM Social Service Course. The process of data apprehension was done through the implementation of a script of questions and interviews applied to the subjects selected in this investigation. This study is based on the dialectical historical method and through the qualitative approach of the research. The analysis of the data allowed the understanding of the comprehension of the theoretical category Work in the professional exercise, articulated to the ethical-political, theoretical-methodological and technical- operative dimensions of professional work, based on the graduate's discourse.

Keywords: Social Service, Work, Professional Formation.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - NÚCLEOS DE FUNDAMENTOS DO PPPCSS UFTM 2014	125
QUADRO 2 - IDENTIFICAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA	144
QUADRO 3 - IDENTIFICAÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DOS SUJEITOS	146

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - CONTATO COM EGRESSOS: UNIVERSO DA PESQUISA	130
GRÁFICO 2 - NÚMERO DE EGRESSOS LOCALIZADOS, SUJEITOS E DEVOLUTIVAS POR TURMA	133
GRÁFICO 3- DADOS DA TURMA I	134
GRÁFICO 4- DADOS DA TURMA II	135
GRÁFICO 5 - DADOS DA TURMA III	136
GRÁFICO 6 - DADOS DA TURMA IV	137
GRÁFICO 7- DADOS DA TURMA V	138
GRÁFICO 8- DADOS DA TURMA VI	139
GRÁFICO 9 -DADOS DA TURMA VII	140
GRÁFICO 10 - DADOS DA TURMA VIII	141
GRÁFICO 11 - DADOS DA TURMA IX	142
GRÁFICO 12 – ÁREA DE ATUAÇÃO DOS SUJEITOS	149
GRÁFICO 13 - DIVISÃO POR ÁREA DA ATUAÇÃO NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	152

LISTA DE SIGLAS

AACC	Atividades Acadêmico-Científico Culturais
ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESS	Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social
CAPESS	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CEAS	Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo
CEFORES	Centro de Formação Especial em Saúde
CEP	Comitê de Ética e Pesquisa
CFE	Conselho Federal de Educação
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CIM	Central de Idiomas Modernos
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONAES	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência de Especializado de Assistência Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
DA	Diretório Acadêmico
DCNs	Diretrizes Curriculares Nacionais
DRCA	Departamento de Registro e Controle Acadêmico
EAD	Ensino à Distância
EBSERH	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ENESSO	Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
FAPEMIG	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
FIOCRUZ	Fundação Osvaldo Cruz
FMTM	Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro
FUNEP	Fundação de Ensino e Pesquisa de Uberaba
IELACHS	Instituto de Educação, Letras, Artes, Ciências Humanas e Sociais
IES	Instituição de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes Básicas
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MEC	Ministério da Educação
MS	Ministério da Saúde
NOB/SUAS	Norma Operacional Básica da Assistência Social/ Sistema Único da Assistência
OMS	Organização Mundial de Saúde
OPAS	Organização Pan-Americana de Saúde
PAEF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias
PAEFI	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado Integral às Famílias e Indivíduos

PID	Plano de Desenvolvimento Institucional
PEP	Projeto Ético Político
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNE	Plano Nacional de Educação
PPC	Projeto Político Pedagógico
PPI	Projeto Pedagógico Institucional
PPPCSS	Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social
REUNI	Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RIMS	Programa da Residência Multiprofissional em Saúde
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UE	União Europeia
UFAs	Unidades de Formação Acadêmicas
UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UNESP	Universidade Estadual Paulista

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO I- O TRABALHO SEGUNDO GYORGY LUKÁCS	22
1.1 A ontologia do Ser Social segundo Gyorgy Lukács	23
1.2 As determinações do Trabalho.....	33
1.3 O trabalho na esfera da produção e reprodução social	38
CAPÍTULO II- O ENTENDIMENTO DA CATEGORIA TRABALHO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL	65
2.1. Breve histórico do Serviço Social no Brasil.....	67
2.2. Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) de 1996.....	79
2.3. As dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico- operativa no Serviço Social	91
2.4. Trabalho e Serviço Social: uma reflexão a partir de Marilda Vilela Iamamoto.....	100
CAPÍTULO III- A PESQUISA: AS FALAS DOS EGRESSOS SEGUNDO A TEORIA DE MARILDA IAMAMOTO PARA O SERVIÇO SOCIAL	112
3.1.1 A construção da Pesquisa.....	113
3.2 Universo da pesquisa: os egressos do curso de Serviço Social na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)	118
3.2.1. Histórico da Universidade Federal do Triângulo Mineiro.....	119
3.2.2. O Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM).....	123
3.2.3. O Projeto Político Pedagógico do Curso (PPPC).....	124
3.2.4. O Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (PPPCSS UFTM).....	128
QUADRO 1 - NÚCLEOS DE FUNDAMENTOS DO PPPCSS UFTM 2014	131
3.3 Etapas da Pesquisa de Campo	135
3.3.1 Primeira Etapa.....	135
GRÁFICO 1 - CONTATO COM EGRESSOS: UNIVERSO DA	136
3.3.2 Segunda Etapa.....	136
3.3.2.1 Mapeamento dos sujeitos do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) Turma I à Turma IX	137
GRÁFICO 2 - NÚMERO DE EGRESSOS LOCALIZADOS, SUJEITOS E DEVOLUTIVAS POR TURMA	139
GRÁFICO 3- DADOS DA TURMA I	140
GRÁFICO 4- DADOS DA TURMA II	141
GRÁFICO 5 - DADOS DA TURMA III	142
GRÁFICO 6 - DADOS DA TURMA IV	143
GRÁFICO 7- DADOS DA TURMA V	144
GRÁFICO 8- DADOS DA TURMA VI	145
GRÁFICO 9 -DADOS DA TURMA VII	146
GRÁFICO 10 - DADOS DA TURMA VIII	147
GRÁFICO 11 - DADOS DA TURMA IX	147
3.3.3 Terceira Etapa	148
QUADRO 2 IDENTIFICAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA	149

QUADRO 3 - IDENTIFICAÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DOS SUJEITOS	151
GRÁFICO 12 – ÁREA DE ATUAÇÃO DOS SUJEITOS	155
GRÁFICO 13 - DIVISÃO POR ÁREA DA ATUAÇÃO NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	158
3.3.3.1. A identificação e as contribuições sobre a categoria trabalho no processo de formação em Serviço Social a partir da fala dos sujeitos	169
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	181
REFERÊNCIAS	187
. Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Disponível em:	188
; CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E	188
ANTUNES, R. Dimensões da crise e metamorfoses do mundo do trabalho.....	188
. Para a crítica da economia política do capital: o	191
. Pesquisa social: teoria, método e criatividade.....	191
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO. Projeto Político	192
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO. Projeto Político	192
APÊNDICES	194
APÊNDICE A - Roteiro de Entrevista.....	195
APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE)	196
ANEXOS.....	197
ANEXO A- Matriz Curricular do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (PPPCSS UFTM) - Vigência 2015	198
ANEXO B - Comprovante de Envio de Projeto	205
ANEXO C - Parecer Consubstanciado do CEP.....	206

INTRODUÇÃO

O interesse em estudar a temática da categoria trabalho no processo de formação profissional em Serviço Social acompanha a pesquisadora desde o período da graduação em Serviço Social na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), sobretudo, quando da elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) no final de 2014.

Metodologicamente o estudo se organizou a partir da identificação das Unidades Temáticas¹ que evidenciavam a referida categoria e, posteriormente, foi realizada leitura atenta das ementas das disciplinas contidas na Matriz Curricular e específicas da graduação em Serviço Social, dos referenciais bibliográficos e análise do Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social da UFTM com os Núcleos orientados a partir das Diretrizes Curriculares de 1996, aprovadas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

Dos resultados obtidos na pesquisa do TCC, identificou-se que foi possível compreender que as Unidades Temáticas oportunizam a compreensão da categoria trabalho no processo de formação profissional.

Mormente a isso, é importante considerar como resultado obtido o estabelecimento da articulação entre as unidades temáticas e a discussão da categoria trabalho presente nas ementas, entendendo o trabalho como elemento fundante do ser social. Destaca-se ainda a discussão da categoria trabalho e a inserção do Serviço Social como especialização do trabalho coletivo face às mudanças no padrão de acumulação capitalista e regulação social.

Acrescenta-se ainda ao interesse de dar continuidade ao tema no Mestrado, a motivação da realização da pesquisa de campo, com a finalidade de trazer respostas às angústias da pesquisadora, quando à época do TCC, não foi possível realizar contatos com os egressos.

Portanto, a intencionalidade de prosseguir com a discussão do tema no mestrado, refere-se à oportunidade de realizar também a pesquisa de campo, apresentando maior contribuição e análise aprofundada sobre a discussão da materialidade da categoria teórica Trabalho através da

¹ Á época do estudo do Trabalho de Conclusão de Cursos, a nomenclatura utilizada para definição das disciplinas era Unidades Temáticas, que constam no Anexo A.

consciência dos egressos de Serviço Social em relação à apreensão da mesma em seu processo de formação profissional estando no exercício profissional.

A presente pesquisa, não objetiva apenas por meio da pesquisa de campo enfatizar a ilustração teórica à luz dos resultados já obtido no TCC, através da pesquisa bibliográfica e documental já realizada, mas fazer o exercício contínuo de aprofundar criticamente a discussão a respeito da categoria trabalho no processo de formação profissional que reflete no cotidiano do exercício profissional.

O objeto de estudo desta pesquisa consiste na materialização da categoria trabalho, no processo de formação e exercício profissional dos egressos. Assim, se faz necessário apreender a pesquisa em sua íntima relação com a formação profissional e o exercício profissional, ressaltando a relação de unidade entre teoria e prática.

Pretende-se com essa pesquisa compreender e analisar a materialização da categoria teórica trabalho no processo de formação dos egressos do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) a partir do exercício profissional dos mesmos.

Para alcançar esse objetivo geral fez-se necessário contextualizar a formação acadêmica dos discentes do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), considerando o perfil do egresso, objetivos do Curso, competências e habilidades esperadas.

Identificando as características do processo de formação profissional em Serviço Social, que se aproximam e/ou afastam da categoria trabalho, a partir da própria vivência e fala dos egressos.

O recorte temporal ficou determinado a partir dos anos de 1996, considerando os avanços alcançados pelo Serviço Social no âmbito da formação profissional, no âmbito do exercício profissional a partir da aprovação do Código de Ética do Assistente Social em 1993 e da Lei de regulamentação da profissão e, a aprovação das Diretrizes Curriculares em 1996, orientação esta que segue o curso de Serviço Social da Universidade Federal do Triângulo Mineiro.

Essa pesquisa partiu do pressuposto que há a compreensão da relevância e centralidade da categoria teórica trabalho no processo de

formação, contudo, considera-se que há elementos para síntese e reflexão dessa categoria no exercício profissional. No entanto, percebe-se certo distanciamento na relação teoria e prática no momento do exercício profissional.

A opção metodológica para análise dos dados caracterizou-se pela teoria social crítica, articulando a análise com as dimensões ético-político, teórico- metodológica, técnico-operativa da profissão.

Desde a criação do curso de Serviço Social na UFTM com a expansão das vagas em Universidades Federais em virtude dos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), em 2009 até o ingresso da pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Mestrado na Universidade Estadual Paulista em (2017) formaram nove turmas no curso de Serviço Social da UFTM.

O processo de pesquisa foi constituído das seguintes etapas, retomada da pesquisa bibliográfica e documental com objetivo de apropriar-se da discussão teórica a partir das categorias trabalho e Serviço Social; pesquisa de campo, com aplicação de roteiro de perguntas e entrevistas com os egressos; análise dos dados obtidos por meio da ordenação, transcrição e organização das diferentes categorias apresentadas nas falas dos egressos e a análise final dos dados.

É com o objetivo de possibilitar vistas ao desvendamento do real e na tentativa de apreensão da essência da materialização do objeto de estudo no movimento concreto, que esta pesquisa consistiu em ‘aproximações sucessivas que não são lineares’ com a formação profissional em Serviço Social no contexto da UFTM.

A dissertação está organizada em três capítulos. O primeiro expõe as determinações gerais da categoria trabalho, trabalho produtivo e trabalho improdutivo, e tem a função de circunscrever a categoria trabalho à concepção marxiana e ontológica.

No segundo capítulo, aborda-se elementos teóricos sobre a profissão do Serviço Social, a mobilização e organização da categoria profissional dos assistentes sociais na definição e avanço das diretrizes curriculares para os cursos de Serviço Social no Brasil e a concepção da categoria trabalho a partir de Marilda Vilela Iamamoto. Destaca-se a reflexão e posição científica

dessa autora no estudo do Trabalho e Serviço Social.

No terceiro capítulo apresenta-se os resultados da investigação de campo e todo o processo de construção da pesquisa, a partir da análise das falas dos sujeitos considerando as categorias teórico-metodológico, ético-política e técnico-operativa.

Sem a pretensão de esgotar o assunto, essa pesquisa chega-se ao final sem trazer todas as respostas, mas apontando vários elementos científicos para prosseguir na discussão da relevância sobre o Trabalho e Serviço Social.

CAPÍTULO I- O TRABALHO SEGUNDO GYORGY LUKÁCS

1.1 A ontologia do Ser Social segundo Gyorgy Lukács

Na obra *A Ontologia do Ser Social*, Lukács descreve a necessidade de considerar o trabalho como pôr teleológico, considera-se essa análise importantíssima para a compreensão do trabalho, a partir das características que compõe a definição de um modelo de práxis social, sobretudo, no entendimento que as opressões em estágios superiores do desenvolvimento humano² se apresentam de forma mais generalizada, desmaterializada, sutil e abstrata.

Portanto, dar-se-á enfoque no Trabalho como modelo de toda a práxis social, de qualquer conduta ativa. A partir do entendimento de que Marx em seu referencial teórico *O Capital*, aborda no sentido original que o trabalho é um processo entre a atividade humana e natureza e, conseqüentemente, seus atos estão orientados para a transformação de objetos naturais em valores de uso.

Então, considerando que em outros momentos históricos (outras formas que não o capitalismo) havia a necessidade de ação entre os homens, uma mediação, para o fim do valor de uso. (MARX, 2013).

Segundo Lukács (2013) o trabalho se torna social, no sentido de que depende da cooperação de mais pessoas (sem considerar aqui o valor de troca ou que a cooperação tenha apenas como objetivo valores de uso). Bem como, é considerar que as formas sociais de expressão (linguagem e o pensamento) também são objetos de contribuição para a afirmação do trabalho como por teleológico, tendo em vista que a própria execução do processo do trabalho põe ao sujeito que trabalha exigências que só podem ser satisfeitas reestruturando ao mesmo tempo quanto à essas formas de expressão social e as possibilidades presentes no momento.

Enquanto a linguagem e o pensamento conceitual não podem ser entendidos em nível ontológico ou em si mesmos, por si só e, sim devem ser contextualizados. Contudo, para a contribuição desse fim a partir do autor (a análise do por teleológico do Trabalho), ambos, a linguagem, e o pensamento,

² Considera-se que esse recorte teórico seja central para temas da filosofia, contudo, não se abordará essa perspectiva de análise aqui.

no curso do seu desenvolvimento se apresenta como uma ininterrupta e eliminável ação recíproca ao próprio Trabalho, visto que a permanência, o reforço e a intensidade destas influi diretamente no processo real de interação e modificação do ser social na natureza e na história e vice-versa. (LUKÁCS, 2013, p. 50).

Indaga-se aqui então, a própria menção do autor ao fato de que se uma vez que o fundamento inabalável da essência da realidade objetiva é o seu caráter teleológico, o homem só podia ter com ela, em última análise, uma relação contemplativa; a auto compreensão dos próprios problemas da vida, tanto no sentido imediato como mediato. Reconhece-se, sem dúvida, relativamente cedo o caráter teologicamente posto das práxis humana.

No entanto, uma vez que as atividades concretas que daí se originam sempre acabam numa totalidade teleológica, devendo considerar todos os elementos que perpassam esse complexo e abstrato processo de interação natureza/sociedade/filosofia/ética/religião e a própria compreensão contemplativa da teleologia.

Com isso, considera-se essencialmente que a teleologia só pode ter sentido para tratar o trabalho como teleologia posta/dada, considerada em um contexto. Destaca-se a necessidade de delimitar termos ontológicos concretos, quando se caracteriza justificadamente um processo como teleológico, deve-se também demonstrar, em termos ontológicos³, o ser social e o sujeito.

Para fins de definição do reconhecimento do ato do pôr teleológico, fica evidente o ato determinantemente imediato de qualquer ação intencionada que vise à uma realização e, segundo Lukács, por isso ato de ser já é um dever-se, uma vez que qualquer passo em direção à realização de um fim é determinado verificando se e como ele favorece a obtenção deste fim. (LUKÁCS, 2013, p. 53).

Lukács faz uma comparação destes momentos de determinação quando compara a determinidade normal biológica, causal, considerando homens e animais, no momento de surgimento de um desdobramento causal

³ Apresentamos aqui as considerações de Lukács acerca da influência do pôr fim teleológico sobre as reproduções espirituais (cabe aqui esclarecer que é válido a transformação desse fato em ciência e, aponta-se ainda que é uma ilusão obter pensamentos imparciais ou livres de pontos de vista da sociedade (relação dominantes) e, sem influência das causalidades naturais).

no qual é sempre inevitavelmente o passado que determina o presente.

Ou seja, a adaptação dos seres vivos a um ambiente transformado decorre da necessidade causal, na medida em que as propriedades produzidas no organismo pelo seu passado reagem a tal transformação, conservando-se ou destruindo-se.

Portanto, considerando que “o pôr de um fim” se inverte, como foi destaque acima, sendo que o fim vem (na consciência) antes da sua realização e, no processo que orienta cada passo, cada movimento é guiado pelo “pôr do fim” (pelo futuro). (LUKÁCS, 2013, p. 58).

Lukács afirma que o significado da causalidade posta, no processo de trabalho, a partir das análises de Hegel. Ambos os autores consideram que a natureza apenas “se consume”, não se trata igualmente de um processo causal espontâneo, mas guiado teleologicamente, cujo desenvolvimento consiste exatamente no aperfeiçoamento, na concretização e na diferenciação dessa condução teleológica dos processos espontâneos. (LUKÁCS, 2013, p. 59).

Portanto, o agir determinado a partir de um futuro definido é exatamente um agir conduzido pelo dever-se do fim. As considerações de Lukács relacionam com a divisão gerada pelo trabalho humano na sociedade que constrói em suas próprias condições de reprodução, a essência do trabalho:

Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente. Isso não significa que ele se limite a uma alteração da forma do elemento natural, ele realiza neste último, ao mesmo tempo, seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, o tipo e o modo de sua atividade e ao qual ele tem de subordinar a sua vontade. (MARX, 2013, p. 255-256).

Portanto, Lukács considera que o verdadeiro problema ontológico, porém é o “pôr teleológico” que para Hegel não é algo limitado ao trabalho e, sim a outras dimensões⁴. Contudo, para Hegel conceber teleologicamente a

⁴ Por razões do enfoque deste estudo, não vamos elaborar. E considerando o

natureza e a história atribuem a elas caráter de finalidade, que estão voltadas para um fim, mas também que sua existência, seu movimento, no conjunto e nos detalhes devem ter um autor consciente.

Segundo Lukács (2012, p. 65) Marx nega a existência de qualquer teleologia alheia ao trabalho, pois, para o autor o único meio demonstração ontológica de um “pôr teleológico” é pelo trabalho.

Lukács destaca que Marx faz com exatidão e rigor a aplicação da teleologia para o Trabalho. O que em nenhum momento neste estudo, a partir das análises apontadas brevemente, tem o objetivo de restringir o significado do “pôr teleológico”, mas sim garante a compreensão do mais elevado grau de conhecimento do ser, o ser social.

Assim sendo, Lukács afirma que a condição de tornar-se um ser autônomo, é a necessidade de realizar o “pôr teleológico”, “Só podemos falar racionalmente do ser social quando concebemos que a sua gênese, o seu distinguir-se da sua própria base, seu tornar autônomo baseiam-se no trabalho, isto é, na contínua realização de pores teleológicos” (LUKÁCS, 2013, p. 52).

Somente no trabalho, no pôr do fim e de seus meios, como um ato dirigido por ela mesma, com o pôr teleológico, a consciência ultrapassa a simples adaptação ao ambiente – o que é comum também àquelas atividades dos animais que transformam objetivamente a natureza de modo involuntário – e executa na própria natureza modificações que, para os animais, seriam impossíveis e até mesmo inconcebíveis. (LUKÁCS, 2013, p. 52).

Pense-se que, para o homem primitivo, somente a utilidade imediata constitui o objeto da alternativa, ao passo que, na medida em que se desenvolve a socialização da produção, isto é, da economia, as alternativas assumem a figura cada vez mais diversificada, mais diferenciada. (LUKÁCS, 2013, p. 57).

O próprio desenvolvimento da técnica tem como consequência o fato

heideggerianismo, reflexão a respeito do sentido abrangente do ser, como aquilo que torna possível as múltiplas existências, opondo-se à tradição metafísica que, em sua orientação teológica, teria transformado o ser em geral num mero ente com atributos divinos. Ver mais em: LUKÁCS, G. **A Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: Ciências Humanas, 2013.

de que o projeto de modelo é o resultado de uma cadeia de alternativas, mas, por mais elevado que seja o grau de técnica (sustentado por uma série de ciências), nunca será a única base de decisão alternativa. (LUKÁCS, 2013, p. 60).

Certamente, a economia e a técnica estão, no desenvolvimento do trabalho, numa coexistência indissociável e tem relações ininterruptas entre si, mas este fato não elimina a heterogeneidade, que, se mostra na dialética contraditória entre fim e meio. (LUKÁCS, 2013, p. 69).

O sujeito só pode tomar como objeto de seu pôr de fim, de sua alternativa, as possibilidades determinadas a partir e por meio desse complexo de ser que existe independentemente dele. E é do mesmo modo evidente que o campo das decisões é delimitado por esse complexo de ser; é óbvio que a amplitude, a densidade, a profundidade, etc, cumprem importante função na correção do espelhamento da realidade. Isso, porém, não elimina o fato de que o pôr das cadeias causais no interior do pôr teleológico é – imediatamente ou mediatamente – determinado, em última análise, pelo ser social. (LUKÁCS, 2013, p. 70).

O ser humano foi caracterizado como o animal que frequentemente constrói suas próprias ferramentas. É correto, mas é preciso acrescentar que construir e usar ferramentas implica necessariamente, como pressuposto imprescindível para o sucesso do trabalho, o autodomínio do homem aqui já descrito. Esse também é um momento do salto a que nos referimos, da saída do ser humano da existência meramente animal. (LUKÁCS, 2013, p. 70).

Quanto aos fenômenos aparentemente análogos que se encontram nos animais domésticos, por exemplo, no comportamento dos cães de raça, repetimos que tais hábitos só podem surgir pela convivência com os homens, como imposição do ser humano sobre o animal, enquanto aquele realiza por si o autodomínio como condição necessária para a realização no trabalho dos próprios fins autonomamente postos. (LUKÁCS, 2013, p. 81).

Também sob esse aspecto o trabalho se revela como veículo para a criação do homem enquanto homem. Como ser biológico, ele é um produto do desenvolvimento natural. Com a sua autorrealização, que também implica, obviamente, nele mesmo um afastamento das barreiras naturais, embora, jamais um completo desaparecimento delas, ele ingressa num novo ser autofundado: o ser social. (LUKÁCS, 2013, p. 82)

Aprofundando a relação “sujeito-objeto” ao analisar o Trabalho e seus desdobramentos, Lukács referencia Marx ao afirmar que precisamos considerar o fenômeno da teleologia derivado diretamente do trabalho, onde considera-se que ele surge a partir da relação “sujeito-objeto” e o distanciamento que necessariamente advém daí: “Esse distanciamento cria imediatamente uma base imprescindível, dotada de vida própria, do ser social dos homens: a linguagem”. (LUKÁCS, 2013, p. 127)

O homem sempre fala ‘sobre’ algo determinado, que ele extrai de sua existência imediata em um duplo sentido: primeiro, na medida em que isto é posto como objeto que existe de maneira independente; segundo, e aqui a distância aparece ainda mais intensamente, se isso é possível, empenhando por precisar cada vez o objeto em questão como algo concreto. Seus meios de expressão, as suas designações são de tal modo constituídos que cada signo pode figurar em contextos completamente diferentes. (LUKÁCS, 2013, p. 100).

Como ocorre com o trabalho, também com a linguagem se consumou um salto do ser natural para o social; também aqui esse salto é um processo lento, cujos primeiros começos permanecerão desconhecidos para sempre. (LUKÁCS, 2013, p. 129).

Portanto, a direção que assume o processo de transformação está dada espontaneamente pelo pôr teleológico e pela sua realização prática. Não somente o fim existe na consciência antes de realizar-se praticamente como essa estrutura dinâmica do trabalho se estende a cada movimento singular: o homem que trabalha deve planejar antecipadamente cada um dos seus movimentos e verificar continuamente, conscientemente, a realização do seu plano, se quer obter o melhor resultado concreto possível. (LUKÁCS, 2013, p. 129).

Com isso, o domínio da consciência do homem sobre o seu próprio corpo, que também se estende a uma parte da consciência, aos hábitos, aos instintos, aos afetos é uma exigência elementar do trabalho mais primitivo e deve, marcar profundamente as representações que o homem faz de si mesmo, uma vez que exige, para consigo mesmo, uma relação qualitativamente diferente, inteiramente heterogênea daquela que corresponde à condição animal, e uma vez que tais exigências são postas por

todo tipo de trabalho. (LUKÁCS, 2013, p. 129).

Lukács faz considerações a respeito da definição do termo fenômeno- como sendo tudo o que se observa na natureza- e traz para essa análise fundamentos filosóficos - kantismo, ocasionalismo- que não serão considerados aqui nessa pesquisa para a abordagem do trabalho. (LUKÁCS, 2013, p. 130).

Contudo, a definição do “o sentido da vida”, como sendo o sentido socialmente construído pelo homem para o homem, para si e para seus semelhantes; na natureza é uma categoria que não existe de modo algum, portanto, nem sequer como negação de sentido.

É importante considerar essa definição e análise do sentido da vida junto ao caráter fundamental do trabalho, pois, para o homem, o sentido do Trabalho também se revela no fato de que sua constituição ontológica é o ponto de partida genético de outra questão vital, que move profundamente os homens ao longo de toda a sua história: a liberdade.

Assim como em demais momento de sua obra, o autor faz considerações da questão com aplicar o mesmo método utilizado nas suas obras, a exposição da estrutura originária que se constitui no ponto de partida para as formas posteriores e, ao mesmo, tornar visíveis as diferenças qualitativas que, no curso do desenvolvimento social posterior, se apresentam de maneira espontaneamente inevitável e modificam a estrutura originária do fenômeno de modo necessário, inclusive de maneira decisiva em algumas determinações importantes. (LUKÁCS, 2013, p. 137)

O autor considera que a gênese ontológica da liberdade a partir do Trabalho, corresponde à natureza da questão, do caráter alternativo dos pores teleológicos neles existentes.

Para compreender isto, é necessário abordar o fenômeno da liberdade em sua gênese ontológica, onde é uma primeira aproximação, a liberdade é aquele ato de consciência que dá origem a um novo ser posto por ele.

Abordar-se-á a concepção concreta de liberdade, com vistas a considerar tal fenômeno no estudo do Trabalho, portanto, para fins desse estudo, entende-se que esta como um momento da realidade, em uma decisão concreta (considerado entre diversas possibilidades concretas e, abordamos aqui a questão da escolha concreta, pois, se a colocarmos em

qualquer nível mais alto de abstração, a mesma se separa inteiramente do concreto, ela perde toda a sua relação com a realidade e se torna uma especulação vazia), e em última instância um desejo de transformar a realidade (o que, em determinadas circunstâncias, inclui a conservação das coisas como estão).

Significando, portanto, que a realidade, enquanto finalidade da transformação, não pode deixar de estar presente mesmo na abstração mais ampla da concepção de liberdade, pois, quanto maior for o conhecimento das condições postas, tanto maior será o domínio que o sujeito exerce sobre elas e, considera como domínio, a forma que o fenômeno da liberdade poderá vir a alcançar. (Lukács, 2013, p. 138).

Com isso, entende-se que a estrutura originária do trabalho está submetida a mudanças essenciais, enquanto o pôr teleológico não está mais dirigido exclusivamente à transformação dos objetos naturais, à aplicação de processos naturais, mas quer induzir outros homens a realizar por si mesmos determinadores poros desse gênero.

Para Lukács foi Hegel o primeiro que soube expor de um modo exato as relações entre a liberdade e a necessidade. Para ele, a liberdade não é outra coisa senão a intelecção da necessidade. A necessidade somente é cega enquanto não compreendida'. A liberdade não reside, pois, numa sonhada independência em relação às leis naturais, mas na consciência dessas leis e na correspondente possibilidade de projetá-las racionalmente para determinados fins. Liberdade e a Necessidade são indissociáveis, onde podemos apontar que mais liberdade pode garantir mais consciência da necessidade. (LUKÁCS, 2013, p. 133).

Lukács afirma que, o livre arbítrio pode ser resumido como a capacidade de decisão com conhecimento de causa. Assim, pois, quanto mais livre for o juízo de uma pessoa com relação a um determinado problema, tanto mais nítido será o caráter de necessidade determinado pelo conteúdo desse juízo. Ao contrário, a falta de segurança que, baseada na ignorância, parece escolher, livremente, entre um mundo de possibilidades distintas e contraditórias, está demonstrando, justamente a sua falta de liberdade, dominada pelo objeto que pretende dominar. (LUKÁCS, 2013, p. 133).

Independentemente da consciência que o executor do trabalho tenha, ele, nesse processo, produz a si mesmo como membro do gênero humano e, desse modo, o próprio gênero humano. Pode-se inclusive dizer, de fato, que o caminho autocontrole, o conjunto das lutas que levada a determinidade natural dos instintos ao autodomínio consciente, é o único caminho real para chegar à liberdade humana real. (LUKÁCS, 2013, p. 134).

As diferenças decisivas surgem geneticamente e o meio de realização do pôr teleológico se tornam sempre mais sociais. (LUKÁCS, 2013, p. 134).

Finalizando as considerações a respeito do trabalho como por teleológico, portanto, se faz necessário o apontamento de questões como quanto mais desenvolvida a economia, quanto mais socialmente determinada, tanto mais complexa se torna a alternativa, tanto mais irrevogável se torna a causalidade, a relação heterogênea entre compra e venda. (LUKÁCS, 2013, p.134).

Após essas análises e de considerar o trabalho como fundante do ser social e fundante de todas as suas determinações. Sobretudo, em razão de que entender que todo fenômeno social pressupõe, de modo imediato ou mediato, da determinação do Trabalho com todas as suas consequências ontológicas. (LUKÁCS, 2013, p. 135).

Para isso, não se pode considerar apenas os pores teleológicos do Trabalho, mas sim a análise da dinâmica fundamental da sociedade, o seu processo de reprodução, concluindo, portanto, que há problemas gerais na Reprodução do Trabalho no modo de produção capitalista. (LUKÁCS, 2013, p. 135).

Aponta-se aqui, que o Trabalho que possibilita a interação do homem com outros homens e com a natureza, transformando a natureza e a si mesmo, e os outros, passando do ser biológico para o ser social é uma constante em desenvolvimento. (LUKÁCS, 2013, p. 136).

Seus efeitos concretos, mas não ficam restritos a uma simples melhoria dos pontos de partida originais (chamamos aqui de melhoria a modificação do homem na natureza e a sua própria modificação enquanto Ser Social e, a necessidade de bens de consumo com a evolução, sem tratar pejorativamente a natureza em seu conceito primário), considerando que devemos tratar pontos como a divisão social do trabalho, a economia fundada sobre a

autossustentância imediata, a troca de mercadorias, as relações dominantes até chegar na reprodução social. (LUKÁCS, 2013, p. 140).

Mas por mais irresistível que possa ser essa tendência, em seu rumo e em sua continuidade, no plano universal, suas etapas parciais concretas, que eventualmente podem se estender por séculos e até milênios, são modificadas, promovidas ou inibidas pela estrutura, pelas possibilidades de desenvolvimento daqueles complexos totais, em cujo quadro elas se desenrolam concretamente.

[...] os indivíduos sempre partiram de si mesmos, sempre parte de si mesmos. Suas relações são relações de seu processo real de vida. Como ocorre que suas relações venham a tornar-se autônomas em relação a eles? Em uma palavra: a divisão do trabalho, cujo grau depende sempre do desenvolvimento da força produtiva. (LUKÁCS, 2013, p. 146)

Portanto, a divisão do trabalho aparece assim como consequência do desenvolvimento das forças produtivas, e sendo consequência que, por sua vez, constitui o ponto de partida de um desenvolvimento imediato, que surgiu dos pores teleológicos singulares dos homens singulares. (LUKÁCS, 2013, p. 141).

Porém, existindo essa condição de divisão social do trabalho, confronta-se com outros pores teleológicos singulares de outros homens singulares e suas formas de poder social. Inicialmente, Lukács afirma que no surgimento desse fato importante (divisão social do trabalho) tal poder assumiu em relação aos demais homens singulares um caráter autônomo de ser, embora tenha surgido dos seus próprios atos laborais. (LUKÁCS, 2013, p. 141).

Contudo, é importante considerar que há nitidamente dois complexos que diferenciam com clareza a sociedade originariamente unitária; a divisão entre trabalho intelectual e trabalho braçal e a divisão entre cidade e campo (que se entrecruzam com o surgimento de classes e antagonismos de classes). (LUKÁCS, 2013, p. 141).

Para exemplificar essas divisões, deve-se abordar que tal fato (a divisão entre trabalho braçal e trabalho intelectual) se apresenta primitivamente nos pores teleológicos necessários que se assumem de forma dual: pores que buscam realizar uma transformação dos objetos da natureza (no sentido mais amplo possível da palavra, incluindo, portanto, também a força da natureza),

com o intuito de realizar fins humanos; e pores que se propõem a exercer influência sobre a consciência de outros homens, com o objetivo de levá-los a executar os pores desejados. (LUKÁCS, 2013, p. 145).

E, por consequência, quanto mais se desenvolve o Trabalho (e a divisão do trabalho por complementariedade), mais autônomas são as formas de pores teleológicos que se propõem a exercer influência sobre a consciência de outros homens e, mais desenvolvimento da divisão do trabalho era propiciada. (LUKÁCS, 2013, p. 145).

Esse movimento do desenvolvimento da divisão do trabalho tece uma rede no plano social, objetivamente quando falamos do surgimento das classes. Retomando que os pores teleológicos do Ser Social, podem assumir espontânea ou institucionalmente a serviço de uma dominação sobre aqueles que por ela são oprimidos, do que provém a tão frequente ligação entre o trabalho intelectual autonomizado e os sistemas de dominação de classe (LUKÁCS, 2013, p. 180).

[...] Milhões de famílias existindo sob as mesmas condições econômicas que separam o seu modo de vida, os seus interesses e a sua cultura do modo de vida, dos interesses e da cultura das demais classes, contrapondo-se a elas como inimigas, formam uma classe. Mas na medida em que existe um vínculo apenas local entre os parceiros, na medida em que a identidade dos seus interesses não gera entre eles nenhum fator comum, nenhuma união nacional e nenhuma organização política, eles não constituem classe nenhuma (MARX, 2012, p. 142-3).

1.2 As determinações do Trabalho

Ricardo Antunes em seu livro “Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho” afirma que concomitantemente, o trabalho potencializa o desenvolvimento do homem como ser social, ao aprimorar as relações destes entre si e, ocasiona o prosperar do próprio homem, sendo possibilitado a este sujeito o desenvolvimento das relações humanas e a própria condição de desenvolvimento do gênero humano. (ANTUNES, 2009).

O trabalho é dotado de múltiplas determinações que lhe conferem a característica de um processo social e histórico, o trabalho é compreendido,

em sua dimensão ontológica, como fundamento do desenvolvimento do homem, das sociedades e das relações que se estabelecem nelas.

Em sua dimensão ontológica, como elemento próprio do gênero humano, o trabalho transita os períodos históricos, desde os primórdios até os dias atuais. Na modernidade, contudo, possui múltiplas determinações, que advém do modo de produção material e das relações sociais que o envolvem, bem como do grau de desenvolvimento das forças produtivas.

Apesar de ser transformado pelo próprio movimento histórico, segundo afirma Netto (2011) o trabalho não é produto da história. Não é o desenvolvimento desta que lhe proporciona a existência, uma vez que o trabalho é inerente ao ser humano.

O trabalho vivo, portanto, pode ser compreendido como o fundamento da história por ser o elemento que permite ao homem construí-la. Isso não quer dizer que possamos perder de vista que a dinâmica da história da sociedade traz determinações à forma como o trabalho se consolida em diferentes tempos históricos. (MARX, 2013, p. 67).

O aspecto central do trabalho na dimensão ontológica, conforme Lukács (2013) é sua caracterização como categoria inerente ao ser social, como atividade que antes de ter um caráter social é uma determinação da espécie humana. Lukács, em sua ontologia do ser social, confere lugar central ao trabalho no que se refere à gênese do ser social.

Neste sentido, Lukács compreende o trabalho como determinação do ser social, como a característica presente no homem que o diferencia do ser meramente biológico. Afirma que o trabalho possui um lugar privilegiado no complexo do ser social, por estar intrinsecamente ligado à sua gênese, uma vez que todas as outras categorias que compreendem o complexo concreto da sociabilidade, já tem um caráter social anterior à sua existência. Mas trabalho ao contrário, é o aspecto central e fundante na transição do ser orgânico ao ser social (LUKÁCS, 2013, p. 190).

Este ato fundamental do ser humano possibilita o desenvolvimento do próprio homem, e como um ato histórico o desenvolvimento do gênero humano, aquele ato primeiro, portanto, fez emergir o ser social. Na medida em que o trabalho se complexifica, uma vez que os homens foram aperfeiçoando seus feitos e executando operações cada vez mais complexas, a linguagem tornou-

se necessária, visto que tal aperfeiçoamento envolvia muitas mãos, de modo que esta foi a condição necessária ao desenvolvimento das relações sociais. (LUKÁCS, 2013, p.190).

O trabalho, então, é um ato individual e social, neste último aspecto trata-se de uma ação que combina vários esforços de um conjunto de seres humanos que se relacionam entre si. Os seres humanos não produzem, portanto, apenas bens necessários à sua existência, mas produzem suas próprias relações sociais (MARX, 2013, p. 90).

É importante refletir sobre a relevância do trabalho, para a satisfação das necessidades materiais e tão logo espirituais, em relação ao surgimento do homem enquanto ser social. Engels (2013) afirma que os homens acostumaram a justificar seus atos por sua consciência, ou capacidade de pensamento, o que explica a concepção idealista sobre a existência do homem e da sociedade. Contudo, o movimento do real nos aponta a explicação com base nas necessidades humanas.

Sobre o materialismo, estruturante para a compreensão das relações sociais, Marx e Engels (2013) justificam que o primeiro pressuposto da história humana é a existência de indivíduos vivos, e que se constata que por meio da organização corpórea de tais indivíduos se dá a relação com o restante da natureza. Tais indivíduos começam a distinguir-se dos animais tão logo começam a produzir seus meios de vida, de modo que os homens produzem sua própria vida material. Tais autores são enfáticos:

O que eles são (os indivíduos) coincide, pois, com sua produção, tanto com o que produzem como também com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção (MARX, ENGELS, 2013, p. 56).

Numa concepção materialista da história humana, portanto, o trabalho é determinante no desenvolvimento do homem e das relações sociais, de modo que a estrutura da sociedade, bem como o Estado, provém do processo de vida de indivíduos determinados. Destes indivíduos tais como atuam, como produzem materialmente, conforme os limites, pressupostos e condições materiais de suas atividades. (MARX, 2013, p. 141).

Reafirmando o materialismo como fundamento do ser social, em oposição ao idealismo tão presente na filosofia alemã do século XVIII, Marx e Engels (2013) afirmam que os homens são produtores de suas representações, mas tal como são condicionados pelo desenvolvimento de suas forças produtivas, de modo que “a consciência não pode ser jamais outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real” (LUKÁCS, 2013, p. 93-94).

Portanto, o trabalho é o elemento central da ação e consequente desenvolvimento humano, determinante das relações sociais.

Marx e Engels (2009) enfatizam:

[...] os homens, ao desenvolverem sua produção e seu intercâmbio materiais, transformam também, com esta realidade, seu pensar e os produtos do seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência (MARX; ENGELS, 2010, p. 94).

Relaciona-se ao desenvolvimento do trabalho e da consciência humana a questão da práxis. O trabalho é o modelo de toda a práxis social, na qual sempre são realizadas transformações da realidade precedidas proposições teleológicas. Isto porque há uma essencial afinidade ontológica entre a práxis e o trabalho, portanto, “o trabalho pode servir de modelo para compreender os outros pores sócio teleológicos, já que, quanto ao ser, ele é a sua forma originária” de objetivação da teleologia (LUKÁCS, 2013, p. 147).

A emergência da questão da práxis social tem origem no desenvolvimento do caráter social do trabalho, quando a cooperação entre os homens se torna bastante relevante, de modo a proporcionar o surgimento da divisão social do trabalho, independentemente da existência ou não do valor de troca. Ocorre que o determinante fundamental neste caso é a relação entre os homens com fim de objetivação cooperada de finalidades determinadas (LUKÁCS, 2013, p. 150).

Quanto a práxis social, no decorrer do desenvolvimento do gênero humano, paralelamente à relação entre homem e natureza, são desenvolvidas interrelações entre os homens, de modo que emerge a práxis social interativa. Esta se relaciona à persuasão junto a outros seres sociais conforme determinadas posições teleológicas, sendo que o fundamento das posições

teleológicas intersubjetivas implica a ação entre os seres sociais (ANTUNES, 2009, p. 40).

É relevante destacar, portanto, que na teoria social de tradição marxista o trabalho é inerente e condição do ser humano genérico, mas na forma social e histórica própria da sociedade moderna, é expressão da atividade alienada no contexto da sociabilidade do capital.

Todos os fatos e eventos que caracterizam o ser social com tal são resultados de cadeias causais postas teleologicamente em movimento. (LUKÁCS, 2013, p. 145).

O conjunto do ser social, nos seus traços ontológicos fundamentais, está construído em cima de pores teleológicos da práxis humana, formalmente sem levar em conta em que medida os conteúdos teóricos de tais pores. Em termos gerais, captam corretamente o ser, bastando que estejam em condições de realizar suas finalidades imediatamente almejadas, obviamente tampouco levando em conta se suas consequências causais ulteriores corresponde as intenções dos sujeitos dos pores. (LUKÁCS, 2013, p. 145).

Objetivamente quais as cadeias causais que esses pores põem em movimento e que efeitos esses têm sobre a totalidade do ser social. (LUKÁCS, 2013, p. 145).

Examinar os pores teleológicos: tanto no que se refere à sua constituição objetivo-estrutural como no que se refere aos seus efeitos sobre os sujeitos que os põem. Na realidade o ato de pôr fim possui gênese e funções sociais bem concretas. (LUKÁCS, 2013, p. 145).

Ele decorre das necessidades dos homens, e não só dessas necessidades em sua universalidade, mas dos desejos pronunciadamente particulares voltados para a sua satisfação concreta; esta, as respectivas circunstâncias concretas, os meios concretos e as possibilidades concretas socialmente disponíveis é que determinam concretamente o pôr do fim, e é óbvio que o tipo de seleção dos meios, assim como o da realização, são possibilitados tanto quanto limitados pela totalidade dessas circunstâncias. (LUKÁCS, 2013, p. 145).

Só assim o pôr teleológico pode converter-se, tanto individual como genericamente – em veículo central do homem. Com isso ele comprova que era a categoria elementar específica que diferencia qualitativamente o ser social

de qualquer ser natural. (LUKÁCS, 2013, p. 146).

Antes de tudo, o trabalho é um processo em que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, controla e regula seu intercâmbio material com a natureza. (...) No fim do processo de trabalho, aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador (MARX, 2010, p.211-2).

Para dar continuidade a compreensão do trabalho torna-se necessário entender o processo de produção e reprodução social de uma dada sociedade.

1.3 O trabalho na esfera da produção e reprodução social

A sociedade mercantil se caracteriza pela produção baseada na troca privada, consistindo assim em uma forma social particular do processo social de produção.

Neste contexto, existe uma dupla forma de trabalho inscrito no processo social de produção: o trabalho concreto e o trabalho abstrato.

Importa ressaltar que o trabalho na sociedade, cujo modo de produção material é fundamentado na relação social do trabalho com o capital, segundo Marx (2013) é ao mesmo tempo uma unidade de duas determinações contraditórias, quais sejam: processo de trabalho e processo de valorização.

Ao analisar o trabalho, identifica-se inicialmente que este possui um conteúdo material, oriundo do processo de trabalho, que se identifica essencialmente com a produção de valores de uso, em qualquer período histórico, independente das relações sociais predominantes. Neste aspecto importa a produção que resulta na materialidade conferida pela ação humana transformadora, em condições propícias que incluem meios e objeto de trabalho. (MARX, 2013, p. 78)

Contudo, o trabalho possui também uma forma social e histórica, que se identifica no capitalismo ao processo de valorização do capital. A partir deste, o produto do trabalho se converte em valores de troca, importa o aspecto da produção que objetiva a valorização do capital, e por consequência sua reprodução ampliada. (MARX, 2013, p. 78)

Consideramos, portanto, a partir das afirmações acima, que o trabalho

impulsiona a reprodução do capital, visto que só esse é capaz de criar valor no processo de produção capitalista, por maior que seja o desenvolvimento das forças produtivas. É fato que o referido desenvolvimento resulta em crescimento no emprego de capital constante, visto que, com o avanço da técnica e da ciência, encontra-se progressivamente potencializada a produtividade do trabalho, o que possibilita que a produção material seja cada vez mais voltada ao fim de produzir meios de produção, convergindo em maior acumulação de capital. (MARX, 2013, p. 81)

No entanto, este movimento de ampliação do capital não permite ao mesmo abdicar do trabalho vivo, uma vez que é propriedade do trabalho conservar o valor antigo, acrescentando-lhe ao mesmo tempo mais valor. O aprimoramento dos meios de produção não implica a supressão do trabalho vivo. Sob o ponto de vista da dimensão abstrata do trabalho, este é um elemento preponderante para a realização da acumulação capitalista. (MARX, 2013, p. 81)

Considerando esses elementos, aponta-se a dimensão de trabalho produtivo analisada por Marx, onde o autor atribui inicialmente o aspecto da materialidade oriunda do processo de trabalho. Tal afirmativa encontra-se situada no capítulo V do livro I de O Capital, onde o autor, ao tratar o processo de trabalho em abstrato, analisando a relação entre homem e natureza, independentemente de suas formas históricas, afirma: “Observando-se todo o processo do ponto de vista do resultado, do produto, evidencia-se que meio e objeto de trabalho são meios de produção e o trabalho é trabalho produtivo” (MARX, 2013, p. 215). Contudo, desde já, sinaliza que tal conceituação não é suficiente para a análise do trabalho no modo de produção capitalista.

Ocorre que o produto do trabalho na sociedade capitalista deixa de ser resultado de uma atividade individual, para tornar-se produto social, oriundo de uma combinação de trabalhadores. O conceito de trabalho produtivo, portanto, amplia-se em virtude do caráter cooperativo do trabalho, ou seja, do trabalho coletivo, sendo que a participação na manipulação do objeto não é mais condição intrínseca do trabalho produtivo.

O conceito também se restringe, visto que não basta produzir valores de uso, a produção capitalista implica em produção de mais-valia, de modo

que só se configura como trabalhador produtivo aquele que produz mais-valia para o capital, ou seja, é assalariado do capital, servindo assim à sua auto expansão (MARX, 2013, p. 215).

Portanto, identificamos que trabalho, na sociedade capitalista, encontra-se subordinado ao capital, por isso, do ponto de vista do trabalho social, a produtividade envolve esta relação social predominante. De início tal subordinação era meramente formal, uma vez que a relação entre capital e trabalho era consentida, vinha a se realizar por livre iniciativa entre trabalhador direto e o capitalista. (MARX, 2013, p. 215).

Contudo, na medida em que o capital se apropria de todo um ramo de produção e depois de ramos decisivos da produção da vida material, tal subordinação deixa de ser formal para se tornar uma subsunção real do trabalho ao capital. E é justamente esta relação entre trabalho e capital que condicionará o primeiro à criação de mais-valia como condição determinante para ser produtivo, em sua relação com o capital. (MARX, 2013, p.215).

A criação de valor e valor excedente, portanto, é condição determinante do trabalho no modo de produção capitalista, de modo que, uma vez apropriado pelo capital como meio de valorização, o trabalho aparece na sociedade atual predominantemente como força de trabalho. Como elemento de um processo de produção que não pertence ao trabalhador, à parte variável do capital investido, que se configura como um tipo de mercadoria, cujo meio de troca é o salário. (MARX, 2013, p. 215).

O valor de uso da força de trabalho encontra-se na capacidade de trabalho, que colocada em ação, como parte de um processo de produção capitalista, agrega valor ao objeto de trabalho. Valor este mensurado pela quantidade de trabalho incorporada no produto, determinada pelo tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção. Ocorre que a análise do trabalho como elemento, de um processo de produção, passível de criação de valor, implica compreendê-lo em sua dupla dimensão, uma vez que não podemos perder de vista a sua capacidade de humanização, como também o aspecto que o subordina ao capital. (MARX, 2013, p. 217).

Neste sentido, o produto do trabalho é ao mesmo tempo unidade de valor de uso e de valor de troca, do mesmo modo que seu processo de produção é ao mesmo tempo processo de trabalho e processo de valorização. Ocorre

que o trabalho possui uma dupla dimensão, que não pode ser compreendida de maneira dissociada. Tal atividade destinada a um fim, na sociedade capitalista, permite a objetivação de finalidades que visam atender necessidades humanas, mas permeada fundamentalmente pela relação com o capital. (MARX, 2013, p. 217).

Quanto a esta dupla dimensão do trabalho – concreta e abstrata – uma refere-se ao trabalho útil, dispêndio de força de trabalho especificamente adequada a um fim, que visa à produção de valores de uso; a segunda relaciona-se ao dispêndio de força de trabalho no sentido fisiológico, ao *quantum* do trabalho que pode ser empregado para a valorização capital. (MARX, 2013, p. 217).

Neste caso não importa o conteúdo do trabalho, é indiferenciado no que se refere à função que realiza, nessa condição de dispêndio de força humana abstrata, é medido, em condições sociais médias, pelo tempo empregado para sua realização (ANTUNES, 2009).

No modo de produção capitalista a dimensão concreta do trabalho, torna-se subordinada à sua dimensão abstrata, que visa à valorização do capital. Deste modo, em relação ao trabalho prevalece a condição de dispêndio de força humana para a produção de valores de troca, em detrimento da produção essencialmente voltada para o atendimento das necessidades humanas. Neste sentido, importa compreender melhor o processo de valorização do capital. (MARX, 2013, p. 219).

Em virtude de tal valorização, o trabalho é determinado socialmente para criação de mais valor do que o equivalente ao de sua força de trabalho. Tal atividade deixa de ser orientada fundamentalmente para a reprodução das necessidades humanas e cumpre a função de criação de riqueza excedente a ser apropriada por uma pequena parcela de detentores dos meios de produção. (MARX, 2013, p. 220).

Portanto, a relação social estabelecida entre capital e trabalho pressupõe a transfiguração do fundamento do trabalho a partir das determinações e exigências do capital, em detrimento de sua capacidade de humanização. Ou seja, na sociedade do capital é inegável a subordinação do trabalho ao capital, de modo que, para compreender essa relação social que prevalece na maior parte do mundo, é válido buscar entendimento sobre o

processo de valorização do capital. Para tanto se faz necessário refletir sobre a criação de valor e mais-valia, nas condições determinadas pelo modo de produção capitalista. (MARX, 2013, p. 221).

O capitalista tem por objetivo produzir mercadorias que possuam valor de troca, contudo, só faz sentido para ele todo esse processo de produção se as mercadorias produzidas possuírem valor mais elevado que o valor do conjunto de mercadorias necessárias para produzi-las, ou seja, se resultarem em valor excedente, uma vez que sua finalidade é a acumulação de riqueza. Como é o trabalho incorporado à matéria que agrega valor, este será a fonte fundamental de expropriação do mais-valor pelo capitalista (MARX, 2013, p. 230).

A parte variável do capital, a força de trabalho, possui um valor de troca equivalente à sua produção e reprodução, ou seja, aos meios de subsistência e de manutenção necessários para que aquela possa se reproduzir. Seu valor de uso é o trabalho em ação, que é utilizado pelo seu comprador, uma vez alienado pelo trabalhador, que vende sua capacidade de trabalho no mercado, como uma mercadoria. (MARX, 2013, p. 231).

Assim como os demais vendedores de mercadorias, aliena seu valor de uso e absorve seu valor de troca, o salário. Ocorre que o valor produzido pelo trabalhador e o valor de sua reprodução são duas grandezas distintas, e é justamente o fato de o trabalho produzir mais valor do que custou ao capitalista que torna o processo de valorização do capital realizável. (MARX, 2013, p. 233).

Para a realização do processo de trabalho no capitalismo, o capital investido divide-se em capital constante, que são todos os meios e objetos de trabalho, necessários no processo de produção, e capital variável, aquele que entra no processo de produção com um valor determinado, mas cria um valor maior do que o empregado no início do processo produtivo, aquele que agrega valor – a força de trabalho. A valorização do capital, portanto, não prescinde do trabalho vivo, uma vez que aquela consiste na diferença entre trabalho realizado e trabalho remunerado. (MARX, 2013, p. 234).

Portanto, podemos considerar que a divisão do tempo de trabalho no processo de produção capitalista, consiste em tempo de trabalho necessário e tempo de trabalho excedente, de modo que o primeiro se refere à fração

necessária para a reprodução do valor da força de trabalho e o segundo à fração para a produção de valor excedente, apropriado pelo capitalista. Com isso, quanto maior o tempo dedicado à produção de valor excedente mais expropriado é o trabalho. (MARX, 2013, p. 234).

A partir da lógica da acumulação a tendência é o aumento de tal expropriação, o que pressupõe a extensão do tempo de trabalho cedido gratuitamente ao capitalista. O valor excedente é denominado como mais-valia, a qual pode ser extraída de diferentes formas. Se para tal objetivo prolonga-se a jornada de trabalho, ou ainda se promove o aumento de sua intensidade, de modo a submeter o trabalhador a condições exaustivas a fim de extrair arbitrariamente mais trabalho, realiza-se mais-valia absoluta. (MARX, 2013, p. 234).

Contudo, com o desenvolvimento das forças produtivas do capital, outros mecanismos são utilizados pela classe burguesa para a extensão do tempo de trabalho excedente, e maior valorização do capital. Em uma jornada dada, faz-se reduzir o tempo necessário para a reprodução da força de trabalho, que equivale à produção do equivalente aos meios de subsistência do trabalhador. Para tanto, não se trata da usurpação de parte dos meios de reprodução necessários, mas da diminuição do valor da força de trabalho, o que pressupõe a redução do valor dos meios de subsistência do trabalhador. (MARX, 2013, p. 234).

Para que ocorram as transformações que fazem alterar o espaço de tempo necessário e excedente é fundamental certa generalização do desenvolvimento das forças produtivas. Em resumo, para garantir o objetivo de produção em menos tempo com o mesmo valor referente a reprodução da força de trabalho, é necessário, maior produtividade do capital permitindo produção de maior quantidade de mercadorias no mesmo tempo de trabalho. (MARX, 2013, p. 236).

Com isso, produz-se em menos tempo as mercadorias necessárias à reprodução da força de trabalho, em virtude da maior produtividade do trabalho, que pode ser alcançada ao transformarem-se as condições técnicas e sociais do processo de trabalho. A partir deste movimento reduz-se a parte do tempo de trabalho destinada à reprodução da força de trabalho. Quando se generalizam as condições que permitem o aumento da produtividade do

trabalho, de modo a alcançar as indústrias que produzem os elementos necessários à reprodução do trabalhador, é possível a redução do valor de reprodução da força de trabalho. Esta forma de extensão da produção de mais-valia denomina-se mais-valia relativa. (MARX, 2013, p. 237).

A crescente expropriação do trabalho é a forma pela qual a classe capitalista aumenta suas possibilidades de reprodução do capital. O valor adiantado no processo de produção, investido em capital constante e capital variável, é reproduzido e acrescido de mais valor, uma vez que o trabalho neste processo conserva o valor do capital constante, produz valor equivalente ao de sua força de trabalho e ainda um valor sobressalente, que nada mais é que trabalho excedente, a mais-valia. (MARX, 2013, p. 237).

Este trabalho excedente, a mais-valia, serve à reprodução da classe capitalista, e ao acréscimo de capital, de modo que a junção de todos os elementos do processo produtivo somados ao acréscimo de capital, ao fim de cada processo produtivo, resulta na reprodução do capital, e assim na reprodução das relações sociais de produção. (MARX, 2013, p. 237).

A lei geral da acumulação capitalista, resultado da reprodução ampliada do capital e do processo de valorização, culmina na reprodução das desigualdades entre as classes sociais. Trata-se de uma lógica em que, quanto maior o acúmulo de capital, mais subtraído é o trabalho vivo. Este acúmulo, que se refere ao aumento de sua composição orgânica, resulta em maior composição de capital constante, e, por consequência, no aumento relativo da força de trabalho excedente. O movimento de reprodução ampliada do capital, portanto, implica na lei geral de acumulação capitalista, sintetizada por Marx, que observou o processo através do qual o aumento da riqueza, na sociedade burguesa, gera a pauperização da classe trabalhadora. (MARX, 2013, p. 237).

É notável que o trabalho, mesmo sendo explorado, de modo a dissociar o trabalhador do produto de seu trabalho e, configurar-se em atividade que serve ao atendimento prioritário de necessidades externas ao trabalhador, como atividade alienada, cumpre seu papel na produção da vida material. Nesta forma o trabalho torna-se social pela mediação do valor de troca, atende a necessidades sociais de outros indivíduos, distanciando o trabalhador da possibilidade de realização de uma atividade auto criadora. Cabe, portanto,

refletir sobre a centralidade da categoria trabalho no modo de produção atual, conforme o grau de desenvolvimento das forças produtivas e relação dos sujeitos sociais com a referida atividade. (MARX, 2013, p. 237).

O trabalho é uma atividade consciente que recai sobre um objeto. O resultado desta atividade, posto que planejado, é seu produto. Se a atividade não se realiza sobre um objeto, mas apenas na imaginação, não há produto; se, por outro lado, a atividade não é consciente, ou seu resultado não existe previamente na imaginação de seu agente, então não é produto do trabalho. Além de ser a finalidade da atividade, o produto do trabalho é sua objetivação, concretiza-se em um objeto exterior alterando a sua forma:

No processo de trabalho, a atividade do homem opera uma transformação, subordinada a um determinado fim, no objeto sobre que atua por meio do instrumental de trabalho. O processo extingue-se ao concluir-se o produto. O produto é um valor-de-uso, um material da natureza adaptado às necessidades humanas através da mudança de forma. O trabalho está incorporado ao objeto sobre que atuou. Concretizou-se, e a matéria está trabalhada. O que se manifestava em movimento, do lado do trabalhador, se revela agora qualidade fixa, na forma de ser, do lado do produto. Ele teceu, e o produto é um tecido (MARX, 2013, p. 214-215).

Do mesmo modo que a expressão processo de trabalho é utilizada por Marx quando pretende destacar o aspecto ativo do trabalho, ou focar a atividade, a expressão trabalho produtivo em sua dimensão geral é empregada quando a ênfase deve recair sobre o produto do trabalho, ou nas palavras de Marx, “Observando-se todo o processo do ponto de vista do resultado, do produto, evidencia-se que (...) o trabalho é trabalho produtivo”. (MARX, 2013, p. 215).

Para fins desse estudo, considera-se todo trabalho como produtivo e, assim, não existe trabalho improdutivo, uma vez que aquilo que não se converte em ação objetiva ou atividade sensível, que não se faz objeto externo, não é trabalho. Por conseguinte, não há, em Marx, uma categoria de trabalho produtivo em geral, na medida em que trabalho produtivo não é uma categoria diversa da categoria trabalho. (MARX, 2013, p. 234).

O trabalho produtivo em sua dimensão genérica expressa a produção humana em termos abstratos, e por essa razão é pressuposto da análise da forma de sociabilidade específica do capital. “A produção em geral é uma

abstração, mas uma abstração razoável, na medida em que, efetivamente sublinhando e precisando os traços comuns, poupa-nos a repetição” (MARX, 2013, p. 235).

Parte-se da delimitação histórica que Marx estabelece ao conceituar o trabalho como produtivo ou improdutivo. Trabalho produtivo é, em Marx, uma categoria que, assim como as outras categorias econômicas que analisa, só pode ser definida com referência ao modo de produção social específico sob o qual se efetiva. (MARX, 2013, p. 235).

As categorias econômicas não são e não podem ser tratadas como exterioridades empíricas ou dados da objetividade imediata, mas expressam formas objetivas das relações sociais que determinam a produção da vida material e, portanto, são sempre históricas ou datadas. (MARX, 2013, p. 235).

Interessa examinar a distinção que Marx estabelece entre o trabalho em geral produtivo e o trabalho produtivo para o capital, fazendo do trabalho produtivo sob o modo de produção capitalista um caso específico, socialmente determinado, do trabalho produtivo em geral, que independe das determinações histórico-sociais particulares. (MARX, 2013, p. 235).

Essa demarcação proposta por Marx é original. O foco de sua atenção a esse respeito recai sobre o trabalho produtivo no interior do modo de produção capitalista ou “do ponto de vista do capital”, uma vez que o objetivo amplo de sua obra econômica é desvendar a forma capitalista de organização social da produção com vista à sua superação.

A produção é necessariamente social, isto é, implica um coletivo de indivíduos e não pode ser desenvolvida por um indivíduo isolado. Esta necessidade advém do caráter consciente do trabalho.

O caráter consciente ou social do trabalho advém da finalidade geral de toda produção, qual seja, criar valor-de-uso. Contudo, à atividade produtiva, precede o fator subjetivo, a produção, a dimensão teleológica, a existência da ideação na imaginação do trabalhador.

A produção é meio de satisfação de necessidades que se realiza efetivamente com o consumo individual: consumir é satisfazer necessidades por intermédio de um objeto externo. Contudo, Marx ressalta que o consumo não se separa da produção, mas ao contrário, “A produção é imediatamente consumo” (MARX, 2013, p. 241).

Embora coincidam de modo imediato, produção e consumo não são idênticos, pois, “opera-se um movimento mediador entre ambos” (MARX, 2013, p. 255): a produção é mediação do consumo na medida em que cria seu objeto, e o consumo é mediador da produção na medida em que cria, para o produto, o sujeito, sem o qual deixa de ser produto, tornando-se meramente um dado imediato.

Desse modo, a determinação geral da produção segundo a qual o homem transforma a natureza moldando o objeto natural, com a finalidade de adequá-lo às necessidades humanas, significa não apenas a transformação objetiva, mas também subjetiva. Transformar a natureza exterior consiste ao mesmo tempo em moldar a natureza humana. (MARX, 2013, p. 255).

A produção, como movimento contínuo de transformação da natureza objetiva e subjetiva se dá por intermédio da acumulação do trabalho passado, ponto de partida de toda produção. O que define o caráter histórico da produção humana é o desenvolvimento produtivo, que se dá a partir do acúmulo do trabalho passado, incorporado nos meios objetivos e subjetivos de produção, ainda que estes sejam apenas, em princípio, experiências determinadas incorporadas como técnica na subjetividade dos indivíduos produtores: “Não há produção possível sem trabalho passado, acumulado.” (MARX, 2013, p. 256).

Para Marx o trabalho produtivo diz respeito à categoria econômica circunscrita ao modo de produção capitalista, quando a expressão é utilizada com referência ao trabalho específico que produz valores de uso determinados, refere-se ao processo de trabalho em sentido geral e, portanto, significa trabalho que se objetiva ou que resulta em um produto particular. (MARX, 2013, p. 257).

Como, por um lado, a referência à produção em geral, sem consideração pela forma de sociabilidade em que ocorre, é sempre uma abstração, e por outro, Marx pretende desvendar as relações capitalistas de produção, há passagens em que o autor destaca a dimensão abstrata da produção ao abordar o trabalho produtivo no interior do modo de produção do capital. (MARX, 2013, p. 260).

Neste capítulo a intenção é delimitar em linhas gerais o conceito de valor de uso e valor de troca. No contexto da análise de aspectos econômicos

da forma social do capital, as passagens que qualificam como produtivo o trabalho concreto, isto é, produtor de valor de uso específico por meio de atividade determinada, referem-se também à sua acepção geral.

É relevante expor brevemente as categorias de valor e de mais-valia com o objetivo de indicar como o processo de trabalho, atividade em que os indivíduos criam valores de uso, se faz processo de valorização, em que a produção de valores de uso toma a forma da produção de capital. Marx trata da especificidade do produto gerado no modo de produção capitalista, isto é, da determinação mais imediata do valor do uso quando produzido sob esta forma social. O produto do trabalho sob a organização social do capital é gerado como mercadoria. A mercadoria define-se como valor de uso produzido para a troca. (MARX, 2013, p. 264).

Deste modo, além de valor de uso, a mercadoria deve ter um valor de troca, que aparece primeiramente como uma proporção em que se trocam valores de uso. Como os valores de uso caracterizam-se justamente por suas qualidades distintas, que os fazem capazes de satisfazer necessidades as mais diversas, para encontrar a qualidade comum a todos os valores de uso, é preciso justamente abstrair seu caráter útil, sua especificidade. Deixando de considerar suas qualidades específicas como valores de uso, resta às mercadorias ser produto do trabalho humano, trabalho objetivado:

Se prescindirmos do valor-de-uso da mercadoria, só lhe resta ainda uma propriedade, a de ser produto do trabalho. Mas então o produto do trabalho já terá passado por uma transmutação. Pondo de lado seu valor-de-uso, abstraímos, também, das formas e elementos materiais que fazem dele um valor-de-uso. Ele não é mais mesa, cãs, fio, ou qualquer coisa útil. Sumiram todas as suas qualidades materiais. (MARX, 2013, p.260)

Os valores de uso, à parte aquilo que os distingue e os torna úteis, têm em comum o fato de serem produto do trabalho humano. Essa qualidade comum é a substância da determinação do trabalho. (MARX, 2013, p. 265).

Contudo, deve-se atentar para o caráter do trabalho que identifica as mercadorias. Se, para alcançar a determinação comum aos valores de uso, que consiste em seu valor, deve-se abstrair de sua especificidade útil, de suas formas e elementos próprios, tampouco se deve levar em conta o caráter concreto dos trabalhos diversos que os engendram, a atividade específica de produzir um valor de uso determinado.

Desse modo, o que gera a propriedade comum a todas as mercadorias não é o trabalho em seu aspecto concreto, determinado, pois, ao abstrair do caráter útil das mercadorias, abstrai-se também a utilidade específica do trabalho que as produz.

Ao analisar as sociedades pré-capitalistas, Marx também utiliza o termo produtivo para designar o trabalho material, ou realizado pela classe que produz (valores de uso), como modo de distinguir as atividades da classe produtora e da classe dominante. (MARX, 2013, p. 270).

Nesses casos, trata-se do trabalho produtivo em geral, pois, Marx abstrai das relações sociais de produção e destaca o atributo do trabalho de gerar valores de uso. (MARX, 2013, p. 274).

A produtividade do trabalho, que designa a relação entre a quantidade de valores de uso e a quantidade de tempo de trabalho necessária para sua produção, tem como referência o processo de trabalho, uma vez que a produtividade diz respeito à atividade específica, que utiliza meios de trabalho particulares, com a finalidade de produzir valores de uso determinados. Por isso, as mudanças na produtividade do trabalho são sempre condicionadas por elementos concretos da produção:

O trabalho se torna mais produtivo por gerar maior quantidade de valores de uso em menos tempo, devido ao incremento de tecnologias. Trata-se, pois, do processo de trabalho ou do trabalho concreto e, portanto, da acepção geral de trabalho produtivo.

Também não é mais o trabalho do marceneiro, do pedreiro, do fiandeiro, ou qualquer outra forma de trabalho produtivo. Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, também desaparece o caráter útil dos trabalhos neles corporificados, desvanecem-se, portanto, as diferentes formas de trabalho concreto, elas não mais se distinguem umas das outras, mas reduzem-se, todas a uma única espécie de trabalho, o trabalho humano abstrato (MARX, 2013, p. 60).

O trabalho humano abstrato, “resíduo dos produtos do trabalho” quando deles se abstrai a utilidade específica, e por conseguinte, o caráter concreto da atividade, consiste na “objetividade impalpável, a massa pura e simples do trabalho humano em geral, do dispêndio de força de trabalho humana, sem consideração pela forma como foi gasta” (MARX, 2013, p. 60).

Esta é a qualidade comum a todos os produtos do trabalho que permite que sejam comparados, e assim estabelecida a proporção em que são trocados. O trabalho abstrato é, pois, a substância do valor das mercadorias: “Como configuração desta substância social que lhes é comum, são valores, valores- mercadorias. (...) O que se evidencia comum na relação de permuta ou no valor- de-troca é, portanto, o valor das mercadorias”. (MARX, 2010, p.60).

O caráter abstrato do trabalho, ou trabalho humano em geral, não é, contudo, uma abstração intelectual das atividades específicas, levada a cabo com o objetivo de tornar comparáveis valores de uso que se definem pela multiplicidade, e assim possibilitar a troca. Ao contrário, ele é resultado da forma social da produção em que o conjunto dos valores de uso são criados com essa finalidade específica, qual seja, a troca.

Todo trabalho, enquanto atividade, realiza-se no decorrer do tempo, e, por essa razão, todo produto, independente das relações sociais mediante as quais é gerado, contém tempo de trabalho humano. No entanto, o trabalho abstrato e seu resultado próprio, o valor, apenas existem socialmente, isto é, como fatores objetivos do trabalho e de seu produto, na medida em que a prática da troca entre resultados de produções privadas exige a comparação dos produtos e a definição da proporção em que são trocadas.

Para a constituição do trabalho complexo é imprescindível a formação subjetiva do trabalhador, que se dá por meio do conhecimento. Assim, ainda que o trabalhador qualificado realize atividade material, sua formação e a reprodução de sua força de trabalho específica requerem atividade imaterial: o conhecimento, como a forma própria de incorporação subjetiva dos resultados do trabalho social como uma forma de mediação necessária à atividade complexa.

A incorporação subjetiva de conhecimento bem como a produção de novos conhecimentos são atividades imateriais, complexas, cujo produto consiste na transformação da subjetividade, e não, como no trabalho objetivo, a transformação da natureza exterior.

O conhecimento é então trabalho de tipo particular. Sua peculiaridade consiste no objeto que é alvo de transformação, a saber, a natureza subjetiva dos indivíduos sociais. Se todo trabalho é atividade consciente de intercâmbio

com a natureza, atividade de transformação da natureza direcionada a moldá-la com o objetivo de torná-la adequada à satisfação de necessidades humanas, o conhecimento é trabalho que se dirige a alterar a forma da subjetividade, isto é, da própria natureza humana, ou ainda, de um âmbito particular da natureza que consiste nos próprios sujeitos sociais. O objeto do conhecimento é o mundo exterior, tanto a natureza quanto as relações sociais.

É, pois, trabalho imaterial na acepção marxiana, ou seja, do ponto de vista do produto: o resultado ou valor de uso que esse trabalho particular engendra é a conformação subjetiva, embora esse resultado só se produza por meio da relação do sujeito com o objeto do conhecimento, e ainda que para isso sejam necessárias atividades materiais. Cria, desse modo, como seu produto específico, a força de trabalho social adequada às finalidades da reprodução social.

O homem, em sua atividade prática, é ativo em dois diferentes âmbitos, de dois modos, quais sejam, a idealização e a efetivação. Para que seja possível a efetivação prática, é preciso que exista uma projeção, uma pré-ideação, uma antecipação ideal da efetivação prática.

Se o conteúdo idealmente antecipado é, de fato, posto em prática nos objetos sensíveis do mundo, então isso quer dizer que a pré-ideação foi capaz de apreendê-los, o que só se dá porque conhece a lógica própria dos objetos.

Além disso, se antecipou idealmente e porque se propôs uma finalidade. O sujeito conhece, pois, ao menos aqueles objetos sobre os quais age efetivamente. Assim, todas as formas que o trabalho assume na transformação da natureza objetiva resultam também na conformação subjetiva do indivíduo que produz e que consome o produto.

Esta é a primeira determinação que faz do trabalho uma categoria em si mesma complexa: o trabalho envolve sempre dois momentos, ou seja, é necessariamente atividade de transformação objetiva e subjetiva. Marx afirma, em uma passagem exemplar:

Antes de tudo, o trabalho é um processo em que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, controla e regula seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais. Não se trata aqui de formas instintivas, animais de trabalho (MARX, 2010, p. 211).

O homem é, pois, ser natural. Mas ser específico que ultrapassa, pela forma de sua atividade, o metabolismo próprio aos elementos meramente naturais. O que caracteriza sua atividade específica é o caráter teleológico de sua ação transformadora, que confere “forma útil à vida humana” à natureza exterior. Ao fazê-lo, assimila-se ao objeto externo, que se faz então natureza humanizada.

A manipulação consciente da natureza, ou trabalho, acarreta a transformação do sujeito, na medida em que a atividade leva ao conhecimento das determinações do objeto e com isso permite sua manipulação e transformação. Além disso, o impulso de modificar a forma da natureza externa para adequá-la às suas próprias necessidades exige que a subjetividade se conforme à atividade, ou seja, a submissão do conjunto de suas forças ao seu domínio, ou à sua própria disciplina.

Assim, o homem não apenas se assimila à natureza exterior por meio da transformação ativa, como se molda subjetivamente de acordo com a disciplina exigida pela atividade, cujo motor é a finalidade por ele mesmo estabelecida. O homem controla seu intercâmbio com a natureza na medida em que estabelece enquanto finalidade ou pré-ideação a forma específica que sua ação deve conferir à natureza externa.

A possibilidade de efetivação dessa finalidade é dada pelo objeto cujas determinações, ao menos aquelas que concorrem para a ação de transformação, são apreendidas espiritualmente e delimitam a forma da atividade. Desse modo, o homem, em sua atividade sensível, não apenas imprime sua subjetividade na natureza exterior, como confere a si mesmo forma humana. Isto é, delimita-se enquanto ser que transforma a natureza para torná-la adequada à satisfação de necessidades cada vez mais

elaboradas.

Esse processo de conformação do mundo exterior é a produção. O desenvolvimento das necessidades é resultado do processo de produzir e consumir, satisfazendo necessidades antigas: nesse processo, o homem conforma sua subjetividade não apenas à disciplina da atividade, mas à forma do consumo imposta pelo produto. A produção do mundo exterior, ou seja, sua conformação em mundo humano, é também, em sentido geral, o desenvolvimento subjetivo dos indivíduos sociais. As capacidades subjetivas desenvolvem-se em sua objetivação. Assim, o trabalho, como atividade de transformação natural tanto objetiva como subjetiva, que impõe à natureza a finalidade humana, caracteriza essencialmente o homem, sobrepondo-se à sua determinação de ser natural. Marx resume:

Só através da riqueza objetivamente desenvolvida do ser humano é que em parte se cultiva e em parte se cria a riqueza da sensibilidade subjetiva humana (o ouvido musical, o olho para a beleza das formas, os sentidos capazes de satisfação humana e que se confirmam como faculdades humanas). De fato, não são apenas os cinco sentidos, mas também os chamados sentidos espirituais, os sentidos práticos (vontade, amor, etc.), numa palavra, a sensibilidade humana e o caráter humano dos sentidos, que vêm à existência mediante a existência do seu objeto, através da natureza humanizada. A formação dos cinco sentidos é a obra de toda a história mundial anterior (MARX; ENGLELS, 2010, p. 99).

O conhecimento, enquanto apreensão espiritual do objeto e proposição subjetiva da finalidade da ação humana, é momento imprescindível da atividade do trabalho. O trabalho produz conhecimento em sua prática imediata, uma vez que transformar a natureza exterior é ao mesmo tempo incorporá-la subjetivamente e estabelecer-se em relação a ela.

Ao longo do desenvolvimento histórico, as atividades de trabalho assumiram formas cada vez mais mediadas, isto é, com mediações cada vez mais elaboradas entre a objetividade material e a subjetividade, de modo que a transformação objetiva passou a demandar um conjunto cada vez maior de produção de conhecimento que intermedia a manipulação material.

A própria atividade prática impõe a necessidade de medições subjetivas, que consistem na apropriação espiritual do mundo natural e humano, para que as transformações objetivas se produzam.

Esta primeira determinação que faz do trabalho uma atividade complexa, produtiva ao mesmo tempo de resultados objetivos e de conhecimento, pode ser compreendida na consideração do trabalho em geral, ou seja, sem que se leve em conta as relações sociais historicamente definidas que mediam a atividade do trabalho.

Essa complexidade é própria ao intercâmbio do homem com a natureza, independente da forma que assumem as relações dos indivíduos entre si. Mas as relações sociais são mediações necessárias para o intercâmbio que o homem estabelece com a natureza, pois o trabalho é atividade social.

O intercâmbio com a natureza, a apropriação dos objetos naturais externos que é condição para o trabalho como atividade transformadora do mundo objetivo, implica a mediação da forma de relação entre os indivíduos sociais.

A condição de membro de um grupo social determinado é pré-requisito para a apropriação do objeto externo, do mesmo modo que a própria natureza exterior é pressuposto da atividade que a transforma.

Assim, a condição subjetiva em que o indivíduo se encontra, isto é, sua relação com grupo social, e que não é posta por ele, é tão determinante para a sua atividade produtiva quanto as condições objetivas, a natureza externa com que se depara.

Em outras palavras: as condições originais de produção surgem como pré requisitos naturais, como condições naturais de existência do produtor, do mesmo modo que seu corpo vivo, embora reproduzido e desenvolvido por ele, não é, originalmente, estabelecido por ele, surgindo, antes, como seu pré-requisito; seu próprio ser (físico) é um pressuposto natural não estabelecido por ele mesmo. Essas condições naturais de existência, com as quais ele se relaciona como com um corpo inorgânico, têm caráter duplo: elas são (I) subjetiva-se (II) objetivas. O produtor existe como membro de uma família, de uma tribo, um agrupamento de sua gente, etc. — o que adquire, historicamente, formas diversas resultantes da mistura e conflitos com outros. É como membro comunal, assim, que ele estabelece relações com determinada (parte da) natureza (chamemo-la de terra, solo), como seu próprio ser inorgânico, condição de sua produção e reprodução (MARX, 2010, p. 83).

As relações sociais que intermedeiam o intercâmbio do homem com a natureza são a possibilidade e o limite da produção. Assim como a linguagem, forma objetiva da consciência, não pode ser desenvolvida pelo indivíduo isolado, a produção, isto é, a transformação consciente da natureza dirigida à satisfação de necessidades estabelece-se apenas por meio do intercâmbio entre os indivíduos sociais.

Na produção, os homens não agem apenas sobre a natureza, mas também uns sobre os outros. Eles somente produzem colaborando de uma determinada forma e trocando entre si suas atividades. Para produzirem, contraem determinados vínculos e relações mútuas e somente dentro dos limites desses vínculos e relações sociais é que se opera sua ação sobre a natureza, isto é, se realiza a produção. (MARX, 2010, p. 69).

A natureza que o homem historicamente transforma no sentido de tornar mais adequada às necessidades humanas é tanto objetiva quanto subjetiva. O homem, sujeito da produção histórica da vida, é também objeto de si mesmo, e a transformação da natureza do homem é também produção de valor de uso. (MARX, 2010, p. 69).

O homem é parte da natureza que transforma e por isso o conhecimento é produto útil de atividade humana que satisfaz necessidades, trabalho, portanto, que têm como objeto a natureza do mundo (transformado ou não) ou do homem (suas atividades, relações objetivas, além da própria subjetividade) e, se separado da produção objetiva, tem como finalidade a transformação da natureza subjetiva. (MARX, 2010, p. 69).

Assim, as próprias necessidades, quando ultrapassam seu caráter imediatamente natural, tornam-se necessidades sociais e históricas, impulsionadas pela presença do objeto socialmente constituído. A transformação das necessidades é o processo de constituição da natureza subjetiva. (MARX, 2010, p. 69).

A produção é, pois, social em três sentidos: em primeiro lugar, porque a transformação objetiva é mediada pelas relações entre os indivíduos; em segundo lugar, porque a atividade produtiva engendra os indivíduos sociais; e em terceiro lugar, porque a produção reproduz uma forma da sociedade, um modo determinado das relações sociais gerais de produção. (MARX, 2010, p. 69).

A relação social de produção básica se expressa na forma geral da divisão do trabalho, isto é, na forma como os indivíduos cooperam para produzir. Qualquer que seja a forma do intercâmbio social, este abarca sempre algum grau de complexidade, posto que a criação dos valores de uso consumidos individualmente demanda a produção prévia dos instrumentos de trabalho, bem como do objeto sobre o qual recai, de modo que toda atividade específica de produção envolve muitas outras. (MARX, 2010, p. 70).

As diversas funções produtivas concretas não existem isoladamente, mas sempre como múltiplas atividades que se realizam umas em função de outras, e por isso se complementam. Desde as organizações mais primitivas do trabalho, portanto, há divisão de funções, ainda que em princípio meramente sexuais, de modo que os indivíduos não realizam todos as mesmas atividades. A necessidade das relações sociais para a produção imediata, expressas na divisão social do trabalho, é a segunda determinação que faz do trabalho categoria em si mesma complexa. (MARX, 2010, p. 70).

Quando se estabelece a divisão social do trabalho propriamente dita, aprofunda-se a separação entre as diferentes funções individuais. A divisão social do trabalho se define em termos gerais pela subordinação do grupo de indivíduos produtores à classe que determina a finalidade da produção. Esta se subtrai às atividades produtivas materiais, apropriando-se do produto excedente do trabalho. (MARX, 2010, p. 70).

Com isso, a função social da classe dominante passa a abranger, além das atividades políticas que efetivam a coação da classe produtora permitido a expropriação de produto excedente do trabalho, a produção de valores de uso específicos, separados da produção material, que satisfazem necessidades sociais determinadas. (MARX, 2010, p. 70).

Nesses, inclui-se a produção imaterial, especificamente a produção de conhecimento nas diversas formas de arte, ciência e filosofia. Como conhecimentos separados da produção material, ou seja, não tecnológicos ou aplicados, tornam-se a forma específica do trabalho da classe dominante. (MARX, 2010, p. 70).

Assim, não obstante seja sempre parte componente ou momento inalienável do trabalho humano que o faz complexo, o conhecimento se autonomiza, com o desenvolvimento histórico da produtividade do trabalho

social, como valor de uso separado da produção material. (MARX, 2010, p.70). Expressa-se dessa maneira a divisão social do trabalho que, por um lado, efetiva a produção material, e, por outro, realiza a produção intelectual, associada ao controle da produção social e possibilitada pela extração de produto excedente do trabalho da classe produtora. (MARX, 2010, p. 70).

A função social da produção imaterial de conhecimento varia conforme a forma histórica da sociabilidade. Nas formações pré-capitalistas, essa produção se desenvolve como papel específico da classe dominante, distinguindo-se da produção material direta. (MARX, 2010, p. 70).

No modo capitalista de produção, essas atividades antes próprias à classe dominante são progressivamente subsumidas ao capital e efetivadas por trabalho assalariado. Isso ocorre por dois processos distintos. De um lado, o capital se apropria do conhecimento científico, tanto da natureza como das relações sociais, e o desenvolve em sentido tecnológico, para aumentar a produtividade do trabalho assalariado.

De outro, a produção intelectual que, por sua determinação concreta não pode ser aplicada para ampliar a produtividade do capital, é progressivamente transformada em mercadoria, e torna-se assim veículo para a produção de mais-valia.

Por conseguinte, à classe dominante na forma social do capital resta como atributo específico apenas o controle da produção e do intercâmbio sociais, mas deixa de compor a produção ativados valores de uso sociais, inclusive os imateriais.

Em qualquer forma social que se organiza sobre a divisão social do trabalho, entretanto, existe produção imaterial de valores de uso que respondem a necessidades sociais determinadas, independente da forma que a divisão do trabalho e a finalidade social da produção imprimam a tais necessidades.

Sejam os valores de uso produzidos e consumidos apenas pela classe dominante, sejam eles incorporados à produção coletiva como força produtiva, ou ainda, tornados mercadorias, são sempre produtos do trabalho humano que satisfazem necessidades sociais definidas.

É preciso, pois, considerar o contínuo desenvolvimento histórico da produtividade do trabalho social e o consequente desenvolvimento das

necessidades humanas que impulsionam o trabalho.

O aumento da produtividade do trabalho, ou, o que é o mesmo, a progressiva complexificação do trabalho social, que resume o fundamento da história, faz surgir necessidades que não se satisfazem por meio de produtos materiais, mas de objetos úteis ou valores de uso imateriais.

Além dessas necessidades, o incremento da produtividade do trabalho social, especialmente após o estabelecimento do modo de produção capitalista, amplia a necessidade do conhecimento como mediação da produção material e do intercâmbio social.

Se este sempre fez parte da atividade do trabalho por compor seu momento subjetivo, na tecnologia, o conhecimento se apresenta como mediação objetiva da produção dos valores de uso que satisfazem o conjunto das necessidades sociais.

O necessário desenvolvimento histórico, isto é, o movimento de contínua transformação no sentido de sua complexificação, é a terceira determinação que faz do trabalho categoria complexa em si mesma.

O trabalho não tem forma material ou social fixa, mas é categoria que se define por sua contínua transformação pela razão de que o sujeito, motor da transformação, é continuamente recriado por sua atividade prática, ou seja, redefinido nas relações sociais que estabelece e em sua subjetividade enquanto transforma a natureza exterior.

Marx define o trabalho como “um processo em que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, controla e regula seu intercâmbio material com a natureza” (MARX, 2013, p. 211).

O processo em que a ação humana controla seu intercâmbio com a natureza, ou trabalho, abrange a complexidade de uma relação entre sujeito e objeto que se define como social e histórica.

É útil examinar em linhas gerais como o capital, ao se estabelecer como relação social básica de produção, transforma a divisão social do trabalho, e com ela o caráter da atividade individual ou subjetiva do trabalho e o papel da produção imaterial.

O capital é relação social que permeia a apropriação humana da natureza conferindo-lhe uma forma determinada, qual seja, a propriedade

privada. Esta relação social com a natureza se expressa e se fundamenta em um modo definido da divisão do trabalho: a que se estabelece entre a classe produtora livre e assalariada e a classe proprietária dos meios de produção, ou seja, das forças produtivas geradas pelo trabalho social pregresso.

Essa forma das relações sociais de produção introduz uma finalidade nova ao trabalho e ao produto do trabalho social, que consiste na produção de valor acumulado como capital pela classe proprietária, isto é, na expansão quantitativa privada. Fazendo das forças produtivas sociais objetivas e subjetivas, capital, o modo de produção que tem por pressuposto determinadas relações sociais aprofunda em seu desenvolvimento histórico estas mesmas relações.

Isso porque a finalidade central do capital de produzir para acumular valor confere a esse modo de produção uma característica que o distingue de todos os anteriores.

Marx afirma que todo modo de produção, como conjunto de relações sociais de produção, é determinado pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas. O aprimoramento objetivo da produção social imprime transformações nas relações sociais entre os indivíduos sociais, expressa pela reordenação da divisão do trabalho.

Assim, cada forma de sociabilidade apresenta um limite para o desenvolvimento produtivo, a partir do qual as relações sociais se transformam ao ponto de acirrar as contradições próprias a esta forma social, levando-a à crise e à degeneração, que por fim constituem um novo modo de produção.

O capital, por sua finalidade de impulsionar a acumulação de valor, traz em si a determinação de desenvolver as forças produtivas.

Dado que o objetivo da produção é a ampliação privada de capital, que constitui a concorrência como forma de relação entre os proprietários, a redução dos custos privados da produção e da reprodução torna-se o motor para a consecução dessa finalidade.

A ampliação da produtividade do trabalho se faz meio para a expansão do capital. Por essa razão, o capital parece não ter o limite que é comum às formas de sociabilidade que o precederam, uma vez que traz em si a capacidade de impulsionar o desenvolvimento produtivo ao mesmo tempo em

que aprofunda as relações sociais que o caracterizam. O autor explicita:

A produção pelo valor e pela mais-valia, conforme também vimos, implica a tendência, sempre operante, para reduzir o tempo de trabalho necessário à produção de uma mercadoria, o valor dela, abaixo da média social vigente. O impulso para restringir ao mínimo o custo de produção torna-se a mais poderosa alavanca para acrescer a produtividade social do trabalho (...) (MARX, 2010, p.1157).

Contudo, o capital impulsiona o desenvolvimento da produção social de forma limitada à sua finalidade própria, isto é, restrita pelas relações de exploração do trabalho assalariado e de concorrência.

Só por existirem, antes, o trabalho na forma de trabalho assalariado e os meios de produção na forma de capital – por conseguinte só em virtude dessa configuração social específica desses dois agentes essenciais da produção –, parte do valor (do produto) configura mais-valia, e essa mais-valia, lucro (e renda fundiária), ganho do capitalista, riqueza adicional disponível que lhe pertence. Mas, só por configurar a mais-valia o lucro dele é que os meios de produção adicionais destinados a ampliar a reprodução, constituídos de parte do lucro, representam novo capital adicional, e a ampliação do processo de produção em geral, o processo de acumulação capitalista (MARX, 2010, p. 1157-8).

Assim, o capital, ao mesmo tempo que alavanca o desenvolvimento das forças produtivas, mantém-se como limite ao aprimoramento produtivo que não favorece a expansão capitalista, restrição cada vez mais evidente quanto mais o capital se expande e submete o conjunto das forças produtivas sociais, aprofundando a exploração do trabalho assalariado sobre a qual se erige o incremento da produtividade do trabalho.

A consideração do percurso histórico do capital é importante para a compreensão deste impulso e limite que confere à produtividade do trabalho, bem como a transformação que imprime ao processo de trabalho, às atividades individuais enquanto simples e complexas, e à produção imaterial do conhecimento; em suma, expressa a forma específica que a relação social do capital imprime ao trabalho produtivo de valores de uso.

Marx situa o trabalho como central para a compreensão do homem e das relações sociais que envolvem a produção e reprodução da vida. Ele busca compreender a essência do trabalho, uma vez que realiza uma crítica aos economistas políticos que concebem a produção material a partir da existência

da propriedade privada e da divisão do trabalho como elementos dados. (MARX, 2010, p. 88).

A compreensão do processo, neste caso não é contemplada, uma vez que o que deveria ser explicado é tido como ponto de partida.

Considera-se que toda a conceituação da categoria trabalho desenvolvida por Marx, precisamente abrange a existência do homem, a própria práxis fundamental a espécie humana, portanto, é por meio do trabalho, que o homem encontra meios de interagir com o mundo objetivo, desenvolve a si mesmo, enquanto indivíduo, enquanto ser natural e, produz e reproduz sua existência material, vital e espiritual por meio da relação com a natureza, constituindo-se como ser social.

Quanto ao trabalho na sociedade moderna, enquanto categoria, Marx (2010, p. 89) aponta as limitações daquele em torno da realização do homem. Esta forma social e histórica do trabalho impõe barreiras à realização das potencialidades humanas, de modo a restringir os horizontes do trabalhador meramente à sua sobrevivência, uma vez que limita sua práxis fundamental, o trabalho criativo, e, portanto, configura-se em uma mutilação intelectual e moral, uma desumanização do homem.

O modo de organização com relevância da produção humana, que é a forma que prevalece na sociedade contemporânea, a partir da ótica das classes hegemônicas, regula-se menos no conteúdo material da riqueza, que confere valor de uso aos produtos do trabalho humano, e mais na forma social que cria o valor de troca, cada vez mais superdimensionado.

Isto se dá porque predominam as relações que giram em torno da valorização e acumulação do capital, de modo que a produção não tem como função primeira satisfazer as necessidades humanas, mas visa prioritariamente reproduzir o capital.

Diante de todo o esboço acima, identifica-se que há um problema central no mundo contemporâneo em relação ao trabalho, o desemprego estrutural, próprio do desenvolvimento do modo de produção capitalista. Com a crescente exclusão de expressivos contingentes de trabalhadores do mercado de trabalho, torna-se alarmante a pobreza e miséria a que vários segmentos da classe trabalhadora estão submetidos, de modo a infringir direitos sociais e humanos.

No entanto, apesar da realidade acima mencionada, o acesso ao trabalho assalariado continua sendo o meio de garantia para a sobrevivência da grande massa de indivíduos que se encontra destituída dos meios de produção, os quais se configuram como propriedade privada da classe capitalista (IAMAMOTO, 2010, p. 78).

O trabalho, em virtude desta crise em torno do trabalho remunerado formal, que envolve uma crescente heterogeneidade do trabalho assalariado, perdeu sua qualidade subjetiva de elemento central das atividades humanas, e de referência social para o sujeito que trabalha.

Contudo, a objeção do autor à “sociedade do trabalho” – a heterogeneidade qualitativa do trabalho – é o que Marx denomina como possibilidade histórica do trabalho abstrato, de qualidade indiferenciada, como mero desgaste de força humana, ou trabalho social em geral (IAMAMOTO, 2010).

Ainda que haja uma redução quantitativa no mundo produtivo, o trabalho abstrato é fundamental para a criação de valores de troca. No modo de organização social mediado pelo mercado a satisfação das necessidades decorre do trabalho, em interação com os meios de produção. A diminuição do capital variável–força de trabalho – em relação ao aumento de capital constante

– trabalho morto – não elimina o papel do trabalho coletivo na produção de valores de troca. Portanto, não podemos reduzir a análise da perda da centralidade do trabalho à redução do emprego, em tempos de capitalismo financeiro. Ao contrário do que defendem os autores adeptos do fim da centralidade do trabalho, as tendências em curso na sociedade produtora de mercadorias não permitem concluir pela perda da centralidade da categoria em tela (ANTUNES, 2011).

Muito pelo contrário as transformações no mundo do trabalho têm trazido fortes indícios da tendência crescente de superexploração do trabalho na dinâmica do capitalismo contemporâneo, o que expressa quão imprescindível este é para a organização material da vida em sociedade, logo sua centralidade.

Ocorre que a dita heterogeneidade, que perpassa a redução do tempo físico de trabalho, a redução do trabalho manual e a ampliação do trabalho

intelectualizado não negam a lei do valor, quando se considera o trabalhador coletivo como expressão de muitas atividades combinadas. Neste sentido, é necessário diferenciar, conforme a distinção de Marx, trabalho concreto e trabalho abstrato, em virtude da dialética presente em sua forma social.

O trabalho possui de um lado um caráter útil, que advém do intercâmbio entre homem e natureza, como condição para a criação de coisas socialmente úteis e necessárias. De outro possui um caráter abstrato, que advém de sua condição de dispêndio de força humana produtiva, onde se abstrai o trabalho concreto, uma vez que a relevância deste trabalho indiferenciado perpassa a produção de valor, com a finalidade de valorizar o capital.

Levando-se em consideração esta dupla dimensão do trabalho, quando se aborda a crise da sociedade do trabalho é necessário situar a dimensão da qual se está tratando. “A desconsideração desta dupla dimensão presente no trabalho possibilita que a crise da sociedade do trabalho abstrato seja entendida equivocadamente como crise da sociedade do trabalho concreto” (ANTUNES, 2011, p. 83).

Da desconsideração da dimensão essencial do trabalho, como trabalho concreto, como fundamento do desenvolvimento humano, e única atividade capaz de possibilitar a base material da qual derivam as outras esferas da atividade humana, resulta a compreensão do trabalho como atividade necessariamente alienada. Nesta perspectiva compreende-se que o trabalho movido pela lógica do capital e pela mediação da mercadoria é ineliminável, de modo que não pode converter-se em uma verdadeira auto atividade.

Outra vertente da crise da sociedade do trabalho recusa o papel central do trabalho, tanto em sua dimensão abstrata, quanto concreta. De modo que desconsidera o papel deste na possibilidade de emergência de uma sociedade emancipada, onde esta atividade pode ser voltada à realização dos sujeitos, sendo dotada de sentido.

Afirma-se que a sociedade não seria mais regida pela lógica do capital, mas se configuraria como a sociedade dos serviços, pós-industrial e pós-capitalista. O que se evidencia nesta perspectiva de análise é que o trabalho não é mais uma categoria dotada de centralidade na sociedade contemporânea, nem como trabalho abstrato, nem como fundamento do desenvolvimento humano.

Antunes (2011) contrapõe as abordagens mencionadas ao relacionar a esfera do trabalho concreto ao “ponto de partida sob o qual se poderá instaurar uma nova sociedade” (ANTUNES, 2011, p. 87). Neste sentido o desenvolvimento das forças produtivas, impulsionado pelo capital, tem um significado emancipador se aproveitado em benefício das necessidades humanas. Para tanto, as forças produtivas do trabalho devem ser direcionadas para que as necessidades sociais sejam atendidas pelo trabalho necessário, de modo a possibilitar a existência do tempo disponível para que todos os indivíduos possam voltar-se ao seu autodesenvolvimento.

O trabalho enquanto categoria de análise é rico em mediações, que podem auxiliar em sua compreensão, tanto na forma social e histórica em que assume neste modelo de sociedade, como em sua forma genérica, como elemento primordial do desenvolvimento humano e da emergência do ser social.

É nesta direção que o próximo capítulo tem o intuito de apreender a categoria trabalho, de modo a capturar tais mediações, sobretudo na obra de Marilda Iamamoto, visto que a autora é uma referência importante no campo de formação e trabalho Profissional em Serviço Social. A autora, na medida em que busca compreender a essência da realidade na qual se insere a profissão de Serviço Social aborda o trabalho enquanto categoria central em suas análises.

CAPÍTULO II- O ENTENDIMENTO DA CATEGORIA TRABALHO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

Refletir sobre a formação profissional em Serviço Social implica em apreender os elementos constitutivos do processo de formação, bem como sobre as condições objetivas e subjetivas que envolvem esse processo e o exercício profissional do Assistente Social na contemporaneidade.

É uma tarefa desafiadora, mas necessária, pois, exige a compreensão da dinâmica contraditória que circunscreve o Serviço Social, isto é, exige a apreensão do movimento de produção e reprodução do capital e seus rebatimentos na formação profissional em Serviço Social.

É objetivo deste capítulo refletir e apreender o significado do processo de trabalho na formação profissional do Assistente Social.

É importante pontuar que as questões conjunturais das Unidades de Formação Acadêmicas (UFAs) e dos espaços socio-ocupacionais em que o Assistente Social estão inseridos interferem diretamente na definição do perfil e/ou na construção da identidade profissional.

É necessário pontuar que para não deixar de atender às necessidades do capital, visto que a formação profissional fragilizada coloca no mercado de trabalho um profissional acrítico, com postura unicamente técnico-operacional executiva de tarefas burocratizadas, alheio aos princípios e valores fixados no Projeto Ético- político Profissional e nas fundamentações teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa inconsistentes.

Considerando as possíveis fragilidades no processo de formação profissional, tende-se a aceitar e naturalizar, sem maiores questionamentos, a intervenção profissional, manifestada através de dificuldades na construção de planos de intervenções e estratégias de enfrentamento propositivas e necessárias nos espaços sócio ocupacionais. Dessa forma, poderão desenvolver ações profissionais que tendem para a reprodução e a manutenção da lógica desigual que fundamenta a sociedade capitalista.

No entanto, perseguindo os objetivos dessa pesquisa, o foco será no tocante aos referenciais teórico-práticos que fundamentam a formação profissional no Brasil e, orientam o processo de formação profissional, de forma a possibilitar ao Assistente Social condições e fundamentação teóricas-metodológica, compromisso ético-político e competência técnico-operativa para o exercício profissional.

Nesse sentido, serão abordados tópicos considerados fundamentais para compreender a articulação entre a formação profissional e o exercício profissional do Assistente Social.

Ao iniciar esse percurso teórico sobre a formação profissional, será abordado brevemente o movimento histórico da criação do Serviço Social, com o intuito de compreender o avanço teórico-metodológico da formação profissional, ao longo de sua trajetória histórica. Sobretudo, pois, o projeto de formação profissional expresso nas Diretrizes Curriculares de 1996 converge para a apreensão e o entendimento do Serviço Social da perspectiva democrática e emancipadora da formação profissional.

2.1. Breve histórico do Serviço Social no Brasil

A institucionalização do Serviço Social como profissão na sociedade capitalista brasileira realiza-se em um contexto, no qual estão presentes processos sociais, políticos e econômicos consolidam as relações entre as classes sociais no capitalismo. De uma forma geral, a institucionalização da profissão, no Brasil, associa-se à progressiva intervenção do Estado nos processos de regulação social na luta de classes.

O Serviço Social institucionaliza-se e legitima-se como especialização do trabalho coletivo reconhecida na divisão social e técnica do trabalho, como um dos recursos mobilizados pelo Estado e pelo empresariado, com o suporte da Igreja Católica para o enfrentamento e regulação dos problemas sociais, a partir da década de 1930.

O movimento político e social da Igreja Católica forneceu as bases teóricas e práticas para a formação profissional em sua fase inicial, segundo Iamamoto (2012, p. 178)

O Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS), considerado como manifestação original do Serviço Social no Brasil, surge em 1932 como o incentivo e sob o controle da Hierarquia. Aparece como condensação sentida por setores da Ação Social e Ação Católica – especialmente da primeira – de tornar mais e dar maior redimensionamento às iniciativas e obras promovidas pela filantropia das classes dominantes paulistas sob patrocínio da Igreja e de dinamizar a mobilização do laicado.

O CEAS objetivava promover a formação especializada de seus membros, o laicato, por meio da doutrina social da Igreja. Buscava ainda fundamentar sua ação nessa formação doutrinária e no conhecimento aprofundado dos problemas sociais, visando assim, tornar mais eficiente a atuação das trabalhadoras sociais, que em sua maioria eram mulheres provenientes das classes mais abastadas.

E, ainda, orientar e coordenar esforços direcionados para as diferentes atividades de caráter social, cuja missão consistia no apostolado junto à família operária, pobre e merecedora da “caridade” e “benevolência”.

No entanto, ao mesmo tempo em que crescia a demanda por quadros habilitados por formação técnica e especializada, dentro da própria ação social católica para a ampliação do trabalho social da Igreja, emergiu outro tipo de demanda – atendimentos especializados - proveniente de instituições estatais.

Essas demandas desenvolviam políticas sociais para o atendimento da classe trabalhadora e que demandavam por agentes sociais qualificados para atuarem diretamente nas expressões das questões sociais no âmbito institucional.

E sendo uma necessidade do Estado, o mesmo passou a regulamentá-la e incentivá-la, de forma a institucionalizá-la e, fomentar sua progressiva transformação em profissão reconhecida e legitimada na divisão social e técnica do trabalho.

Nesse sentido, conforme expressa Iamamoto (2012, p. 186):

Em 1936 é fundada pelo CEAS a primeira Escola de Serviço Social, esta não pode ser considerada como fruto de uma iniciativa exclusiva do Movimento Católico Laico, pois, já existia presente uma demanda – real ou potencial – a partir do Estado, que assimilará a formação doutrinária própria do apostolado social.

Segundo Iamamoto e Carvalho (2014, p. 231-247) a teoria e metodologia do Serviço Social brasileiro, fundamentou-se na relação orgânica com a Igreja Católica para formular seus primeiros objetivos políticos e sociais.

E por basear-se nessa relação, a formação técnica foi estruturada sob a Doutrina Social da Igreja Católica, portanto, orientada por posicionamentos de cunho humanista inspirados no ideário do Serviço Social franco-belga e no pensamento de São Tomás de Aquino, o neotomismo. A partir dessa

perspectiva:

Cabe ainda assinalar que, nesse momento, a “questão social” é vista a partir do pensamento social da Igreja, como questão moral, como um conjunto de problemas sob a responsabilidade individual dos sujeitos que os vivenciam embora situados dentro de relações capitalistas. Trata-se de um enfoque conservador, individualista, psicologizante e moralizador da questão, que necessita para seu enfrentamento de uma pedagogia psicossocial, que encontrará no Serviço Social efetivas possibilidades de desenvolvimento. (YAZBEK, 2009, p.131).

Resgata-se a pontuação sobre a questão social, ainda segundo Iamamoto e Carvalho (2014) em sua obra inaugural sobre o Serviço Social no Brasil, destacam que a constituição do exercício profissional requisitado pelo Estado para implementação de políticas que atendam suas demandas.

A relação antagônica que existe diz respeito, a manifestação da contradição entre proletariado e burguesia, que apesar de já existir, começa a ser reclamada de forma mais organizada pela classe trabalhadora (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

Para Iamamoto, a questão social é sinônimo de desigualdade e rebeldia e, afirma ainda que o Assistente Social se posiciona enquanto resistência e, que para no seu fazer profissional ter a capacidade de fazer mediações é de fundamental importância olhar pela perspectiva da apreensão das várias expressões que assumem a questão social na atualidade e, projetar formas de resistência de defesa da vida. (IAMAMOTO, 2012, p. 27).

O Serviço Social tem na questão social a base de sua fundação como especialização do trabalho. Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO, 2012, p. 27).

As demandas decorrentes das desigualdades sociais eram compreendidas como problemas individuais, como disfunções que precisavam ser tratadas individualmente. O problema estava no indivíduo e não no modo de organização desigual próprio do sistema capitalismo.

Contudo, os métodos de intervenção eram pautados no enquadramento das populações empobrecidas em modelo de ajustamento social.

Ainda para Yazbek (2009, p. 131), o

O conservadorismo católico que caracterizou os anos iniciais do Serviço Social brasileiro começa, especialmente, a partir dos anos 1940, a avançar tecnicamente ao entrar em contato com o Serviço Social norte- americano e suas propostas de trabalho permeadas pelo caráter conservador da teoria social positivista.

Um marco importante para o desenvolvimento da atuação profissional do Assistente Social foi a crise econômica pela qual passou o capital no final do século XIX e início do século XX, com seu ápice em 1929. Foi parte da estratégia de reversão da crise, além da constituição de monopólios e da expansão internacional da produção e do comércio, um Estado intervencionista, que passou a criar e implementar direitos e políticas sociais (MONTAÑO, 2009).

E foi neste contexto que se ampliaram as políticas sociais. Cabe apontar que as Políticas Sociais não originaram o Serviço Social, mas foram fundamentais para sua expansão.

Se fez necessária a profissionalização de agentes que têm como objeto de trabalho as contradições que advêm dessas relações sociais antagônicas entre capital e trabalho ou, o impacto dessas contradições nas condições de vida da classe trabalhadora.

Profissionais esses que são chamados a atuar no intuito de minimizar os efeitos do antagonismo entre as classes sociais, e enquanto trabalhadores assalariados são agentes do Estado, das empresas e instituições filantrópicas, chamados tanto para garantir a reprodução das condições de produção material, como para atender as demandas advindas da luta de classes. (MARTINELLI, 2003).

Na medida em que o Estado passou a atender algumas demandas da classe trabalhadora, objetivando atenuar as manifestações da questão social por via da racionalização das políticas sociais, o Serviço Social vivencia sua profissionalização, a partir das funções que assume na execução das referidas políticas. O que dá o tom dessa profissionalização é a ampliação da demanda por seu trabalho e o caráter assalariado da atividade. (MARTINELLI, 2003).

Os determinantes ora situados – questão social, Estado e Política Social – são elementos que se inter cruzam na determinação do trabalho do Serviço Social. Ocorre que a atividade profissional que temos como o centro da nossa

temática, é a mediação política entre a questão social e o Estado, quando este último passa a intervir na primeira (MONTAÑO, 2009).

Sendo a Política Social o instrumento privilegiado para materialização do trabalho em questão, visto que é o meio pelo qual se realiza a intervenção na questão social.

A questão social encontra-se diretamente relacionada ao processo de acumulação capitalista, que produz efeitos significativamente negativos às condições de vida e trabalho do conjunto da classe trabalhadora. Sua gênese está fundamentalmente relacionada à relação social que é a essência do capital, a apropriação privada da riqueza socialmente produzida. É também “indissociável da emergência do “trabalhador livre”, que depende da venda de sua força de trabalho como meio de satisfação de suas necessidades vitais”. (IAMAMOTO, 2012, p. 17).

Pela primeira vez na história presenciou-se o aumento da capacidade de produzir bens e serviços, na mesma medida em que aumentou o contingente de pessoas que além de não ter acesso a tais bens e serviços, perderam as condições materiais de produção (NETTO, 2009).

Com a influência norte-americana no processo de ensino especializado no Brasil, as escolas de Serviço Social começaram a relacionar-se com as instituições de ensino norte-americanas e, ainda, com os programas de bem-estar social típicos dos Estados Unidos no período do *Welfare State*⁵. A partir de 1945, já com a preocupação de elaborar e construir fundamentos teóricos próprios da profissão, o Serviço Social buscou no modelo norte-americano suporte teórico- científico e técnicas para a realização da prática profissional nos diferentes espaços sócio ocupacionais desse período.

E em conformidade com as diretrizes ideológicas reproduzidas pelas escolas norte-americanas, o Serviço Social no Brasil assumiu a perspectiva funcional, pautada em fundamentos positivistas, para a explicação de expressões das questões que atingiam o cotidiano das camadas

⁵ O Estado do Bem-Estar também é conhecido por sua denominação em inglês, *Welfare State*. Os termos servem basicamente para designar o Estado assistencial que garante padrões mínimos de educação, saúde, habitação, renda e seguridade social a todos os cidadãos. Ver em: DRAIBE, S. **O Welfare State no Brasil**, características e perspectivas. In: REVISTA DA ANPOCS, n 12, 1988.

populacionais mais empobrecidas do contexto brasileiro. Nesse período, as teorias de caso, grupo e comunidade passaram a fundamentar a metodologia de trabalho da profissão, com vistas, assim, a promover a integração do indivíduo ao meio social em que vivia.

A adoção da perspectiva norte-americana foi motivada pela busca de fundamentação científica, isto é, a cientificidade para explicar e intervir nas expressões da questão social, contrariando o posicionamento moralista e assistencialista característico do modelo europeu, adotado pela profissão em sua fase inicial.

Contudo, conforme esclarece Yazbek (2009, p. 147), com as determinações de atuação do Serviço Social foi requisitada uma orientação voltada com uma abordagem das relações sociais do indivíduo no seu cotidiano.

No caso do Serviço Social, um primeiro suporte teórico-metodológico necessário à qualificação técnica de sua prática e à sua modernização vai ser buscado na matriz positivista e em sua apreensão manipuladora, instrumental e imediata do ser social. Este horizonte analítico aborda as relações sociais dos indivíduos no plano de suas vivências imediatas, como fatos, como dados, que se apresentam em sua objetividade e imediatez. O método positivista trabalha com as relações aparentes dos fatos, evolui dentro do já contido e busca a regularidade, as abstrações e as relações invariáveis.

O Serviço Social brasileiro moderniza-se sob a matriz positivista e adota a perspectiva funcionalista para análise e compreensão das relações sociais estabelecidas no contexto brasileiro. A intervenção profissional buscava promover a adequação dos indivíduos desajustados à sociedade, que era compreendida como um sistema funcional e adequado, portanto, o indivíduo deveria se ajustar a ele.

Em termos teórico-práticos, a profissão amplia sua área de ação e, alarga as bases sociais do seu processo de formação profissional, o que lhe permite assumir um papel importante na organização e na execução das políticas sociais comandadas pelo Estado.

Entretanto, a partir da década de 1960, a profissão começa a questionar a legitimidade do referencial tradicional e funcionalista que, até então, orientará a formação e prática profissional. As mudanças sociais, políticas,

econômicas e culturais decorrentes das novas configurações expansionistas do capitalismo mundial incidiram diretamente sobre a América Latina.

Essas mudanças foram associadas às particularidades da formação sócio histórica do País e, se consolidaram com as relações sociais, ainda, mais desiguais e determinantes para o modo de reprodução do capital, condicionando segmentos inteiros da população trabalhadora à pobreza e miserabilidade social.

Diante de tais determinantes,

O questionamento a este referencial tem início no contexto de mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais que expressam, nos anos 60, as novas configurações que caracterizam a expansão do capitalismo mundial, que impõem à América Latina um estilo de desenvolvimento excludente e subordinado. A profissão assume as inquietações e insatisfações deste momento histórico e direciona seus questionamentos ao Serviço Social tradicional através de um amplo movimento, de um processo de revisão global, em diferentes níveis: teórico, metodológico, operativo e político. (YAZBEK, 2009, p. 148).

A profissão inicia um movimento de revisão teórico-prático dos referenciais teórico-metodológicos que orientarão a prática e a formação profissional do Serviço Social até a década de 1960.

Conforme Maria Ozanira Silva (2007, p. 72):

Desse modo, o Movimento de Reconceituação do Serviço Social, a partir da perspectiva hegemônica, no contexto da América Latina, impõe aos assistentes sociais a necessidade de ruptura com o caráter conservador que deu origem à profissão, calcado no atrelamento às demandas e interesses institucionais, e coloca como exigência a necessidade de construção de uma nova proposta de ação profissional, tendo em vista as demandas e interesses dos setores populares que constituem, majoritariamente, a clientela do Serviço Social.

Os rebatimentos conjunturais e estruturais forjados pelas relações de produção e reprodução do capital inspiravam a construção de um projeto profissional comprometido com as demandas emergentes das classes pauperizadas. Uma vez que, o referencial teórico-prático tradicional não apreendia a totalidade das relações sociais capitalistas e suas determinações sobre as condições de reprodução da classe dependente do trabalho.

É importante destacar que os espaços coletivos da categoria

contribuíram para o debate que ocorria nos anos de 1970 em toda a América Latina. As ditaduras instauradas tinham por objetivos neutralizar as forças sócio-políticas que eram capazes de se contraporem ao modelo de internacionalização do capital, adequar os padrões de desenvolvimento dos países ao novo cenário econômico e impulsionar as correntes políticas contrárias ao socialismo, visando suprimir o espaço de intervenção dos atores revolucionários (NETTO, 2009).

De acordo com Yazbek (2009, p. 148):

Este movimento de renovação que surge no Serviço Social na sociedade latino-americana impõe aos assistentes sociais a necessidade de construção de um novo projeto comprometido com as demandas das classes subalternas, particularmente expressas em suas mobilizações. É no bojo deste movimento, de questionamentos à profissão, não homogêneos e em conformidade com as realidades de cada país, que a interlocução com o marxismo vai configurar para o Serviço Social latino americano a apropriação de outra matriz teórica: a teoria social de Marx. Embora esta apropriação se efetive em tortuoso processo.

O acirramento das condições de exploração do trabalho implicou na tomada de consciência pela classe trabalhadora, que passou a se organizar com vistas a reivindicar melhores condições de vida e, trabalho. Bem como um reconhecimento por parte do Estado a respeito da condição de pauperização da grande massa da população.

Sendo assim a atividade que cabe ao Serviço Social, destaca-se pelo atendimento às demandas oriundas de relações cultivadas no modo de produção capitalista e, sobretudo, nas desigualdades afixadas na divisão social do trabalho e a existência de classes subalternizadas e exploradas em determinação da burguesia e do lucro. (IAMAMOTO, 2012, p. 54).

Considera-se, portanto, que o Assistente Social atende as necessidades sociais derivadas do conflito histórico das classes sociais e, como resultado das mesmas o cotidiano de trabalho junto às expressões da questão social, cujo objeto central conforme pontuamos acima encontra-se na contradição fundamental entre o capital e trabalho. (IAMAMOTO, 2012, p. 54).

De modo geral, o período de transição entre os anos de 1970 e 1980 marcaram um período de crise e ruptura. Na sociedade brasileira se articulou contra a ditadura militar, e os movimentos sociais tomaram novas forças na luta pela democracia, influenciando de maneira determinante o

posicionamento da categoria de Serviço Social no que se refere ao direcionamento social de sua prática profissional.

Segundo as autoras Abramides e Cabral (1995) foi a partir do III Congresso Brasileiro de Serviço Social (CBAS) realizado em 1979, o momento demarcatório para incluir parâmetros no movimento organizatório da categoria e, assinalou o posicionamento ético político cunhado no compromisso com os setores populares.

É importante destacar que o Serviço Social recorre a intervenções fundamentadas em interesses de acordo com a luta da classe trabalhadora, o que inclui, busca pela legitimação da democracia, reconhecendo que o assistente social, como trabalhador assalariado está inserido na divisão sócio técnica do trabalho.

Portanto, em decorrência dos rumos que foram sendo assumidos pelo debate profissional, se alinhavam a teoria crítica elaborada por Marx, que segundo Iamamoto (2012) é desveladora dos fundamentos da produção e reprodução da questão social.

A partir do momento vivido no Brasil no decorrer dos anos 1970 e 1980, os assistentes sociais iniciaram a construção de um projeto profissional coletivo, com base em uma consciência política acerca do papel que desempenhavam nos processos sociais, dando subsídios para a reformulação da formação profissional, partindo do entendimento de que esta deveria instrumentalizar o assistente social para uma prática efetiva e comprometida com o seu usuário.

Para Mourão (2002, p. 67) essas mudanças ocorridas na sociedade, contribuíram para que os assistentes sociais refletissem e questionassem a “função social da profissão "ênfatizando o debate sobre a importância da formação profissional no desenvolvimento de uma prática qualificada e consequente no interior das relações de classe da sociedade brasileira".

A partir do Movimento de Reconceituação inicia-se o movimento de intenção de ruptura, resumidamente, o processo que busca romper com o conservadorismo na profissão. No âmbito da formação profissional, o debate desenvolvido pela categoria neste contexto de discussão da profissão, coloca a necessidade de se discutir e avaliar o projeto de formação que orientava a formação dos profissionais.

Conclui-se, brevemente, que o Movimento de Reconceituação se articulou sob a conjuntura imposta pela ditadura militar, fato esse que impossibilitou a contestação expressiva da ordem política, o que levou a profissão a priorizar a construção de um projeto tecnocrático e modernizador, como ficou expresso nos documentos de Araxá e Teresópolis.

Foi a partir das revisões teórico-metodológica, ético-política e técnico operativa do movimento de Reconceituação, a “[...] noção de um conjunto de técnicas se amplia para abranger o conhecimento como um meio de trabalho, sem o que esse trabalhador especializado não consegue efetuar sua atividade ou trabalho [...]” (IAMAMOTO, 2012, p. 62).

É importante estabelecer, que o Movimento de Reconceituação possuiu dois momentos a ser considerados: no primeiro os profissionais buscaram apenas a modernização da prática profissional, sem alteração da sua função social, ou seja, não havia menção ou questionamento ao sistema vigente sob o modelo desenvolvimentista, a grande preocupação neste momento era quanto à teorização do Serviço Social.

Com isso, a profissão assume o papel questionador em relação à sua vinculação histórica com os setores dominantes da sociedade, incluindo críticas a suposta neutralidade política da atuação profissional, assumindo assim no exercício profissional o compromisso real com os segmentos populares, buscando a transformação social.

A partir dessa necessidade da profissão exemplificada no parágrafo acima, passou-se a apreender o Serviço Social, no processo de produção e reprodução das relações sociais capitalistas. Dando atenção para as particularidades de sua inserção na divisão social e técnica do trabalho e, de forma a reconhecer o assistente social na condição de trabalhador assalariado, portador de uma relativa autonomia na condução do trabalho profissional. (IAMAMOTO, 2012).

Para a autora esse movimento trouxe ganhos significativos para a profissão, que segundo ela também em consideração aos impasses da categoria profissional, que a mesma elenca como o mais “famoso”, como sendo o distanciamento entre trabalho intelectual, de cunho teórico-metodológico, e o exercício da prática profissional cotidiana, ou seja, a defasagem entre as bases de fundamentação teórica da profissão e o trabalho

de campo.

Outro impasse que merece destaque é a a construção de estratégias técnico-operativas para o agir profissional, localizando na atuação profissional o espaço privilegiado de mediações entre a formação e o trabalho profissional. O que a autora discorre como “o caminho para a ultrapassagem desses impasses parece estar, por um lado, no cultivo de um trato teórico-metodológico rigoroso, mas a ele aliado, um atento acompanhamento histórico da dinâmica da sociedade.” (IAMAMOTO, 2012, p. 52).

Segundo Iamamoto (2012) foi por meio do movimento de intenção de ruptura que o Serviço Social brasileiro consolidou a maturidade intelectual e alcançou o reconhecimento acadêmico, enquanto produção de conhecimento determina seu significado social e, redefine a relação com as demais disciplinas da área das ciências sociais e humanas. A construção e defesa dos objetivos legitimados por um projeto societário em defesa da liberdade, da democracia, dos direitos sociais e das políticas sociais.

Todavia, a construção de um novo projeto profissional demandou discussões e revisões críticas a partir da formação profissional, no sentido de fomentar e desenvolver uma ação articulada com as lutas dos segmentos e movimentos populares.

Com a finalidade de exercer um acentuado grau de regulação dos conflitos sociais, a Política Social foi acionada como meio de legitimação para o regime autoritário e, também como instrumento que buscava a incorporação de direitos sociais, proporcionando o controle social por parte do Estado. Esta ampliação das ações do Estado na esfera da política social representou a abertura do mercado de trabalho para os assistentes sociais, o que gerou mudanças no cenário da profissão.

Este novo mercado exigiu um perfil profissional diferenciado daquele “tradicional”, fazia-se necessário que os assistentes sociais adotassem práticas racionais e fossem tecnicamente qualificados, sendo capazes de dar respostas às novas demandas.

O Assistente Social passa a integrar o universo dos profissionais “cuja formação é colocada a serviço do projeto de modernização” do país (TRINDADE, 2001, p. 33).

Esta nova configuração do mercado de trabalho foi acompanhada pelo

aumento do número de cursos de Serviço Social. Na América Latina, houve um crescimento em torno de doze por cento (12%) no que se refere à abertura de novas escolas, e no Brasil, em 1975 havia quarenta e oito escolas e em 1984, cerca de cinquenta e cinco cursos, dos quais quatorze pertenciam às Universidades Federais, e trinta e duas eram ligados ao ensino privado (YAZBEK, 1984).

A apropriação da teoria social de Marx vai ocorrer de modo mais coerente e articulado com a proposta de construção do projeto profissional. Sobre a interlocução com a teoria social crítica, Yazbek (2009, p. 150) destaca que:

É, sobretudo com Yamamoto (1982) no início dos anos 80 que a teoria social de Marx inicia sua efetiva interlocução com a profissão. Como matriz teórico-metodológica esta teoria apreende o ser social a partir de mediações. Ou seja, parte da posição de que a natureza relacional do ser social não é percebida em sua imediatez.

Essa apropriação possibilitou uma revisão teórica e metodológica do Serviço Social, sendo realizada uma revisão conceitual do significado social da profissão na sociedade capitalista.

Retomando a obra de Yamamoto e Carvalho (2014), os autores apontam que o Serviço Social se constitui como uma especialização do trabalho coletivo e está inserido na divisão social e técnica do trabalho.

Nesse sentido, Yamamoto e Carvalho (2014, p. 77) ressaltam que a análise expressa em *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*:

Trata-se de esforço de captar o significado social dessa profissão na sociedade capitalista, situando-a como um dos elementos que participa da reprodução das relações de classe e do relacionamento contraditório entre elas. Nesse sentido, efetua-se um esforço de compreender a profissão historicamente situada, configurada como um tipo de especialização do trabalho coletivo dentro da divisão social do trabalho peculiar à sociedade industrial.

Assim, é adotado o método crítico-dialético, como método de interpretação do contexto sócio histórico ao qual a profissão se encontra inserida e, também, é reconhecido que esse contexto é forjado pelas relações sociais decorrentes do sistema capitalista de produção que, por sua vez, é determinante para a constituição das questões sociais que demandam a

necessidade social da profissão e, ainda, vai estabelecer condições e relações de trabalho do assistente social na sociedade de classes.

A aproximação do Serviço Social ao movimento da realidade concreta, às várias expressões da questão social, captadas em sua gênese e manifestações, é fundamental. A pesquisa concreta de situações concretas é condição para se atribuir um novo estatuto à dimensão interventiva e operativa da profissão, resguardados os seus componentes éticos políticos. (IAMAMOTO, 2012, p; 52).

Diante desse panorama considera-se que o processo de formação e trabalho profissional está permeado de desafios, que vão desde a necessidade de articulação da profissão com a realidade.

2.2. Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) de 1996

O debate crítico do currículo mínimo de 1982 e a construção das Diretrizes Curriculares aprovadas em 1996 foi um processo desenvolvido coletivamente pela categoria em âmbito nacional.

O objetivo de discussão a respeito deste currículo foi fruto de reflexão crítica sobre o projeto de formação profissional de Serviço Social construído e implantado pela categoria na década de 1980, que buscava a ultrapassar a visão endógena da profissão, evidenciando a trajetória histórica com uma visão crítica, identificando as particularidades do Serviço Social.

A construção do Currículo Mínimo para os cursos de Serviço Social, sob Parecer Nº 412/1982 pelo Conselho Federal de Educação (CFE), com prazo de dois anos para ser implementado nas escolas de Serviço Social, aprovado em Assembleia Nacional da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS), na cidade de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte.

Sendo assim necessário para ampliar o debate desenvolvido pela categoria, que, posteriormente, fundamentou a construção do Projeto Ético Político, materializado nas Diretrizes Curriculares de 1996, pelo Código de Ética de 1993 e pela Lei de Regulamentação da Profissão.

Destaca-se aqui que as discussões iniciadas que mobilizaram a

criação das bases para as Diretrizes Curriculares de 1996, foi o movimento a partir da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS) que havia sido criada em 1946, e com a mudança de nome em 1996, passa a ser denominada como Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Mudança essa que foi justificada em decorrência da defesa dos princípios de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e, da articulação entre graduação e pós-graduação.

Metodologicamente, o currículo foi construído a partir da realização de aproximadamente duzentas oficinas locais em unidades de ensino filiadas a ABESS, compostas por vinte e cinco oficinas regionais e duas nacionais, sob a coordenação da Associação, no período entre os anos de 1993 a 1996, com a participação do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO).

Pensar a formação profissional no presente é, ao mesmo tempo, fazer um balanço do debate recente do Serviço Social, indicando temas a serem desenvolvidas, pesquisas a serem estimuladas para decifrar as novas demandas que se apresentam ao Serviço Social. (IAMAMOTO, 2012, p. 169).

Com base nesses elementos, discutiu-se a necessidade de uma proposta curricular que respondesse às novas demandas que estavam sendo colocadas para a profissão, aos questionamentos no âmbito da ação profissional e, às transformações na sociedade, tendo por base uma teoria consistente que respaldasse esses fundamentos.

Nesse debate é colocado às bases para a discussão do projeto de Formação Profissional, processo que culminou com a aprovação do Novo currículo mínimo para os Cursos de Serviço Social em 1982.

As discussões que permearam a construção do novo currículo se desdobraram principalmente em torno de dois eixos temáticos: a) a questão da formação profissional do Assistente Social no Brasil estar inserido no quadro universitário, expressando, de modo particular os questionamentos da educação superior na sociedade brasileira; b) a formação profissional mantém uma relação com a prática profissional numa dada sociedade, tendo como referência fundamental a realidade social.

No que diz respeito ao primeiro eixo entende-se que a dinâmica da

formação profissional não pode ser levada adiante, sem remeter à problemática universitária, uma vez que é neste espaço que são formados os profissionais que atuarão na sociedade.

Portanto, o novo currículo teve a preocupação de inserir a perspectiva de uma nova proposta para o exercício profissional (que já estava sendo construída), tendo como um dos objetivos o rompimento da vinculação com a ideologia dominante, na tentativa de orientar a prática de acordo com os interesses dos usuários.

As reflexões elaboradas pela ABESS e pelo movimento estudantil⁶ apontaram para alguns eixos centrais. Esses apontamentos foram aprovados na XXI Convenção Nacional da ABESS que teve como tema a "Proposta de reformulação do currículo mínimo", no ano de 1979, na cidade de Natal-RN e, no ano seguinte, a referida entidade enviou a proposta através de um documento ao Conselho Federal de Educação (CFE). Em 1982, foi deferida a aprovação do novo Currículo Mínimo.

Este documento trazia as fundamentações para a reformulação do

⁶ Desenvolvimento de uma visão global da sociedade a partir do seu entendimento histórico-estrutural, capacitando os alunos para a elaboração de um instrumental capaz de problematizar a realidade. Foram introduzidos estudos sobre formações sociais em geral, Estado, ideologia, formação social, econômica e política do Brasil, estrutura agrária e urbanização, processo de mudança social e marginalização social, estudo da realidade nacional e local; Rompimento com o pragmatismo, por meio da participação do Serviço Social na produção de conhecimentos sobre a totalidade social, sendo este o instrumento de sua ação profissional. Neste sentido, a pesquisa foi incorporada não apenas como um conjunto de métodos e técnicas e sim, como uma postura metodológica relacionada às demais disciplinas; Rompimento com a visão e a prática segmentada da metodologia do Serviço Social, esta passa a ser entendida a partir de uma visão metodológica global com base no método dialético de estudo da realidade. É proposto o estudo da práxis, centrado na reflexão-ação-reflexão; Compreensão que a teoria do Serviço Social tem necessidade de análise sistemática e crítica na sua construção e deve servir ao quadro geral das ciências sociais e da realidade social, rompendo com a visão de um conhecimento isolado e exclusivo do Serviço Social; Realização de análise institucional, centrada na luta de classes e no desvelamento da correlação de forças existentes nas instituições onde o assistente social atua, no sentido de fortalecer o poder do usuário; Abordagem do usuário a partir de sua inserção em uma classe social, contrapondo-se à visão do usuário como indivíduo, grupo ou comunidade; Resgate da assistência como direito e não como benesse, e a recuperação do vínculo histórico da profissão com a assistência; Prática fundamentada na problematização da realidade, a partir de categorias teóricas de análise; Entendimento acerca da teoria e prática como uma unidade dialética; Estudo das políticas sociais como expressão da luta de classes, portanto, nega-se a sua neutralidade, afirmando-a como um direito que precisa ser resgatado pelo Serviço Social; Importância da participação do estudante no movimento estudantil e nos movimentos sociais como complementação de sua formação profissional e a compreensão acerca da relação orgânica da profissão com o Estado, uma vez que a profissão surge a partir do desenvolvimento do aparato estatal no estágio do capitalismo monopolista. (ABEPSS, 1997, p. 3-4).

currículo e, destaca-se alguns trechos pertinentes:

Considera-se que a formação profissional do Serviço Social tem como referência básica o homem como ser histórico de uma realidade (...) daí a relevância de conhecer o contexto social, a dinâmica das instituições (...), bem como os condicionamentos e as relações entre os distintos estratos da sociedade (...) a formação acadêmica pressupõe: 01) um conhecimento básico enfatizando a ciência do homem e da sociedade; 02) um conhecimento profissionalizante dos fundamentos teóricos do Serviço Social e suas relações com esses sistemas (PINTO, 1986, p. 96- 97 apud ABESS, 1977, p. 1-2).

O currículo mínimo sugerido foi subdividido em duas partes: ciclo básico e ciclo profissionalizante. O ciclo básico comportava o conhecimento da realidade social, através das organizações que expressa o contexto institucional da sociedade e do Serviço Social como prática específica, e o conhecimento dos usuários do Serviço Social. As disciplinas que faziam parte da área básica eram: Filosofia, Sociologia, Psicologia, Economia, Antropologia, Formação Social, Econômica e Política do Brasil, Direito e Legislação Social.

Já o ciclo profissionalizante, englobava o conhecimento sistemático da função social da intervenção do assistente social e as habilidades (*modus operandi*) quanto às estratégias de intervenção em contextos institucionais diferenciados.

As disciplinas da área profissionalizante eram: Teoria do Serviço Social, Metodologia do Serviço Social, História do Serviço Social, Desenvolvimento de Comunidade, Política Social, Administração em Serviço Social, Pesquisa em Serviço Social, Ética Profissional em Serviço Social e Planejamento Social. Os temas como Estudo dos Problemas Brasileiros, Educação Física, Trabalho de Conclusão de Curso e Estágio Supervisionado, faziam parte das matérias complementares obrigatórias que estavam fora da carga horária.

De acordo com Pinto (1986), este aporte teórico-metodológico deveria propiciar ao profissional de Serviço Social: o exercício e a sistematização de uma prática voltada para uma realidade objetiva; a compreensão da participação social no contexto institucional do homem como ser histórico; a utilização da pesquisa como instrumento da prática profissional; e a utilização

da metodologia do Serviço Social.

Após o envio da proposta de currículo mínimo para o Conselho Federal de Educação (CFE), as escolas de Serviço Social tiveram um prazo de dois anos para a implantação do mesmo. Durante este processo, a ABESS acompanhou as unidades de ensino através de estudos, pesquisas e assessorias, tendo destaque a elaboração do "Projeto de Investigação: a formação profissional do assistente social no Brasil - Determinantes históricos e perspectivas"⁷, e do "Relatório do momento preliminar da Pesquisa: Avaliação da formação profissional do assistente social brasileiro - pós-novo curriculum / avanços e desafios"⁸.

O currículo mínimo de 1982 foi formulado com a participação das unidades de ensino ligadas à ABESS, comportando uma gama de ideias e concepções diferenciadas acerca do projeto de formação profissional, o que acarretou em uma proposta de currículo com ambiguidades e contradições⁹, visto que no interior da própria categoria existiam projetos em disputa.

Percebe-se que o currículo, apesar das algumas lacunas e insuficiências teórico-metodológicas e técnico-operativas, significou um

⁷ Que teve como objetivos: realizar um diagnóstico da formação profissional no Brasil e suas perspectivas e, subsidiar as unidades de ensino no processo de revisão curricular e na implantação do novo currículo mínimo.

⁸ Que teve como objetivo de realizar uma problematização da realidade das Escolas, a partir das informações levantadas junto às mesmas, trazendo à tona as dimensões quantitativas da realidade da formação profissional no país.

⁹ Observa-se a partir da análise de Iamamoto (2012, p. 60) que a função assistencial ficou contraposta à promocional, na medida em que, buscou superar a função assistencial, privilegiando a função promocional, não se diferenciando das formulações contidas no Documento de Araxá. Dentre as críticas apontadas, destaca-se as mais contundentes que a proposta se baseia na análise da realidade, no entanto não se define dinâmica da mesma, nem as forças e contradições produzidas por esta; e também, no homem como ser histórico, mas a concepção do homem como ser histórico é abstrata e não está situada historicamente. O fato de que o currículo definiu a ação profissional junto aos "extratos mais carentes da população" visando sua promoção, sem esclarecer que extratos são esses; qual é a promoção defendida e, além disso, manteve-se o estigma em relação aos usuários ao rotulá-los como extratos mais carentes. E ainda com relação às ementas das disciplinas, percebeu-se que os conteúdos programáticos eram diferentes e possibilitavam antagonismos quanto a objetivos e conteúdo. O currículo não definiu a concepção de participação dos grupos e populações nos espaços decisórios e não definiu o âmbito desses processos, apesar de fazer referência, a todo o momento, que a ação profissional deveria incentivar a participação popular. Não esclareceu quanto ao referencial teórico que pudesse garantir a ação reflexiva e crítica, substituindo o conhecimento científico pela visão abstrata, crítica, sem categorias científicas que a sustentassem. Fragmentação entre os conhecimentos básicos e os profissionalizantes, dificultando a articulação entre a análise da realidade econômica, social e política e a inserção do serviço social dentro dela, originando falsos dilemas no sentido em que a realidade se torna um entrave para a profissão, e ainda, reproduz a dicotomia entre teoria e prática. Quanto ao conhecimento do usuário, foram utilizadas teorias sobre os movimentos sociais de modo superficial, não proporcionando clareza a respeito de seu significado histórico.

expressivo avanço para a categoria quanto à sua interlocução com a tradição marxista. Apesar dos equívocos iniciais teve como pressuposto a necessidade de mudança em função da dinâmica social e da vinculação profissional com as lutas da classe trabalhadora.

A recuperação da identidade profissional com a Assistência Social foi um avanço, no sentido que não nega a história e as especificidades da profissão e, no âmbito do exercício profissional. Permitiu a construção de alianças com a classe trabalhadora, extrapolando os limites das estruturas institucionais e impondo-se como uma prática política permeada pela luta de classes, marcando um momento de renovação do Serviço Social.

A proposta da discussão a respeito das Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social apresentou como eixo central a “questão social” compreendendo que a formação profissional tem como objetivo capacitar e orientar os profissionais para intervir nas expressões da “questão social”.

A perspectiva é, então, aprofundar a compreensão da ‘questão social’ como elemento que dá concretude à profissão, ou seja, que é ‘sua base de fundação histórico-social na realidade’, e que nesta qualidade, portanto deve constituir o eixo ordenador do currículo. (ABEPSS, 1997, p. 20-21).

As Diretrizes Curriculares da representaram a sistematização dos debates desenvolvidos entre os anos de 1960 e 1970, pela categoria profissional, mediatizados pela disputa de projetos políticos profissionais, que orientou a fundamentação teórico-metodológica desta proposta. As Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social, da ABEPSS, aprovadas em 1996, apontam pressupostos, princípios e diretrizes para nortear o projeto pedagógico de cada unidade de formação profissional.

Ao analisar as Diretrizes Curriculares indica-se o perfil do bacharel em Serviço Social, como um profissional atuante diretamente nas expressões da “questão social”, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, organizações da sociedade civil e movimentos sociais, sendo este profissional de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva, no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho.

As Diretrizes, portanto, são expressões de um processo de construção

e pactuação nacional e constituem parâmetros político- pedagógicos para o Serviço Social. Essas mesmas Diretrizes, aprovadas em 1996, foram apresentadas ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), em cumprimento às exigências do MEC, visando a regulamentar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

A reforma do currículo em 1982 adentrou as discussões na década de 1990, tendo como marco a revisão do Código de Ética do Assistente Social de 1986, que culminou no atual Código de Ética do Assistente Social de 1993, defendendo os princípios de liberdade, equidade e pluralismo atrelados à democracia, considerados também no currículo mínimo.

O avanço ético e político do movimento de ruptura foi materializado no Código de Ética Profissional de 1986, reconhecido pela categoria por sua natureza politizadora.

As modificações no Código de Ética ocorreram em um “[...] contexto de reorganização política dos trabalhadores, dos movimentos sociais e da categoria profissional, propiciando a sua politização e seu amadurecimento teórico [...]” (BARROCO; TERRA, 2012, p. 48).

Marcando o rompimento com o conservadorismo por meio da negação à neutralidade fundado nos pressupostos metafísicos e idealistas e no papel tradicional historicamente atribuído ao profissional, nos marcos iniciais da profissão.

Todavia, as conquistas ratificadas no Código de Ética de 1986, as dimensões ético-políticas não ficaram suficientemente claras no texto do documento, fato esse que o conduziu à revisão do código de ética profissional e que foi consolidado na construção do projeto ético-político expresso no Código de Ética do assistente social de 1993.

A dimensão ético-política nem sempre esteve visível na prática profissional. Tal debate tem início no período de 1979 a 1985, momento que acontece o movimento de Renovação do serviço social na direção da ruptura. O debate tem dois sentidos: negação do caráter “apolítico” e “neutro” e afirmação do compromisso com as classes subalternas, criticando o conservadorismo. Nos primeiros momentos, a discussão sobre a dimensão ético – política provocou alguns equívocos na interpretação, que se refletiram na intervenção.

Logo, o assistente social não pode ser neutro, ela deve se posicionar politicamente diante da realidade, para intervir nela, e assim ter consciência de qual é a direção a ser seguida. Vale mencionar que o conhecimento do código de ética profissional é fundamental para tal atuação.

No Código de 1993, estão expressos os valores éticos que a categoria reconheceu como fundamentais para a construção de uma sociedade igualitária, tais como: liberdade, equidade e justiça social, articulando-os à democracia e à cidadania plena. E, ainda, trouxe inovações, quando postula como princípio o respeito ao pluralismo, a recusa do preconceito e das formas de discriminação produzidas na sociedade capitalista.

Para Barroco e Terra (2012, p. 53), o Código de Ética:

O CE se organiza em torno de um conjunto de princípios, deveres, direitos e proibições que orientam o comportamento ético profissional, oferecem parâmetros para ação cotidiana e definem suas finalidades ético-políticas, circunscrevendo a ética profissional no interior do projeto ético-político e em sua relação com a sociedade e a história.

O Código de Ética de 1993 indica uma direção ético-política, um horizonte profissional perante à hegemonia político-ideológica imposta pelo capital. Nesse sentido, tornou-se uma “[...] das referências dos encaminhamentos práticos e do posicionamento político dos assistentes sociais em face da política neoliberal e de seus desdobramentos para o conjunto dos trabalhadores [...]” (BARROCO, 2005, p. 206).

O Código de 1993 contribuiu para a construção de uma nova identidade profissional, o que possibilitou a ruptura com o conservadorismo e a formação de um novo perfil profissional, agora comprometido com a construção de uma sociedade alicerçada no projeto societário da classe trabalhadora.

Tais conteúdos – formação e trabalho profissional - vinculados à realidade social constituíram os núcleos que embasam as novas diretrizes curriculares em processo de implantação e implementação dos projetos políticos pedagógicos das unidades de ensino, consolidando a apreensão crítica dos processos sociais na perspectiva da totalidade.

É importante salientar que o debate sobre a alteração do currículo dos cursos de Serviço Social, que vinha sendo desenvolvido pela categoria não se

encerrou apenas com a aprovação do currículo de 1982, ainda manteve traços conservadores e, sendo necessário fomentar o debate com o objetivo de romper com o conservadorismo.

Como já foi pontuado a fundamentação teórica que orientou o currículo de 1982 é a teoria social marxista, e destaca-se em alguns limites diante da apreensão equivocada do materialismo histórico- dialético, buscando articulação entre teoria, história e metodologia substituindo as, anteriormente citadas, disciplinas do Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade.

Este currículo reformulado apresentou a compreensão de que a realidade é dinâmica, e que precisa ser compreendida a partir do movimento da história. No entanto, salienta-se que o mesmo dispunha de traços contraditórios, pois, na disposição das disciplinas em teoria, história e metodologia, ficava evidente o distanciamento entre a unidade teoria e prática.

A necessidade de rever e atualizar os princípios e diretrizes da formação profissional no país, também, expressou-se no debate acadêmico, possibilitado pelo desenvolvimento e pela ampliação da produção teórica no âmbito profissional, fortemente.

Apesar de tais avanços, encontram-se limitações e lacunas na formação profissional. Uma delas é a deficiência no que se refere ao ensino dos conteúdos da tradição marxista, que depende de uma base profunda e contínua de estudos que só pode se dar a partir das fontes originais, apropriando-se dos debates e polêmicas mais importantes da fonte marxiana.

O avanço acadêmico foi impulsionado pelo crescimento dos cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado) em Serviço Social, no Brasil, que contribuíram com a ampliação do debate das bases teórico-metodológicas fundadas na teoria social crítica. Adotou-se, então, tal perspectiva para a construção de uma consciência crítica-reflexiva.

A revisão curricular foi construída por meio de uma profunda análise e avaliação do processo de formação profissional frente às exigências postas ao Serviço Social. Ainda, requisitou-se a definição do horizonte teórico-metodológico e ético-político da profissão para estabelecer as bases técnico-operativas fundamentais para a formação e o trabalho profissional.

Enfatiza-se a questão da direção social da profissão, passou a compor o debate coletivo para a construção do projeto de formação profissional em

Serviço Social no Brasil.

O currículo mínimo encontra-se estruturado a partir de três núcleos temáticos: O Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, que tem como objeto de discussão fornecer bases para a compreensão da dinâmica de vida social na sociedade burguesa; o Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio histórica da sociedade brasileira, refletindo sobre a apreensão da produção e reprodução da questão social e, o Núcleo de fundamentos do trabalho profissional, que discorre sobre os elementos constitutivos do Serviço Social como uma especialização do trabalho. (IAMAMOTO, 2012, p. 71-72).

Cabe destacar aqui que a proposta curricular atual dividida em núcleos não tem a finalidade de representar uma sequência evolutiva ou uma hierarquia de matérias, mas sim níveis distintos e complementares de conhecimentos necessários à atuação profissional.

O perfil do bacharel em Serviço Social requer um

Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva, no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. Profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO, 1999, p.1).

No entanto, o conjunto de conhecimentos necessários à qualificação profissional deve estar organicamente vinculado aos três núcleos de fundamentação necessários para a formação profissional.

Nessa perspectiva, a compreensão sobre os fundamentos do trabalho do assistente social baseia-se na concepção histórica e, ao mesmo tempo, encontra-se aberta para uma contínua apreensão crítica do universo cultural e político que circunscreve e determina o trabalho profissional no cenário contemporâneo.

Visa uma formação profissional culta e universalista, capaz de apreender o exercício profissional no contexto das relações de produção e reprodução social do capital, a qual incorpore suas características profissionais nas múltiplas determinações e relações das quais participa.

Importante considerar que os princípios e a lógica curricular expressos nas Diretrizes Curriculares são os parâmetros para que cada curso tenha autonomia para elaborar o projeto político pedagógico.

Iamamoto (2012) indica que a pesquisa é espaço privilegiado no exercício profissional, com objetividade de formular respostas capazes de impulsionar a formulação de propostas profissionais que tenham efetividade e permitam atribuir materialidade aos princípios ético-políticos norteadores do projeto profissional.

Na medida em que a profissão foi se expandindo nos aspectos sócio ocupacionais, teórico-metodológicos e técnico-operativos, os assistentes sociais passaram a manter um contato mais direto com o usuário, podendo identificar com maior clareza, as contradições presentes na sociedade, e consequentemente, em sua prática.

Um dos resultados deste movimento foi o questionamento da função social da profissão, e a necessidade de estar pensando uma formação profissional que desse respaldo ao exercício profissional, e que situasse esta nas relações de classe da sociedade.

Diante disso, reflete-se que a carência de contatos com as fontes originais da teoria social crítica prejudica sua apreensão, trazendo como consequências dificuldades para o profissional de Serviço Social fazer as mediações necessárias entre a teoria e a prática.

Considera-se também que o pluralismo necessitava de discussão, pois, a perspectiva de orientação do curso de seguir a teoria social crítica, não quer dizer que se deve apreender as outras matrizes teóricas que estão alocadas, por exemplo, nas Ciências Sociais. Contudo, não se pode fazer desta apreensão uma "colcha de retalhos", mesclando aleatoriamente e arbitrariamente, concepções distintas de análise e de conexões com a história e compromissos ético-políticos diversos, recaindo no ecletismo.

Preza-se pela garantia do espaço para a expressão de todas as correntes. Além disso, deve evitar o sectarismo - impedir expressão de pensamentos minoritários -, o dogmatismo - fechando-se para o debate público devido à tomada de determinada teoria como verdade pronta e acabada - e o relativismo - que considera todas as posições igualmente válidas, sem realização de críticas às questões de raiz e, além disso, confunde o processo

de busca da verdade com o respeito às diferenças intelectuais (TONET, 1984).

Segundo Iamamoto (2012) a questão da estruturação do currículo e das disciplinas foi outro entrave porque ainda ficou deficitária, com a repetição de conteúdo, sobreposição de matérias e desarticulação entre estas.

A pesquisa, instrumento importante para a apreensão e análise da realidade, é outro ponto que apresentou fragilidades, estando à atenção dada para esta dimensão da formação profissional secundarizada, dispondo "de menos investimento coletivo acumulado" (IAMAMOTO, 2012, p. 276).

Segundo Sara Granemann (1999, p. 9), o impacto do direcionamento da teoria social marxista foi fundante para a ruptura do Serviço Social com o legado conservador de sua origem.

Ao adotar este viés analítico, no qual a compreensão do significado social da profissão ganha novos patamares, desencadeados por meio da interlocução com a teoria social crítica marxista e, o pensamento social clássico e contemporâneo, possibilitou o rompimento com a matriz conservadora e tradicional vinculada à teoria social positivista que orientou a formação e o trabalho profissional até o início da década de 1980.

Para Yazbek (2009, p. 151):

O referencial, a partir dos anos 80 e avançando nos anos 90, vai imprimir direção ao pensamento e à ação do Serviço Social no país. Vai permear as ações voltadas à formação de assistentes sociais na sociedade brasileira (o currículo de 1982 e as atuais diretrizes curriculares); os eventos acadêmicos e aqueles resultantes da experiência associativa dos profissionais, como suas Convenções, Congressos, Encontros e Seminários; está presente na regulamentação legal do exercício profissional e em seu Código de Ética.

As mudanças verificadas nos padrões de acumulação e regulação da vida social exigem redimensionamento das formas de pensar/agir dos profissionais diante dos desafios e das possibilidades. Contudo, esse redimensionamento implica em apreensão do processo de trabalho no qual o Assistente Social está inserido.

Assim, permite o repensar crítico-propositivo sobre o ideário profissional e, conseqüentemente, sobre a inserção dos profissionais nos diversos espaços sócio ocupacionais que, historicamente, foram determinados pela necessidade social da profissão e pelas particularidades que

determinaram a inserção do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho. Mas, também, exige a apreensão e a apropriação dos novos espaços de atuação, os quais possam ser conquistados.

Exigem ampliação do horizonte profissional, para compreensão crítica sobre as atribuições e competências historicamente atribuídas ao Assistente Social e, também, apreensão crítica de novas exigências e requisições postas aos profissionais no cenário atual; pressupõem o reconhecimento das atribuições e competências historicamente constituídas, mas, do mesmo modo, requerem apropriação de novos espaços de trabalhos e formas propositivas de realizarem o trabalho profissional no cotidiano.

O Projeto Ético Político Profissional do Serviço Social (PEP), que buscou romper com o conservadorismo, tem caráter predominante na profissão, com características de contínua construção no interior da categoria profissional, num processo de fortalecimento e ampliação da sua apreensão pelos profissionais.

Portanto, o movimento de reformulação do currículo mínimo de Serviço Social buscou construir uma proposta de formação profissional, visando uma formação que garantisse respostas às demandas contemporâneas, que se constituem como consequência das mudanças desenvolvidas no modo de produção capitalista, que alteraram radicalmente a esfera da produção e do Estado tendo como consequência o agravamento das manifestações da questão social.

A partir desse momento de avanços da profissão Iamamoto (2012) destaca que o mesmo apresenta elementos que inserem a prática profissional do Assistente Social enquanto trabalho e a inserção do Assistente Social no processo de trabalho.

2.3. As dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa no Serviço Social

O trabalho do Assistente Social é permeado por particularidades e contradições, portanto, exige conhecimento e aprofundamento teórico-prático. Para tanto, é necessário compreender as dimensões teórico-metodológica, ético- política e técnico-operativa do Serviço Social para a construção de

mediações que permitam a apreensão dos elementos que inserem o assistente social no processo de trabalho.

O domínio sobre as dimensões é determinante para o reconhecimento e a apropriação da categoria Trabalho. Tal constatação parte do entendimento de que essas dimensões para a pesquisadora fundamentam a formação e o trabalho profissional sendo essenciais e não podem ser separadas, para não acarretar a despolitização e a fragmentação da formação e do trabalho profissional.

A dicotomia entre teoria e prática no Serviço Social emerge da desarticulação e da separação dessas três dimensões, como se elas fossem realizadas de forma independente uma da outra, levando o profissional a equívocos teóricos, militantismo desarticulado da dimensão ética e ao trefismo rotineiro e acrítico das atividades atribuídas nos espaços sócio ocupacionais.

O domínio dessas dimensões, de forma clara, trata da compreensão da relação dialética entre teoria e prática, fundamentando a construção de mediações teórico-práticas para o trabalho profissional.

É preciso refletir sobre as dimensões do trabalho profissional como eixos fundantes que norteiam a formação e o trabalho do assistente social nos diferentes espaços sócio ocupacionais. Onde atualmente, as requisições historicamente postas aos profissionais e, juntamente, com as exigências apresentadas por meio das expressões da questão social no contexto do capital financeiro e globalizado, requerem apreensão, compreensão e domínio dos fundamentos constitutivos da profissão.

Pois, alicerçam as estruturas necessárias para a construção da competência crítico-reflexiva e as habilidades teórico-práticas para apreender o movimento da realidade contraditória.

Dessa forma, a apreensão e a compreensão dos elementos constituintes das dimensões do exercício profissional do assistente social pressupõem reflexão sobre os fundamentos históricos, teóricos, metodológicos, éticos e políticos que embasam o exercício profissional no cotidiano de trabalho dos profissionais em Serviço Social.

Para Lewgoy (2009, p. 151), os:

Fundamentos teóricos, metodológicos, históricos, éticos e políticos, atrelados à aquisição de novos saberes, têm como parâmetros e princípios os fundamentos ético-políticos do projeto profissional na articulação entre as três dimensões (ético-política, teórico-metodológica, técnico-operativa), as quais, imbricadas, materializam a atividade profissional. Esse processo exige que se rompa com a atividade burocrática e rotineira, a fim de assumir a ação de um exercício profissional que exige competência para propor e negociar projetos e qualificar o exercício profissional, isto é, apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades passíveis de serem impulsionadas pelo profissional”.

As dimensões teórico-práticas do Serviço Social são fundamentais e materializam-se no exercício profissional os princípios e as diretrizes da profissão, conforme expresso no projeto ético-político profissional. Articuladas dialeticamente constituem-se como mecanismos essenciais para o fortalecimento e o desenvolvimento de habilidades técnicas e a competência crítico-reflexiva, essenciais ao Assistente Social no exercício profissional.

Iamamoto (2012, p. 53) observa que:

Cada elemento original contido naquelas afirmativas – teórico-metodológico, o ético-político e técnico-operativo, são fundamentais e complementares entre si. Porém, se aprisionados em si mesmos, transformam-se em limites que vêm tecendo o cenário de algumas das dificuldades, identificadas pela categoria profissional, que necessitam ser ultrapassadas: o teorismo, o militismo e o tecnicismo.

O movimento de revisão teórica e da prática profissional afirmou o compromisso com o projeto societário da classe trabalhadora e a pretensa neutralidade foi substituída pela “[...] opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação e exploração [...]” (CFESS, 1993, p. 18).

Logo, compreende-se que o Assistente Social não pode adotar uma postura fundada na neutralidade, ao contrário, deve se posicionar politicamente e ideologicamente perante à realidade concreta e intervir nela. E, assim, assumir a consciência sobre qual direção social a ser seguida, direção essa expressa no projeto ético-político da categoria.

Como decorrência dessa politização, a dimensão política da profissão foi explicitada de forma objetiva, como processo que exigia uma nova ética e um comprometimento com as necessidades e os interesses dos usuários do Serviço Social: a classe trabalhadora. Apoiando-se em uma visão histórica, buscada na tradição marxista, a nova ética e à superação do tratamento abstrato e a-histórico dos valores éticos. (BARROCO; TERRA, 2012, p. 48).

A dimensão teórico-metodológica do Serviço Social apoia-se na teoria crítica, fundamenta-se na teoria social de Marx, que tem como base a análise crítica sobre a emergência e o desenvolvimento da sociedade burguesa.

Bem como das bases materiais de produção e reprodução do capitalismo, responsáveis historicamente pela produção das desigualdades sociais características do modo capitalista de organização e regulação das relações sociais. Nessa direção, a profissão adota o método crítico-dialético, como método de interpretação do contexto sócio histórico ao qual a profissão encontra-se inserida e intervém.

De acordo com Lewgoy (2009, p. 160-161):

A dimensão teórico-metodológica consubstancia-se na interlocução entre história, teoria e método, requerendo, para tanto, conhecimento que apreenda a realidade em seu movimento dialético, no qual e por meio do qual se engendram como totalidade as relações sociais que configuram a sociedade. [...]. Para interpretar a história necessita-se de uma teoria e um método; por isso a indissociabilidade dos três quando o propósito é busca da cientificidade ou ausência de empirismo[...].

Fundamenta-se no método crítico-dialético para interpretar a sociedade e os fenômenos particulares que constituem a história, ou seja, apoia-se na análise crítica do movimento do real, do ser social, da produção da totalidade concreta, da dinâmica contraditória constituída pelos processos sociais, políticos e econômicos típicos da sociedade capitalista e, considera, também as particularidades da formação social e histórica da sociedade brasileira na determinação das expressões da questão social.

O desenvolvimento teórico-metodológico apoiado na abordagem crítica possibilita ao Assistente Social a compreensão dos processos e elementos da realidade social que constituem o cotidiano de trabalho do profissional. Propicia, assim, os elementos teóricos para identificar, no âmbito sócio institucional, as correlações de forças existentes que interferem diretamente na realização do trabalho profissional.

Iamamoto (2012, p. 63) aponta:

As bases teórico-metodológicas são recursos essenciais que o assistente social aciona para exercer o seu trabalho: contribuem para iluminar a leitura da realidade e imprimir rumos a ação, ao mesmo tempo em que a moldam. Assim, o conhecimento não é só um verniz que se sobrepõe superficialmente à prática profissional,

podendo ser dispensado; mas é um meio pelo qual é possível decifrar a realidade e clarear a condução do trabalho a ser realizado. Nessa perspectiva, o conjunto de conhecimento e habilidades adquiridos pelo assistente social ao longo de seu processo formativo é parte do seu acervo e de seus meios de trabalho.

O trabalho profissional orientado por uma perspectiva teórico-metodológica consistente está condicionado à leitura e ao acompanhamento dos processos sociais e, ao estabelecimento de vínculos com os sujeitos sociais com os quais se atua.

A desarticulação entre a fundamentação teórica e a realidade social compromete a análise dos processos e fenômenos determinantes que perpassam o trabalho profissional e, ainda, limita a capacidade propositiva do assistente social, na medida em que não compreende as questões conjunturais que determinam as demandas e as condições de trabalho.

A compreensão do processo dialético entre teoria e prática permite construir mediações, com base na teoria social crítica, que lhe permita interpretar as expressões da questão social postas no cotidiano profissional e propor ações propositivas, superando ações acríticas e esvaziadas.

A teoria e prática são inseparáveis do processo de conhecimento, constituindo-se em unidade indissolúvel. A prática precisa ser entendida com base em categorias mais globais, colocando à prova os conceitos e as teorias que estabelecem veracidade ou falsidade. A teoria é o ponto de partida, mas não é determinante nem prevalece sobre a prática; ela se apropria do concreto para transformá-la em concreto pensado, efetivando a abstração. (LEWGOY, 2009, p.166).

Para a autora, a não conexão entre prática profissional e realidade social, provém, decorre da vulnerabilidade teórico-metodológica.

Conforme Lewgoy (2009, p. 166), “[...] o – saber e fazer – caminham paralelamente [...]”, teoria e prática são processos complementares, não podem ser pensadas como polos interdependentes, sobretudo considerando-se a necessidade de o saber sedimentar o fazer. No processo de produção do conhecimento, teoria e a prática são constituídas como unidades inseparáveis, portanto consolidam-se como unidade indissolúvel.

Assim, a superação da dicotomia teoria e prática exige a construção de mediações entre matrizes teórico-metodológicas do Serviço Social e o exercício da prática profissional.

E essa construção está estritamente relacionada ao processo de formação profissional, contudo, vale ressaltar que a formação profissional não se limita apenas ao período de graduação, mas compreende todo o processo de aprimoramento intelectual do Assistente Social, desde especializações, mestrados, doutorados até participação em eventos e espaços de discussões teórico-práticas do trabalho profissional.

Isso porque “[...] a dimensão teórico-metodológica não é dada, mas construída, e, como tal, precisa ser alimentada [...]” (LEWGOY, 2009, p. 163), na graduação por meio de uma formação embasada nos núcleos de fundamentação constitutivos da formação profissional sobre teoria crítica e, ao longo do exercício profissional deve ser realizada por meio do compromisso com o aprimoramento intelectual permanente, conforme expresso no projeto ético-político profissional.

A fundamentação teórico-metodológica é fator preponderante para a construção de competências e habilidades profissionais que exigem um profissional capacitado e habilitado teórico e metodologicamente para enfrentar os desafios apresentados aos profissionais no cotidiano institucional.

A dimensão teórico-metodológica permite uma apreensão crítica sobre a realidade concreta, como também direciona o profissional para uma reflexão crítica e propositiva sobre as percepções e a realização do trabalho do profissional, visto que os resultados da intervenção profissional incidem diretamente nas relações sociais.

Para tanto, são necessários competências e habilidades que possibilitem sistematizar o real que se apresenta, formas de avaliação, expressões específicas da questão social, a relação entre requisições institucionais e respostas técnico-políticas, a análise das políticas sociais relativas ao caso etc. (LEWGOY, 2009, p. 168).

A dimensão teórico-metodológica oferece aos profissionais embasamentos teóricos e metodológicos para decifrarem os processos conjunturais e estruturais responsáveis pela produção do conjunto de desigualdades sociais.

Ainda permite, conhecerem o espaço institucional, as relações de poder estabelecidas no espaço sócio institucional e seus rebatimentos no trabalho profissional, a realidade social na qual se vai intervir, o usuário e suas

demandas implícitas e explícitas, ou seja, essa dimensão possibilita subsídios teóricos e metodológicos para apreender e interpretar a conjuntura que determina o trabalho profissional.

Já no tocante à dimensão técnico-operativa do trabalho profissional, esta direciona para uma reflexão e análise da dimensão interventiva da profissão, ou seja, leva a uma reflexão direta sobre as competências e habilidades profissionais, realizadas no âmbito da intervenção profissional, por meio do domínio dos instrumentais técnico-operativos, responsáveis pela mediação dos objetivos e das finalidades da intervenção do assistente social.

É constituída pela instrumentalidade da profissão, isto é, composta pela dimensão técnica e instrumental do exercício profissional.

Para Lewgoy (2009, p. 169),

A instrumentalidade encaminha o pensamento à indagação do como fazer e do para que fazer, conectando meios às finalidades, entendendo-as impregnadas de valores e de implicações sociopolíticas. A instrumentalidade não trata apenas do conjunto de instrumentos necessários para o fazer, mas para o saber fazer; abrange o instrumental, que é, por excelência, uma instância de passagem expressa pelo eixo operacional das profissões, o qual abarca o campo de técnicas, dos conhecimentos e habilidades.

Nessa direção, Guerra (2011, p. 37-38) afirma que:

A instrumentalidade do Serviço Social coloca-se não apenas como dimensão constituinte e constitutiva da profissão mais desenvolvida, mas, sobretudo, como campo de mediação no qual os padrões de racionalidade e as ações instrumentais se processam.

A racionalidade técnica instrumental coloca-se como mediação da passagem da bagagem teórica para a dimensão interventiva, na qual se realiza o trabalho e as finalidades dessa atividade previamente planejada.

A requisição por instrumentais e técnicas interventivas compõe a trajetória histórica do Serviço Social, no Brasil. A intervenção profissional para atender as demandas sócio institucionais justificam a necessidade social da profissão. Em conformidade, Lewgoy (2009, p. 169) ressalta que a dimensão técnico-operativa

[...] é demarcada pela instrumentalidade [...], a qual consiste na “[...] capacidade que o Serviço Social tem adquirido na sua trajetória histórica de responder às demandas da sociedade, às requisições

sócio institucionais e às finalidades da profissão [...].

Guerra (2011, p. 201) salienta que:

A análise da instrumentalidade, enquanto categoria constitutiva do Serviço social, a partir da qual a profissão é requisitada e reconhecida socialmente e pela qual se materializa [...] possibilita-nos uma compreensão mais aproximada do significado, conteúdo e direção da prática profissional do assistente social.

Sob essa perspectiva, faz-se necessário salientar a importância de pensar criticamente os instrumentais técnicos da profissão, uma vez que o trabalho profissional não se efetiva sem o uso de instrumentais técnicos adequados. Para tanto, o domínio do instrumental requisita do profissional o conhecimento das finalidades e das formas de alcançá-las no Serviço Social.

Nessa perspectiva, a apreensão da realidade e de suas determinações são instrumentos imprescindíveis para a formulação de estratégias e, técnicas para a realização do trabalho profissional, haja vista que, só é possível criar instrumentos e técnicas de intervenções, quando se conhece a realidade social e institucional.

Assim, é imprescindível que se detenha um conjunto de conhecimentos, o qual possibilite superar a realidade imediata e proporcionar a apreensão da dinâmica societária e da correlação de forças que permeiam o espaço de atuação profissional.

A compreensão sobre a dinâmica institucional é preponderante para o desenvolvimento técnico-operativo, pois, possibilita conhecer o espaço onde o profissional atuará e, principalmente, a demanda que nele será encontrada.

Dessa forma, as habilidades técnico-operativas presentes nas atividades cotidianas do trabalho profissional têm como eixo norteador a investigação, a informação e o esclarecimento necessários.

Com isso, viabilizar-se-ão formas mais eficazes para a operacionalização do trabalho, por meio da materialização de técnicas e estratégias de intervenção condizentes com as requisições apresentadas.

Ainda, no que se refere à construção de estratégias técnico-operativas para o exercício profissional, Iamamoto (2012, p. 53) afirma que é necessário “[...] preencher o campo de mediações entre as bases teóricas já acumuladas e a operatividade do trabalho profissional [...]”, considerando que “[...] o

aperfeiçoamento técnico-operativo se mostra como uma exigência para uma inserção qualificada do assistente social no mercado de trabalho [...]”.

Tais exigências mostram-se pertinentes, visto que:

[...] as condições nas quais a intervenção profissional se processa são mais adversas possíveis: falta de recursos de toda ordem para atendimento das demandas; exigências pelo desempenho de funções que muito se afastam do que o assistente social, ou qualquer outro profissional, se propõe a realizar; baixos salários; alto nível de burocratização das organizações; fluidez e descontinuidade da política econômica; e ainda que o tratamento atribuído à questão social é fragmentada, casuístico, paliativo. Deste modo, as condições objetivas colocadas à intervenção profissional não dependem apenas da postura teleológica individual dos seus agentes e de seus instrumentos de intervenção. (GUERRA, 2011, p. 28).

Sob tais condições, é necessária a análise crítica do trabalho do Assistente Social na sociedade brasileira, pois, considera-se que as particularidades da formação sócio histórica do Brasil incidem diretamente nas relações sociais e determinam as condições objetivas do trabalho profissional. Portanto, torna-se indispensável a apreensão e a clareza dos limites e possibilidades do trabalho profissional no espaço sócio institucional, visto que não é possível planejar ou desenvolver ações sem conhecer a realidade que circunscreve o âmbito profissional.

Para Guerra (2011, p. 34):

[...] a complexidade e diversidade alcançada pela intervenção profissional no sentido de atender às demandas e requisições originadas das classes sociais, colocam a dimensão instrumental como dimensão mais desenvolvida da profissão e, portanto, capaz de indicar as condições e possibilidades da mesma. Tais demandas e requisições exigem do profissional a criação e recriação, tanto de categorias intelectivas que possam tornar compreensíveis as problemáticas que lhe são postas como de intervenção nos sistemas de mediação que lhe possibilitem a passagem das teorias às práticas.

Desse modo, são necessárias a identificação e a compreensão do objeto de intervenção e dos sujeitos envolvidos na realização do trabalho do Assistente Social.

Dado o significado histórico e a importância da dimensão técnico-operativa para a realização do trabalho do Assistente Social, a dimensão

técnico- instrumental, deve fundamentar seu desenvolvimento nos pressupostos teórico- metodológicos e éticos políticos da profissão para afastar-se da percepção tecnicista e superficial do saber.

As competências e habilidades técnico-operativas articuladas aos referenciais teórico-metodológico e ético-político possibilitam a construção de respostas profissionais que superem a imediatividade do fazer profissional.

A dimensão técnico-operativa do trabalho do Assistente Social incide sobre as competências e habilidades profissionais realizadas diretamente no campo da intervenção profissional. Resumidamente, refere-se ao domínio dos instrumentais operativos projetados para viabilizar a mediação dos objetivos e das finalidades do Serviço Social para a prática profissional.

Sob essa perspectiva, entende-se que a compreensão sobre essas dimensões no exercício profissional.

2.4. Trabalho e Serviço Social: uma reflexão a partir de Marilda Vilela Iamamoto

Conforme apresentado no primeiro capítulo desta pesquisa todo processo de trabalho implica uma matéria-prima ou objeto sobre o qual incide a ação, meios ou instrumentos de trabalho que potenciam a ação do sujeito sobre o objeto e, a própria atividade, ou seja, o trabalho direcionado a um fim, que resulta em um produto.

Segundo Iamamoto (2012, p. 83) o exercício profissional do Assistente Social inserido em um processo de trabalho permite mediatizar a interconexão entre o exercício do Serviço Social e a sociedade.

Sendo o trabalho uma atividade prático-concreta que opera mudanças tanto na matéria ou objeto a ser transformado, quanto no sujeito (na subjetividade dos indivíduos), pois, permite descobrir novas capacidades e qualidades humanas.

O processo de trabalho implica em três elementos simples: a atividade previamente planejada e orientada a um fim determinado, o objeto do trabalho e os meios ou instrumentais de trabalho. Esses elementos simples estão presentes em todos os processos de trabalho estabelecidos pelo homem e podem ser mediados para melhor compreender a realização do trabalho

profissional no interior do processo de trabalho, no qual o assistente social participa no âmbito institucional.

E com um objeto de trabalho que lhe é específico, o Assistente Social, ao longo da história da profissão, desenvolverá instrumentos de trabalho que viabilizarão a intervenção junto ao objeto de trabalho. Historicamente, os instrumentais de trabalho dos assistentes sociais consistiram em um conjunto de técnicas como entrevistas, relatórios, reuniões e encaminhamentos.

O objeto de trabalho ou a matéria-prima do Serviço Social são as expressões da questão social, sendo o conhecimento o meio de trabalho, ou seja, as bases teórico-metodológicas são recursos essenciais que o Assistente Social aciona para exercer o seu trabalho. Nessa perspectiva, o conjunto de conhecimentos e habilidades adquiridos pelo Assistente Social ao longo de seu processo formativo são parte do acervo de seus meios de trabalho. (IAMAMOTO, 2012, p. 84).

Para Iamamoto (2012) o Serviço Social é socialmente necessário porque ele atua sobre questões que dizem respeito à sobrevivência social e, material dos setores majoritários da população trabalhadora. Tem uma objetividade que não é material, e sim social. Portanto, o Serviço Social é um trabalho especializado, expresso sob a forma de serviços, que interfere na reprodução material da força de trabalho.

Cabe considerar que o exercício profissional do Assistente Social inserido na divisão socio técnica do trabalho, não manifesta em si todas as condições concretas do agir profissional, mas que adquire sentido no contexto a qual está localizada. Com isso, pode-se aferir que o exercício profissional do Serviço Social tem sentido histórico sendo parte e expressão desta e, portanto, “sofre” os reflexos da relação entre Estado e sociedade.

Porém, destaca-se que não há um processo de trabalho exclusivo da profissão, isso porque, no contexto das relações de produção capitalista, o processo de trabalho é instituído coletivamente. (IAMAMOTO, 2012, p. 96).

Para Iamamoto, o Serviço Social enquanto profissão que realiza a venda da sua força de trabalho e está inserida, portanto, na compra e venda de sua força de trabalho, e participa da produção de valor. (IAMAMOTO, 2012, p. 95).

O trabalho concreto, “formador de valor de uso”, é uma “condição da

vida humana, independente de todas as formas de sociedade”. A produtividade do trabalho para Marilda coincide com a produção e a apropriação de trabalho excedente. Este princípio basilar, ancorado em Marx, é estabelecido em relação ao capital, forma histórica objeto da discussão. (IAMAMOTO, 2010, p. 350).

Para responder a isto, Iamamoto considera o caráter cooperativo do trabalho e o produto comum de um trabalhador coletivo, se amplia, por um lado, a noção de trabalho produtivo e de seu portador, o trabalhador produtivo: para trabalhar produtivamente, já não é necessário, agora, pôr pessoalmente a mão na obra: basta ser órgão de um trabalhador coletivo, executando qualquer uma de suas subfunções. (IAMAMOTO, 2010, p. 73).

Iamamoto afirma, por outro lado, a noção de trabalho produtivo se contrai pelo fato de não ser a produção capitalista apenas produção de mercadorias, e sim, essencialmente de mais-valia, na qual o trabalhador não produz para si, mas para o capital. (IAMAMOTO, 2010, p. 73).

Ao considerar o que Marx afirma ser trabalho produtivo “apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para um capital ou serve a autovalorização do capital”, e que não encerra de modo algum a discussão sobre trabalho produtivo apenas uma relação entre atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também, uma relação de produção especificamente social, formada historicamente, a qual marca o trabalhador como meio direto de valorização do capital. (MARX, 2013, p. 74).

Dessa assertiva marxiana, Iamamoto chega à seguinte conclusão: “A produtividade do trabalho supõe, portanto, uma relação social determinada: o trabalho, como trabalho assalariado, e os meios de trabalho, como capital”. Esse princípio basilar é desdobrado e apresentado como uma relação entre mercadorias, que formariam o capital – portanto –, sendo este duplamente valor de troca (dinheiro). Seria, portanto, “[...] valor que se valoriza, fruto da troca de uma quantidade dada de trabalho materializado [matérias-primas, meios de trabalho] por uma quantidade de trabalho vivo e valor de uso, tal como se manifesta nas relações dentro do processo de trabalho”.

Afirma-se então que as forças produtivas se transferiram ao capital e, por conseguinte, a produtividade do trabalho passa a ser considerada a produtividade do capital. Esta produtividade, segundo Iamamoto, demandaria

a seguinte conversão:

Ela requer a conversão do dinheiro em capital, em valor que se valoriza, o que passa pela conversão de uma parte do valor em mercadorias que servem de meios de trabalho (matérias-primas e instrumentos que são condições materiais de trabalho) e a conversão de outra parte do valor em força de trabalho (MARX, 2013, p. 75).

Portanto, segundo Iamamoto, o trabalho produtivo seria aquele em que se troca por dinheiro enquanto capital. Para este, aliás, ser trabalhador produtivo se limita ao fato deste “reproduzir o valor previamente definido da força de trabalho”. “Embora o trabalhador coletivo efetue o trabalho, este, como força criadora de valor, pertence ao capital, realizado sob sua direção e controle”, explica a autora. O resultado específico do processo de produção capitalista, portanto, diz a autora, “não é nem o produto (valor de uso), nem a mercadoria (valor de uso que possui valor de troca)”; “seu resultado é a criação da mais-valia para o capital, isto é, a conversão do dinheiro ou da mercadoria em capital, uma vez que a finalidade direta dessa produção é a apropriação de trabalho alheio não retribuído ou o enriquecimento”.

Seria esse, portanto, o valor de uso específico do trabalho produtivo para o capital. De acordo com a autora, para se confeccionar uma mercadoria é preciso nesta encerrar um tipo de trabalho útil ou concreto que origine um valor de uso. Contudo, não é o caráter concreto desse trabalho o elemento que determina o valor de uso específico do trabalho ao capital – isto é, o seu caráter produtivo.

Este valor de uso específico não deriva “do caráter útil do trabalho”; deriva “do fato de que a força de trabalho em ação é capaz de produzir uma quantidade maior de trabalho abstrato (valor) do que contido em seu preço (ou valor de troca), que se corporifica em uma quantidade maior de trabalho materializado” (MARX, 2013, p. 76).

Verifica-se, então, que não tem nada a ver com o trabalho produtivo o conteúdo do trabalho que é cristalizado, o seu produto (“utilidade específica ou com o valor de uso peculiar em que se corporifica”, nos termos de Marx), e que a única determinação que lhe confere esse significado se restringe ao fato dele ser produtor de mais-valia. (IAMAMOTO, 2010, p. 92).

Cabe então considerar aqui de que forma um determinado tipo de

trabalho pode ser considerado produtivo ou improdutivo e, para Iamamoto, o trabalho improdutivo seria “aquele que não se troca por capital, mas diretamente por renda, salário ou lucro” (IAMAMOTO, 2010, p. 74).

Com isso, para a definição de trabalho produtivo e trabalho improdutivo considera-se que as definições não derivam da determinação material do trabalho, nem da natureza do produto, mas sim “da forma social determinada, das relações sociais de produção nas quais o trabalho se realiza” (IAMAMOTO, 2010, p. 75).

Para a autora conforme o capital monopoliza a produção (e somente o capitalista produz mercadorias, excetuando a força de trabalho), a renda precisa ser trocada por mercadorias produzidas e vendidas pelo capital e por serviços – ou seja, trabalhos que são comprados para serem consumidos como valor de uso. De modo que,

[...] os serviços para o seu produtor são mercadorias (valor de uso e valor de troca), para o comprador são valores de uso [porque neles consome-se sua renda], e para o capital, no caso de ser trabalhador produtivo, são meios de reproduzir o valor adiantado e criar mais valor além do que foi pago ao trabalhador (IAMAMOTO, 2010, p. 79).

A autora afirma ainda que a partir da expansão do domínio do capital e o aumento da produtividade do trabalho, foi possível identificar a diferença entre trabalhadores produtivos e improdutivos, onde os trabalhadores produtivos “[...] produzam exclusivamente riqueza material sob a forma de mercadorias – afora a força de trabalho”; enquanto que os trabalhadores improdutivos “realizem, em grande parte, exclusivamente prestação de serviços pessoais que são trocados por renda” (IAMAMOTO, 2010, p. 80).

Cabe aqui fazermos uma comparação sobre o Marx aponta é que não serve como critério para estabelecer o que é trabalho produtivo o fato dele se corporificar ou não num dado objeto. Portanto, a diferença está centrada na distinção material entre mercadorias e serviços, onde um determinado trabalho pode ser produtivo ou improdutivo e, o que pode diferenciá-lo é se ele “é comprado pelo capital para valorizá-lo” (produtivo), ou se “é comprado pelo consumidor [que pode ser o próprio produtor], com sua renda, para consumi-lo como valor de uso” (improdutivo).

E isto não tem nenhuma relação com o fato desse trabalho “desaparece(r) com a atividade da capacidade de trabalho ou se materializa em uma coisa”. Para encerrar, a autora afirma que o trabalhador do serviço público – por ser vinculado ao direito público, segundo ela – em nada tem a ver com o trabalho produtivo – seja este policial, servidor público, etc.

Ou seja, a profissão, a partir de sua utilidade social, sendo então notoriamente socialmente necessária e possuidora de valor de uso. Portanto, o Serviço Social é de fato considerado uma especialização do trabalho e, por isso, a atuação do assistente social é também entendida como manifestação do trabalho, inscrito no âmbito da produção e reprodução da vida social.

Com isso, entende-se que a partir das contribuições de Iamamoto (2012) ao considerar o Serviço Social como trabalho, olha criticamente para os modos de produção e reprodução da vida social, como determinantes na constituição da materialidade e da subjetividade esta classe que vivem do trabalho.

A partir dos estudos da autora, ao mencionar os modos de produção e reprodução da vida social, a mesma afirma que não se abrange apenas a dimensão econômica, mas a reprodução das relações sociais de indivíduos, grupos e classes sociais e, para, além disso, as abrangem ainda as formas de pensar (entendidas como formas de consciência), através das quais se apreende a vida social. (IAMAMOTO, 2012, p. 97).

Iamamoto fundamentada nas reflexões de Marx pontua que todo indivíduo social é produto das relações e condições sociais nas quais se encontra inserido. (IAMAMOTO, 2012, p. 97).

Neste momento a autora dirige sua investigação sobre o tema utilizando uma indagação de Marx, na qual este se pergunta por que meio de que e de qual forma o trabalho revela sua produtividade diante do capital.

Para a autora, referenciando Marx, os indivíduos seriam ‘independentes’, mas somente depois de serem eles dependentes da sociedade. Dito de outro modo, o indivíduo só poderia isolar-se ou individualizar-se em sociedade, pois desta dependeria para viver e produzir (IAMAMOTO, 2010, p. 347).

[A] sociedade não consiste em indivíduos, mas expressa a sùmula das relações e condições nas quais esses indivíduos encontram-se reciprocamente situados. A essência do indivíduo seria então produto da socialização dos indivíduos, assim expressa por ela (segundo Marx): [...] sua manifestação vital [do indivíduo] é expressão e confirmação da vida social, porque a vida individual e a vida genérica do homem não são diferentes, embora a vida individual seja um modo especial ou mais geral de vida genérica. (IAMAMOTO, 2010, p. 347).

Para a autora a essência compreende nas objetivações desde as forças produtivas materiais até a arte e a filosofia, ou a totalidade da práxis humana, com isso, o ser social dotado sim de uma base orgânica, satisfaz suas necessidades interagindo com objetos da natureza orgânica e inorgânica, segundo a autora. E com isso, é através do trabalho que o homem altera os componentes naturais da realidade, com a finalidade de produzir valores de uso para a satisfação de suas necessidades.

Ela [a essência] é, portanto, concebida como encentrada em relação aos indivíduos isolados, mas não em relação ao homem social, centro das objetivações materiais e espirituais resultantes do trabalho (IAMAMOTO, 2010, p. 348).

Sobre processo de trabalho e Serviço Social, parte do entendimento de que não há um processo de trabalho estabelecido pelo assistente social. O processo de trabalho é realizado por um conjunto de trabalhadores, dos quais o assistente social faz parte, portanto, o profissional é inserido em um processo de trabalho já existente e, desse modo, não pode haver um processo de trabalho organizado e realizado somente pelo Serviço Social.

Iamamoto (2010, p. 429) afirma que

O pressuposto que orienta essa proposta, é de que não existe um processo de trabalho do Serviço Social, visto que o trabalho é atividade de um sujeito vivo, enquanto realização de capacidades e possibilidades do sujeito trabalhador. Existe sim um trabalho do assistente social e processos de trabalho nos quais se envolve na condição de trabalhador especializado.

Os assistentes sociais participam dos processos de trabalho estabelecidos pelo sistema produtivo vigente, portanto, inseridos em diferentes espaços sócio- ocupacionais vão participar dos processos de trabalho realizados pelas instituições empregadoras, pois “[...] existem

diferentes processos de trabalho nos quais se inscreve a atividade do assistente social [...]” (IAMAMOTO, 2010, p. 429), enquanto especialização do trabalho coletivo, inserida na divisão social e técnica do trabalho, assim, contrariando “[...] o mito de um único processo de trabalho do assistente social [...]”.

O Serviço Social é uma profissão cuja natureza é iminentemente interventiva, os profissionais inserem-se diretamente no processo de produção e de reprodução das relações sociais, ou seja, atuam na realidade concreta, no cotidiano das relações sociais que estruturam o modo de produção e de organização capitalista.

Os meios que mediatizam a ação do sujeito sobre o objeto ou matéria-prima sobre o qual incide esta ação potenciam-na e constituem parte, assim como a ação do sujeito e a matéria-prima, de todo processo de trabalho. Além disso, este requer, além dos elementos supramencionados, a própria atividade, “o trabalho direcionado a um fim, que resulta em um produto” (IAMAMOTO, 2012, p. 67).

Dito isto, a autora lança um conjunto de questões que se desprendem, naturalmente, do enquadramento dado ao Serviço Social como trabalho:

qual seria o objeto de trabalho do assistente social? Como responder à questão dos seus meios de trabalho? Como pensar a própria atividade e/ou o trabalho do sujeito? Qual seria o produto desse trabalho? (IAMAMOTO, 2012, p. 67).

De imediato, a autora responde a estas questões sobre o objeto de trabalho do Assistente Social sendo a questão social. Seria está, em suas múltiplas expressões, a causadora da necessidade da atuação do Assistente Social, seja esta ação “junto as demandas do trabalho com crianças, adolescentes, idosos, situações de violência contra a mulher, a luta pela terra etc.”, afirma. (IAMAMOTO, 2010, p. 68).

Sobre o objeto de trabalho do Serviço Social, Iamamoto (2012 p. 62) esclarece que o objeto de intervenção do assistente social é a questão social e suas múltiplas expressões que demandam intervenção profissional, tais como: criança, adolescente, idosos, situações de violência contra a mulher e outras manifestações, luta pela terra e moradia, população em situação de rua

etc. Ressalta que o objeto do trabalho consiste nas formas materializadas das desigualdades e vivenciadas na vida cotidiana de populações subalternizadas, de modo que conhecer a realidade a qual o profissional está inserido é conhecer o próprio objeto de trabalho que se objetiva intervir.

Nesse sentido, diz ela: As bases teórico-metodológicas são recursos essenciais que o Assistente Social aciona para exercer o seu trabalho: contribuem para iluminar a leitura da realidade e imprimir rumos à ação, ao mesmo tempo em que a moldam (IAMAMOTO, 2010, p. 94-95).

Aborda-se aqui a respeito ao produto do trabalho do assistente social. Segundo o ponto de vista da qualidade (trabalho concreto), o efeito útil do trabalho do Assistente Social incide sobre as condições materiais e sociais daqueles que são objeto de sua ação, “cuja sobrevivência depende do trabalho”. (IAMAMOTO, 2012, P. 64)

Portanto, a contribuição do Serviço Social no processo de valorização do valor estaria ligada ao fato da ação do assistente social incidir sobre as condições sociais e materiais daqueles que vivem do trabalho; “tem um efeito no processo de reprodução da força de trabalho”, diz a autora, que é a única mercadoria que sendo colocada em ação tem a capacidade de criar mais valor do que ela custou. (IAMAMOTO, 2012, p. 94).

Outro exemplo destacado pela autora diz respeito ao trabalho do Serviço Social não ser material, seria, de acordo com a autora “socialmente objetivo”. Segundo ela, há, do ponto de vista do consumo de sua atividade, uma incidência sobre os sujeitos que se assemelha ao efeito de um serviço. (IAMAMOTO, 2012, p. 68).

Esses efeitos produzidos pela atividade do assistente social sobre a sociedade podem ser assim resumidos: “[...] incide no campo do conhecimento, dos valores, dos comportamentos, da cultura, que, por sua vez, têm efeitos reais interferindo na vida dos sujeitos” (IAMAMOTO, 2012, p. 68).

Do ponto de vista da produção de valores, quando o Assistente Social é dado como trabalhador assalariado numa empresa capitalista (trabalho abstrato), o seu trabalho pode ainda ter um rendimento. Como membro do trabalhador coletivo, o assistente social não produz diretamente riqueza – valor e mais valia; mas, por ser parte desse trabalhador coletivo, “fruto de uma combinação de trabalhos especializados na produção, de uma divisão técnica

do trabalho”, este trabalho cooperativo, no seu conjunto, criaria “as condições necessárias para fazer crescer o capital investido naquela empresa”. (IAMAMOTO, 2012, p. 70).

Entende-se, a partir das análises da autora que o trabalho do assistente social integra o processo de trabalho, muitas vezes de forma coletiva em unidades públicas e privadas que implementam diretamente, gerenciam, articulam, controlam e acionam os serviços sociais em consonância com as políticas públicas.

Compreender os desafios e as particularidades do trabalho profissional na contemporaneidade requer a apreensão de como as esferas pública e privada se relacionam hoje na conformação dos vetores que orientam as políticas públicas.

E também identificar como que as diferentes unidades do Poder Executivo e do Poder Judiciário se articulam para desenvolver e assegurar o desenvolvimento das práticas de proteção social no âmbito do Estado, da família e das instituições da sociedade civil.

No tocante à finalidade e aos objetivos do trabalho do Assistente Social, esses estão expressos no Projeto Ético Político do Serviço Social. O Serviço Social sendo uma especialização do trabalho coletivo está inserido na divisão social e técnica do trabalho, onde o profissional vai vender sua força de trabalho especializada e qualificada para a instituição empregadora e, atuará no enfrentamento das diversas manifestações das expressões da questão social.

Dada à natureza iminentemente interventiva do Serviço Social, os profissionais fundamentados no conhecimento teórico-metodológico, com o compromisso ético- político e a competência técnico-operativa desenvolverão estratégias de enfrentamento voltadas para a redução das desigualdades e o fortalecimento das formas de resistência das camadas subalternizadas, de modo a ampliarem a perspectiva de democratização, autonomia dos sujeitos sociais e da garantia de direitos conquistados e afiançados.

Assim, para a realização do trabalho profissional exige-se conhecimento sobre as teorias políticas, políticas públicas e políticas sociais, planejamento estratégico fundado no desenvolvimento da investigação (pesquisa social), planos de trabalho, apreensão da rede de atendimento ao

usuário. Além do conhecimento sobre as técnicas e instrumentos como entrevistas, reuniões, assembleias, visitas domiciliares, relatórios e estudo social e socioeconômico que compõem o conjunto de estratégias as quais os assistentes sociais utilizam para realizar o trabalho profissional.

Mas para realizar o trabalho é fundamental garantir as condições de trabalho, contudo, mediante a sua condição de trabalhador assalariado que vende a sua força de trabalho, o profissional não detém todos os meios necessários para a efetivação do seu trabalho. Os recursos financeiros, técnicos, humanos indispensáveis para a realização do trabalho do assistente social são disponibilizados pela instituição empregadora.

Dada essa contradição, a instrumentalidade da profissão exige a clareza ético-política, o domínio teórico-metodológico e habilidade e competência técnico-operativa que subsidiarão o conjunto de conhecimentos, habilidades, atribuições, competências e compromissos essenciais à realização dos processos de trabalho, nos quais os assistentes sociais estão inseridos.

E participando do processo de trabalho, também deve-se considerar que o trabalho do Assistente Social produz resultados. Os resultados não produzem valores materiais, mas “[...] interferem na produção material da força de trabalho e no processo de reprodução sociopolítica ou ídeo-política dos indivíduos sociais [...]” (IAMAMOTO, 2012, p. 69).

Objetivamente, os resultados do trabalho do Assistente Social materializam-se na construção de projetos, planos, análises, avaliações, diagnósticos, produções científicas, estudos sociais, pesquisas sociais, laudos sociais, perícias sociais, encaminhamentos, relatórios, etc.

Nota-se que os resultados mudam, de acordo com a proximidade do trabalho do Assistente Social com a esfera da produção do capital, isto é, de acordo com as finalidades da instituição contratante (pública, privada com fins lucrativos ou sem fins lucrativos).

Mas sendo um trabalhador participante de um processo de trabalho coletivo sujeito às determinações das relações sociais capitalistas, o assistente social assumiu atribuições e competências profissionais específicas no conjunto da realização do trabalho coletivo, isto é, a partir das particularidades que determinaram sua inserção na divisão social e técnica do

trabalho, especialmente quando tratamos da definição do seu objeto de trabalho, pois foi determinante para a construção histórica das requisições profissionais.

Partindo do suposto de que o significado que o trabalho profissional do assistente social adquire no processo de produção e reprodução das relações sociais só pode ser interpretado e compreendido na relação entre as necessidades das classes sociais que polarizam sua intervenção, os distintos sujeitos sociais e os interesses antagônicos que o demandam, os espaços ocupacionais, as competências e atribuições profissionais, cabe situar a importância da produção de conhecimento para o Serviço Social. A profissão ao longo dos seus 70 anos vem buscando definir claramente e consolidar suas atribuições e competências, as quais se encontram, desde 1962, reconhecidas e regulamentadas (ainda que sua primeira formulação tenha sido em 1957). (GUERRA, 2009, p. 703).

Iamamoto (2012, p. 37), no documento “Projeto Profissional, espaços ocupacionais e trabalho do (a) Assistente Social na atualidade”, parte da obra “Atribuições privativas do/a assistente social em questão” publicado pelo CFESS, esclarece que

As atribuições são referentes às funções privativas do assistente social, isto é, suas prerrogativas exclusivas, enquanto as competências expressam capacidade para apreciar ou dar resolutividade a determinado assunto, não sendo exclusivas de uma única especialidade profissional, mas a ela em função dos sujeitos profissionais.

As competências profissionais dizem respeito à capacidade de apreciar, decidir ou fazer alguma coisa, enquanto a atribuição é uma prerrogativa, isto é, se constitui como um privilégio, sinteticamente, relaciona-se ao direito de poder realizar algo com clareza e domínio específico. As atribuições privativas exigem formação profissional em Serviço Social, ou seja, implicam em fundamentação teórico- metodológico, ética-política e técnico-operativa específica da profissão.

**CAPÍTULO III- A PESQUISA: AS FALAS DOS EGRESSOS SEGUNDO A
TEORIA DE MARILDA IAMAMOTO PARA O SERVIÇO SOCIAL**

3.1.1 A construção da Pesquisa

O objeto de estudo dessa pesquisa analisa a categoria Trabalho no processo de formação dos egressos do Curso de Serviço Social da UFTM. Neste momento se faz necessário apresentar o contexto da formação e do trabalho profissional. A opção metodológica para este estudo foi a teoria social crítica a partir do método histórico dialético.

Este estudo fundamentou-se na pesquisa documental a partir das considerações da discussão a respeito da categoria Trabalho, por meio da pesquisa bibliográfica e de campo. O estudo teórico consistiu no levantamento bibliográfico no referencial teórico sobre a categoria Trabalho e o processo de formação em Serviço Social.

Levou-se em consideração para este estudo, a análise dos resultados do Trabalho de Conclusão de Curso da pesquisadora, que se propôs a analisar as Unidades Temáticas contidas no Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social da UFTM do ano de 2010 ao refletir sobre as ementas das unidades Temáticas que trataram da categoria Trabalho no curso de Serviço Social da UFTM.

Também, foram utilizadas as produções teóricas do Serviço Social, que tratam especificamente dos referenciais teórico-metodológicos, ético-político e técnico-operativo da profissão. Estudos que tratam do trabalho e da formação profissional, da dimensão teórica e prática do trabalho do assistente social, o cotidiano e os espaços sócio ocupacionais, as legislações normativas da profissão¹⁰.

Como caminho metodológico percorrido neste capítulo optou-se pela contextualização da formação acadêmica dos egressos do curso de Serviço Social da UFTM, considerando o perfil do egresso, objetivos do Curso, competências e habilidades esperadas, bem como a identificação na fala dos Sujeitos a respeito das características do processo de formação profissional em Serviço Social, que aproximam da categoria trabalho. Como objetivo final deste capítulo trata-se da análise da compreensão, a respeito da articulação

¹⁰ Código de Ética Profissional do Assistente Social, a Lei de Regulamentação da Profissão e Orientações e Resoluções do Conjunto CFESS/CRESS.

entre a categoria teórica trabalho no exercício profissional junto às dimensões ético político, teórico-metodológica e técnico-operativa

Destaca-se que desde a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da pesquisadora, o curso de Serviço Social passou pela modificação do PPCSS UFTM do ano de 2010 para o ano de 2014. Assim, as considerações aqui realizadas sobre a atual estrutura do currículo, diz respeito a com a matriz curricular do ano de 2015.

O universo da pesquisa constitui-se por todos os egressos do Curso de Serviço Social da UFTM considerando que desde o início da primeira turma do curso com a expansão das vagas em Universidades Federais em virtude dos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), em 2013, até (2017/2), formaram 09 (nove) turmas, perfazendo uma média de 25 (vinte e cinco) alunos por turma, totalizando aproximadamente 225 (duzentos e vinte e cinco) bacharéis em Serviço Social. Portanto, o Universo dessa pesquisa constituiu-se dos destes 225 bacharéis em Serviço Social, conforme informação do Departamento de Registro e Controle Acadêmico (DRCA) da UFTM.

O ponto inicial para a coleta de dados deu-se a partir do contato telefônico com a Coordenação do curso de Serviço Social da UFTM, em fevereiro de 2018, antes da qualificação da pesquisadora, onde foram apresentados os objetivos e as documentações de identificação da pesquisa, da pesquisadora e da orientadora, com a finalidade de buscar informações sobre os contatos com os egressos.

No entanto, não foi possível obter estes contatos, pois, a Coordenação não os tinha, no momento solicitado e, havia a necessidade de protocolar o pedido (juntamente com o Parecer de aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa da UNESP) no Departamento de Registro e Controle Acadêmico (DRCA) na UFTM para que fosse verificada a existência ou não de dados atualizados dos egressos do curso.

Fato que não ocorreu, em razão da ausência da aprovação¹¹ do Comitê de Ética e Pesquisa (CEP UFTM) à época. Vale esclarecer que após o Parecer do CEP, a Coordenação do curso de Serviço Social da UFTM

¹¹ Em decorrência do Prazo para submissão e o prazo para conclusão do ano letivo e término do curso, optou-se por não aguardar a aprovação e dar início a pesquisa documental.

disponibilizou as listas de e-mails que tinha dos egressos, no entanto, muitos desses dados estavam desatualizados.

Assim a pesquisadora procedeu a busca e identificação dos egressos através dos contatos que a mesma obteve durante o período de graduação, via mídias sociais e e-mails. Nesse processo de busca, foi possível identificar cento e oitenta e nove (189) egressos.

Enfatiza-se que a pesquisa de campo só foi realizada após a aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa da UNESP, conforme Apêndice A desta pesquisa.

Antes da aplicação do roteiro de perguntas, a pesquisadora se identificou e apresentou o objeto de estudo desta investigação. E foi devidamente esclarecido que a participação na pesquisa era opcional, dessa forma, seria respeitada a livre escolha do egresso em participar ou não da pesquisa. Em seguida, o roteiro de perguntas e o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) foram enviados a todos os egressos que aceitaram responder a pesquisa.

Inicialmente, a proposta de recolha de dados para a realização da pesquisa de campo junto aos sujeitos foi realizada por meio do envio do roteiro de perguntas.

Todos os sujeitos responderam o mesmo roteiro de perguntas objetivando a apreensão e compreensão do objeto de estudo a partir da percepção dos mesmos sobre a categoria Trabalho.

Nessa direção, o roteiro de perguntas em questão, buscou apreender questões relacionadas:

- Identificação de qual espaço socioocupacional o sujeito estava inserido (exercício profissional do Serviço Social);
- Compreensão sobre a categoria Trabalho;
- Entendimento sobre a categoria Trabalho no processo de formação profissional;
- A importância do processo de Trabalho no exercício profissional do Serviço Social.

No que se refere ao recolhimento dos dados com os sujeitos e, considerando a amplitude da amostra da pesquisa, o roteiro de perguntas foi utilizado como técnica formal para a obtenção de informações por meio de um

conjunto de questões, sistematicamente articulado e que teve como objetivo recolher informações escritas dos sujeitos.

De acordo com Gil (1999, p. 129), o roteiro de perguntas pode ser “[...] definido como técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões [...]” que tem como objetivo “[...] o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.[...].”

A aplicação do roteiro de perguntas deu-se com trinta e quatro (34) sujeitos, no entanto, doze (12) sujeitos retornaram com as respostas.

As questões orientadoras que compuseram o roteiro de perguntas tiveram por finalidade conseguir extrair informações relacionadas à percepção e à compreensão do objeto de estudo, possibilitando, também, indicar elementos nas falas dos sujeitos que pudessem conduzir à construção de categorias empíricas, para interpretação e análise dos dados.

Contudo, a partir da devolutiva do roteiro de perguntas por parte dos sujeitos, a pesquisadora observou que alguns sujeitos não haviam respondido todas as questões. Assim optou-se pela realização de entrevistas apenas com os Sujeitos Nº 08, Nº 10, Nº 17 e Nº 30.

Cabe neste momento esclarecer a consideração feita pela pesquisadora em realizar entrevistas com os sujeitos identificados acima, em razão da devolutiva do roteiro de perguntas (enviados por e-mail/ mídias sociais) ter retornado com respostas SIM para as perguntas de Nº 4 e Nº 06, respectivamente, apresentadas da seguinte forma: “Você identificou a categoria teórica trabalho no seu processo de formação profissional?” e “Você identifica no exercício profissional o processo de trabalho que se realiza?”.

Portanto, a entrevista semiestruturada foi utilizada como técnica formal para obtenção de informações por meio da fala dos sujeitos da investigação. Minayo (2004, p. 109-110) afirma que:

[...] o que torna a entrevista um instrumento privilegiado de coleta de informações [...] é a possibilidade de a fala ser reveladora de condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos e ao mesmo tempo ter a magia de transmitir, através de um porta-voz, as representações de grupos determinados, em condições históricas, socioeconômicas e culturais específicas.

A realização da entrevista foi acompanhada pelo roteiro de perguntas semiestruturado, com perguntas abertas e abrangentes, de forma a permitir ao sujeito entrevistado discorrer sobre os questionamentos formulados acerca do objeto de estudo.

E respeitou-se o sigilo dos sujeitos da pesquisa, as entrevistas foram transcritas de forma integral, de forma a possibilitar, assim, a real apreensão das informações fornecidas por esse grupo de sujeitos. No referente ao roteiro de perguntas aplicados junto aos sujeitos, todos que foram preenchidos foram integralmente analisados e foram transcritas as falas dos sujeitos que melhor representaram a apreensão e compreensão apresentadas pelos mesmos acerca do objeto de estudo.

O procedimento metodológico utilizado na análise e, interpretação dos dados coletados pelo roteiro de perguntas e pelas falas dos sujeitos baseou-se na análise de conteúdo e procedimento de inferência do discurso dos sujeitos.

Segundo Severino (2016, p. 129), análise de conteúdo:

É uma metodologia de tratamento e análise de informações constantes de um documento, sob forma de discursos pronunciados em diferentes linguagens: escritos, orais, imagens, gestos. Um conjunto de técnicas das comunicações. Trata-se de se compreender criticamente o sentido manifesto ou oculto das comunicações [...] ela descreve, analisa e interpreta as mensagens/enunciadas de todas as formas de discurso, procurando ver o que está por detrás das palavras.

Por meio da apreensão detalhada das informações, a análise de conteúdo possibilitou descobrir o que está por trás dos conteúdos, compreendendo o significado do que é informado, permitindo interpretação mais apurada dos dados levantados sobre o objeto deste estudo, de modo a considerar a composição dos sujeitos da pesquisa em dois grupos distintos, porém interligados pela manifestação e apreensão do objeto de estudo e a respeitar as particularidades e distinções que caracterizam os sujeitos desta pesquisa.

Já o procedimento de inferência, por meio de dedução, possibilitou a apreensão da lógica dos dados analisados, para interpretação das informações levantadas. Gomes (2016, p. 81) pontua que a interpretação dos dados com base na inferência visa atribuir maior grau de significação ao

material levantado, considerando os fatores que lhe determinam, sob uma perspectiva teórica, ou seja, todo o referencial teórico definido com a pesquisa bibliográfica.

A análise e a interpretação do significado dos depoimentos dos sujeitos foram substanciais para estruturação e argumentação da análise final.

Assim, com atenção às particularidades que permeiam a apreensão e a compreensão do Trabalho no processo de formação e exercício profissional do assistente social, ou seja, a percepção sobre da categoria trabalho, a pesquisa pautou-se na abordagem qualitativa. A pesquisa qualitativa compreende uma abordagem subjetiva e abstrata dos significados, valores e relações humanas propostas e já estabelecidas em determinado contexto histórico.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela ocupa, dentro das Ciências Sociais, com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas também por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e compartilhada. (MINAYO, 2004, p. 20).

3.2 Universo da pesquisa: os egressos do curso de Serviço Social na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)

Foi definido como universo dessa pesquisa todos os egressos do curso de Serviço Social da UFTM, ou seja, os formandos entre os anos de 2013 a 2017.

E é neste contexto e considerando a evolução histórica dessa profissão no Brasil, no que tange ao processo de formação profissional, que se reportará esse estudo, enfocando no item subsequente o histórico da Faculdade para Universidade e, posteriormente, a criação do curso de Serviço Social que também se inscreve na história nacional desta profissão e a localiza e a identifica na região do Triângulo Mineiro em Minas Gerais.

3.2.1. Histórico da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)

A criação da primeira Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro (FMTM) começou a ser idealizada em 1948, quando um grupo de médicos, estimulados e fortemente apoiado pelas lideranças políticas municipais fundou, em 27 de abril de 1953, sob o regime de instituição privada, a FMTM.

A autorização para o funcionamento da FMTM foi assinada pelo Presidente Getúlio Vargas e pelo Ministro da Educação Antônio Balbino, no Decreto-Lei Nº 35.249, de 24 de março de 1959, com base em projeto técnico-pedagógico elaborado segundo a legislação educacional vigente. A autorização do funcionamento da Faculdade deu-se com o primeiro concurso (vestibular) realizado em abril de 1959, tendo início então o curso de medicina na FMTM.

A partir do primeiro ano de funcionamento, a administração da Faculdade, devidamente apoiada pelo corpo docente, discente e técnico, iniciou um amplo programa de melhoria das condições físicas, pedagógicas e tecnológicas, visando não apenas o reconhecimento, mas também à melhoria da qualidade no ensino. Por meio do Decreto de Reconhecimento Nº 47.844, de 24 de dezembro de 1959, foi realizada a colação de grau da primeira turma de Medicina em 06 de junho de 1960.

Com os avanços cada vez mais intensos e velozes da ciência e da tecnologia médica, foram indispensáveis o apoio e a participação do poder público federal, a fim de que a Faculdade pudesse cumprir com mais eficiência e eficácia seus projetos.

Para que a Faculdade adquirisse status, a FMTM contou com o apoio incondicional das lideranças políticas de Uberaba e do Estado de Minas Gerais e do Diretório Acadêmico (DA), finalizando em uma ação integrada de sensibilização do Governo Federal, com a federalização, pela Lei Nº 3.856, de 18 de dezembro de 1960 e, posteriormente, com a transformação em Autarquia Federal, pelo decreto Nº 70.686, de 07 de junho de 1972.

Desde sua fundação a FMTM desenvolveu-se nos aspectos quantitativo e qualitativo criando, a partir de 1989, o Curso de Graduação em Enfermagem. Desde 1990, a Faculdade mantém o Centro de Formação

Especial em Saúde (CEFORES)¹², com o propósito de formar técnicos para atuação na área da saúde (pós-ensino médio), que oferecia seis cursos noturnos: enfermagem, nutrição, radiologia, patologia clínica, farmácia e saúde bucal.

No ano de 1995, foram criados o Centro Cultural e a Central de Idiomas Modernos (CIM), na época vinculados à Pró-reitora de Ensino, Pesquisa e Extensão. Com o objetivo de estimular, identificar e valorizar a produção cultural e artística na Instituição.

Por sua vez, a CIM ainda mantém a prestação de serviços de tradução, versão e revisão de textos em línguas estrangeiras e na vernácula, pretendendo tornar-se um centro de ensino que abrigue as diversas linguagens existentes na nova sociedade. Além do código verbal, agregou outros códigos, como: Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS); Braille; Imagem (fotografia, artes plásticas, gráficas e audiovisuais) e Som (música, canto e dança).

Em 1999, a Faculdade obteve autorização para o funcionamento do curso de graduação em biomedicina. A FMTM até 2005 funcionava como uma Faculdade especializada na área de saúde, que oferecia cursos de graduação em medicina, enfermagem e biomedicina.

Em 29 de Julho de 2005, a FMTM é transformada em Universidade, e mediante a incorporação de novos cursos de graduação e pós-graduação e às transformações acompanhadas de um panorama nacional.

Essa transformação ocorreu por orientação do Governo Federal, para que a população pudesse ter mais acesso as Universidades Públicas e Gratuita. Por meio do Plano Nacional de Educação (PNE), no que diz respeito à ampliação do atendimento a, pelo menos, trinta por cento (30%) dos jovens na faixa etária de dezoito a vinte e quatro anos, a partir da proposta do Ministério da Educação e Cultura (MEC) para o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) que

¹² O Centro de Educação Profissional (Cefores) é uma Instituição Federal, pública, vinculada à Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM e subordinada à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica/MEC. O Cefores foi criado em junho de 1990, através da Portaria nº 73 da então SENETE/MEC. Atualmente oferece os cursos de Técnico em Análises Clínicas, Técnico em Enfermagem, Técnico em Farmácia, Técnico em Informática, Técnico em Radiologia, Técnico em Saúde Bucal, Técnico em Segurança do Trabalho e Cursos Pronatec.

consistia na expansão e ampliação da oferta de cursos superiores em instituições públicas em 2005.

Com o REUNI, e a transformação em Universidade, desde 2005 foram criados de graduação, como Agronomia, Biomedicina, Ciências Biológicas, Ciências Biológicas - Campus Iturama, Educação Física, Engenharia Ambiental, Engenharia Civil, Engenharia de Alimentos, Engenharia de Produção, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia Química, Física, Fisioterapia, Geografia, História, Letras - Português e Espanhol, Letras - Português e Inglês, Licenciatura em Educação do Campo, Matemática, Psicologia, Química, Química - Campus Iturama, Serviço Social, Terapia Ocupacional.

Quanto aos Programas de Pós-Graduação- Stricto sensu, há dezesseis programas, sendo eles: Programa de Pós-Graduação em Atenção à Saúde, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Ciências Fisiológicas, Programa de Pós-Graduação em Medicina Tropical e Infectologia, Programa de Mestrado Profissional em Inovação Tecnológica, Programa de Mestrado Profissional em Letras em Rede Nacional, Programa de Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional, Programa de Mestrado Profissional em Química em Rede Nacional, Programa de Pós-Graduação em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Biociências Aplicadas, Programa de Pós-Graduação Multicêntrico em Química de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia Ambiental, Programa de Pós-Graduação em Fisioterapia e o Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional.

Contando com aprovação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), os Programas de Pós- Graduação possuem linhas de pesquisa, bem como propostas adequadas e coerentes com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e além do apoio da CAPES, contam com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Organização Mundial de Saúde (OMS), Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), União Europeia (EU) e

Ministério da Saúde (MS).

Já os Programas de Pós Graduação Lato sensu, contam para além da Residência Médica a Residência Integrada Multiprofissional e Uniprofissional, a Especialização em Gestão do Cuidado em Saúde da Família, Ciência é 10!. Contando ainda com oitos cursos técnicos: Técnico em Análises Clínicas, Técnico em Enfermagem, Técnico em Farmácia, Técnico em Informática, Técnico em Radiologia, Técnico em Saúde Bucal, Técnico em Segurança do Trabalho, Cursos Pronatec. E no âmbito da Educação a Distância, com o Centro de Educação a Distância – CEAD.

Vale destacar que além das agências citadas, a UFTM dispõe de financiamento da Fundação Osvaldo Cruz (FIOCRUZ), Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais, além de outros financiamentos privados.

Destaca-se a criação do Instituto de Educação, Letras, Artes, Ciências Humanas e Sociais (IELACHS), fruto de discussão em assembleia dos professores dos cursos de Licenciatura, Serviço Social, Psicologia e do Ciclo Comum de Formação, em 22 de abril de 2010.

O Instituto é composto pelos cursos de licenciatura em Geografia, História e Letras (Português/Espanhol e Português/Inglês); curso de bacharelado em Serviço Social, e professores da área de Educação. Segundo PPPCSS UFTM 2014:

De acordo com o artigo 6º do seu regulamento interno (2014), o IELACHS é constituído por colegiado de instituto, diretoria do instituto, departamentos didáticos científicos e estrutura funcional da diretoria. A instância máxima deliberativa do IELACHS é o seu Colegiado, que realiza reuniões ordinárias mensais abertas para toda comunidade acadêmica da UFTM. (PPPCSS UFTM, 2014, p. 19).

O Hospital de Clínicas da UFTM atende à demanda de estágio curricular para os cursos da UFTM, além de servir de campo para a pesquisa científica e a extensão. Possui Prontos Socorros Adulto e Infantil, Ambulatórios, Centro de Reabilitação, clínicas especializadas nas áreas de especialidades médicas, sendo referência para as cidades da região do Triângulo Mineiro.

É importante ressaltar que esse crescimento dos cursos e programas de

pós-graduação não aconteceu acompanhado de investimentos em infraestrutura, fato que ocorreu tardiamente com a construção de outras sedes e, reformas de outros espaços necessários a garantia da qualidade de ensino dos cursos oferecidos.

Inclusive há menção na nota de rodapé do PPPCSS UFTM 2014 a respeito da adesão da UFTM à Ebserh, que informa que esse processo de adesão não foi discutido e deliberado no Conselho Universitário da UFTM.

Com a assinatura do contrato entre a UFTM e a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), a relação da UFTM com a Fundação de Ensino e Pesquisa de Uberaba (FUNEPU) é modificada, ficando a FUNEPU responsável pelo “suporte a projetos de pesquisa, de ensino, de extensão universitária e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e de inovação”, conforme Resolução nº 1, do Conselho Universitário, em abril de 2013.

A partir de janeiro de 2013, com a adesão da UFTM ao modelo de gestão induzido pelo MEC, a Ebserh passou a ser responsável pela administração e gestão do Hospital de Clínicas, mediante “a oferta, à população, de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública”, por prazo indeterminado. (BRASIL, 2013, p. 04)

3.2.2. O Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)

A criação do curso de Serviço Social na UFTM tornou-se um passo importante no fortalecimento da formação profissional na graduação com ênfase numa educação de qualidade e integral.

Considerando a expansão do campo de trabalho do profissional da área, a criação do Curso de Serviço Social na UFTM justifica-se pelo projeto de interiorização do ensino público gratuito e de qualidade, uma vez que, num raio de 180 km, não há graduação em Serviço Social. No Estado de Minas Gerais, foram criadas três universidades públicas que oferecem graduação nas condições supracitadas. Estas universidades estão situadas em Ituiutaba (UFU – Pontal), Juiz de Fora - UFJF (Universidade Federal de Juiz de Fora) e Teófilo

Otoni (Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri). Assim, tais circunstâncias possibilitam que a UFTM seja referência em termos de oferta do curso de Serviço Social em instituição pública federal em Minas Gerais (atendendo em especial as regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba), Tocantins, Mato Grosso, Goiás e São Paulo. (PPPCSS UFTM, 2014, p.19).

Assim, a proposta de criação do curso de Serviço Social na UFTM sintetiza o desafio de decifrar os novos tempos para que deles se possa ser contemporâneo. O perfil profissional exigido deverá ser de um profissional qualificado e, que reforce e amplie a sua competência crítica; onde o exercício profissional cotidiano tem ampliadas as possibilidades de vislumbrar novas alternativas de trabalho nesse momento de profundas alterações na vida em sociedade.

O perfil que se visa construir é de um profissional afinado com a análise dos processos sociais, tanto em suas dimensões macroscópicas quanto em suas manifestações quotidianas; um profissional criativo e inventivo, capaz de entender o “tempo presente, os homens presentes, a vida presente” e nela atuar, contribuindo, também para moldar os rumos de sua história. (IAMAMOTO, 2008, p. 49).

Com a criação do curso de Serviço Social da UFTM, fez-necessário a organização do Projeto Político Pedagógico do Curso (PPPC) para expressar os principais parâmetros para a ação educativa, fundamentando, juntamente com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), a gestão acadêmica, pedagógica e administrativa de cada curso. Destaca-se que o PPPC se caracteriza pela permanente construção, sendo elaborado, reelaborado, implementado e avaliado.

3.2.3. O Projeto Político Pedagógico do Curso (PPPC)

O Projeto Político Pedagógico do Curso (PPPC) de graduação expressa os principais parâmetros para a ação educativa, fundamentando, juntamente com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), a gestão acadêmica, pedagógica e administrativa de cada curso. Está em permanente construção, sendo elaborado, reelaborado, implementado e avaliado.

O PPPC é um documento de orientação acadêmica, consta dentre outros elementos: conhecimentos e saberes considerados necessários à

formação das competências estabelecidas a partir do perfil do egresso; estrutura e conteúdo curricular; ementário, bibliografias básica e complementar; estratégias de ensino; corpo docente; recursos materiais, serviços administrativos; serviços de laboratórios e infraestrutura de apoio para o pleno funcionamento do curso.

O PPC de graduação sintonizado com uma nova visão de mundo, expressa também novo paradigma de sociedade e de educação, garantindo a formação global e crítica para os envolvidos no processo, como forma de capacitá-los para o exercício da cidadania, bem como sujeitos de transformação da realidade, com respostas para os grandes problemas contemporâneos. Desta maneira o ensino de graduação, voltado para a construção do conhecimento, não pode orientar-se por uma estrutura curricular rígida, baseada no enfoque unicamente disciplinar e sequenciada de conteúdos confinada aos limites da sala de aula, onde o ensino tem por base a exposição submissa aos conteúdos descritivos (ForGRAD, 2000).

As construções do PPI e o PPC são processos de planejamento participativo, trabalho conjunto de equipe, com representantes da administração, corpos docente e discente, ex-alunos, funcionários e comunidade. A participação na construção do PPC não é imposta, mas ressalta-se aqui a participação dos docentes/discentes na construção deste, configurando-se como um trabalho conjunto. O PPC é um documento fundamental para construção dos planos de ensino, e sua importância se dá também no âmbito da docência, pois, é um documento que irá nortear na Instituição de Ensino Superior (IES) em todas as suas funções e atividades. (LOMBARDO; RANALI, 2006).

Em 09 de maio de 2006 o Decreto N.º 5.773 estabeleceu que o PPI deve ser um dos vários componentes do Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI). Assim, por ser um dos seus componentes, o PPI teoricamente deve estar articulado e/ou em sintonia com o PDI e ambos documentos institucionais atualizados em relação às Políticas Nacionais.

Assim, para construção de um PPC é necessário que a IES tenha um PDI e PPI atualizado de acordo com as Leis e os Decretos Nacionais. Pois, o PPC será fundamentando nestes projetos institucionais e isto possibilitará uma adequada gestão acadêmica, pedagógica e administrativa para cada

curso.

A articulação do PDI, PPI e PPPC é observada pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)¹³, criado em 14 de abril de 2004 pela Lei N° 10.861, no instrumento de avaliação dos cursos de graduação.

O currículo significa o caminho a ser percorrido, pois, o currículo é uma proposta educacional feita por uma instituição que se responsabiliza por sua fundamentação, implementação e avaliação. As IES obedecem a Lei n. °9.394, de 20 de dezembro de 1996, definida pelo órgão maior nos assuntos de ensino em território nacional o MEC, que regulamenta os princípios e objetivos do ensino superior através das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs).

O PPPC não deve ser centrado somente no ensino, mas deve-se vincular estreitamente aos processos de pesquisa e extensão. O processo de construção do saber a partir da reflexão sobre os fundamentos do conhecimento; mediada pela permanente interação com a realidade; refratária à diversidade de experiências vivenciadas pelos alunos, devem ser, o foco central do projeto pedagógico e da estrutura curricular.

Para realizar a articulação na unidade ensino–pesquisa-extensão na graduação, é necessário que o PPPC possibilite simultaneamente o envolvimento dos atores, como componentes individuais, e o apoio da estrutura institucional, como facilitadora e também, para garantir a execução do projeto.

Contempla às atividades ditas em sala de aula, como as externas com a participação em; a) projetos de pesquisa e/ou extensão realizados na instituição ou fora dela; b) eventos científicos; c) atividades de monitoria; d) atividades de extensão, na qualidade de ato de criação, resolução de problemas, mas sempre como atividade de interrogação, portanto, de pesquisa (ForGRAD, 2000).

A importância do PPPC reside no próprio reconhecimento ou renovação do curso. O instrumento de avaliação dos cursos de graduação do MEC da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) e

¹³ O SINAES é composto por três momentos de avaliação, uma avaliação das instituições, segunda avaliação dos cursos e, posteriormente, uma avaliação do desempenho dos estudantes. O SINAES avalia todos os aspectos que giram em torno desses três eixos: o ensino, a pesquisa, e a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente, as instalações e vários outros aspectos.

do INEP, pela Portaria Nº 563/2006, esclarece que a articulação entre o PPI, PDI, PPPC e o Currículo (como elemento constitutivo do PPPC), será avaliada respeitando-se as características da organização acadêmica das IES e da região onde se localizam, conforme preconiza a legislação em vigor.

A avaliação dos cursos de graduação, um dos componentes principais do SINAES, é um procedimento utilizado pelo MEC para o reconhecimento ou renovação de reconhecimento dos cursos de graduação, representando medida necessária para a emissão de diplomas. Um dos principais componentes do SINAES é a Avaliação Institucional. As diretrizes e o instrumento da avaliação externa de educação superior das IES do MEC/CONAES/INEP, por meio da Portaria Nº 300/2006.

Outro item importante do PPPC foi a possibilidade de construção dos diversos planos de ensino adequados e atualizados, documentos finais aplicados aos acadêmicos com atenção ao perfil do profissional que se quer formar.

Entende-se que os planos de ensino permitem ao processo de construção do saber a partir da reflexão sobre os fundamentos do conhecimento; mediada pela permanente interação com a realidade e pela diversidade de experiências vivenciadas pelos alunos.

A avaliação institucional, avaliação dos cursos e o desempenho dos estudantes são importantes elementos a serem considerados na reelaboração dos PPPCs. Ressalta-se, portanto, a importância dos planos institucionais estarem atualizados e de acordo com as necessidades regionais.

A Avaliação Institucional está relacionada à melhoria da qualidade da educação superior; e divide-se em duas modalidades: a auto avaliação coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada instituição e orientada pelas DCNs e pelo roteiro da auto avaliação institucional da CONAES.

A avaliação externa – realizada por comissões designadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); que tem como referência os padrões de qualidade para a educação superior expressos nos instrumentos de avaliação e os relatórios das auto avaliações.

O processo de avaliação externa independente de sua abordagem e

se orienta por uma visão multidimensional que busque integrar suas naturezas formativa e de regulação numa perspectiva de globalidade.

O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), que integra o SINAES, tem o objetivo de aferir o rendimento dos alunos dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos, suas habilidades e competências. O ENADE é realizado por amostragem e a participação no Exame constará no histórico escolar do estudante ou, quando for o caso, sua dispensa pelo MEC.

O PPCP ainda contempla um perfil profissional desejado, que é a descrição do que o aluno deverá ser capaz de realizar no campo profissional, partindo de uma análise de funções e tarefas que o futuro profissional deverá desempenhar bem como suas competências.

Com o objetivo de melhor apreender o objeto de estudo no universo dessa investigação, apresenta-se a caracterização de fatores relacionados diretamente ao objeto de estudo em pauta como o PPCSS UFTM 2014.

3.2.4. O Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (PPCSS UFTM)

Quanto à proposta pedagógica do curso de Serviço Social da UFTM, esta atende a duas perspectivas básicas em uma concepção educativa, onde a primeira se enquadra na necessidade de uma formação generalista e humanística voltada a uma relação crítico-reflexiva entre sujeito e mundo social no chamado Ciclo Comum de Formação (que se encontrava localizado no primeiro ano do curso), e a segunda perspectiva, no sentido de formar profissionais competentes nos conhecimentos específicos da respectiva área do saber.

Mesmo com a flexibilidade na organização curricular, como um dos princípios desse PPCSS, um dos resultados apontados no TCC da pesquisadora, no período da graduação apontou para a característica de que muitas vezes a escolha pelos discentes das unidades temáticas optativas/eletivas ocorria de forma aleatória. Considerando a ordem de matrícula dos discentes nas mesmas é que garantia a “oportunidade” para o ingresso na unidade temática.

Anteriormente a estrutura do desenho curricular do curso de Serviço Social na UFTM no PPCSS 2010/2 desenvolvia-se por meio de três eixos básicos de sustentação, denominados de Vida em Sociedade e a Complexidade Humana, Múltiplas Linguagens, e Formação e Trabalho Profissional, e a partir desses eixos originam-se unidades temáticas específicas, e as Atividades Acadêmico-Científico Culturais (AACC). No eixo temático Vida em Sociedade e a Complexidade Humana, estão articuladas unidades temáticas com conteúdos relacionados com uma formação geral e humanística, com vistas a possibilitar ao ingresso perceber a complexidade dos fenômenos naturais, sociais e culturais. Prevê neste eixo uma formação integrada nas áreas de Ciências Sociais.

No eixo temático Múltiplas Linguagens, levava em consideração uma formação geral a partir de processos de comunicação diferenciados, que proporcionarão a construção de competências e habilidades para que o aluno tenha melhores condições de assumir sua cidadania. No eixo temático Formação e Trabalho Profissional são apresentadas unidades temáticas que farão parte da construção enquanto assistente social.

O PPCSS UFTM 2010/2 previa em sua configuração o Ciclo Comum de Formação, que tinha caráter de formação generalista, proporcionando ao aluno uma visão ampla das relações entre o homem e o mundo, e a partir do segundo ano, localizado no terceiro semestre, dá ênfase à formação específica da área de Serviço Social. O Ciclo Comum de Formação era uma etapa comum aos Cursos de Licenciatura em Geografia, História, Matemática, Física, Ciências Biológicas e Química e Serviço Social.

Assim, no primeiro ano da formação, no chamado Ciclo Comum de Formação, a partir de um total de 04 créditos ou carga horária de 60h/a, o aluno poderia eleger duas unidades temáticas no primeiro período, sendo uma delas com temática voltada para sua opção de curso. Caso ele optasse por integralizar o curso num período superior a quatro e inferior a seis anos, ele poderia, ainda, cursar a carga horária eletiva, num limite de 02 créditos ou 30h/a semestrais em outro momento do curso dentro desse prazo de integralização.

Além disso, o aluno também poderia escolher por realizar optativas em outras instituições de Educação Superior, o que também atende ao

princípio da mobilidade estudantil. Ainda tratando de flexibilidade, outra opção prevista para o aluno é, ao final do primeiro ou segundo período do Ciclo Comum de Formação, ou seja, o primeiro ano, realizar uma troca da sua opção inicial de curso, o que chamamos de re-opção de curso. (PPPCSS UFTM, 2010/2, p. 49).

A partir do movimento do curso de atualização do Projeto Político Pedagógico, sobretudo em razão da conclusão de curso da primeira turma em 2013, foram realizadas oficinas junto a graduação para tratar das novas propostas a serem incluídas a partir da reformulação do PPPCSS UFTM do ano de 2010.

É importante destacar que a pesquisadora fez parte desse processo de revisão do Projeto Político Pedagógico do curso, contudo, as unidades temáticas e toda a referenciação do TCC fez menção ao PPPCSS 2010, em razão da mesma ainda estar no processo de graduação em etapa de finalização da pesquisa à época.

Portanto, segundo o PPPCSS UFTM 2014 é de periodicidade semestral para trinta vagas, com aulas no período noturno e sua integralização se dá com a duração de 3.690 horas/aula, integralizado em 246 créditos, com 280 créditos ou 3.390 horas/aula presenciais comuns. O Curso de Graduação em Serviço Social orienta-se pelo Currículo Pleno proposto e em seu desenvolvimento observa-se as diretrizes didáticas- científicas que embasam o ensino na UFTM.

No PPPCSS 2014 a estrutura curricular é dividida em três Núcleos, conforme quadro abaixo, contendo a observação de as disciplinas eletivas poderão ser alteradas de acordo com as indicações pedagógicas do curso.

QUADRO 1 - NÚCLEOS DE FUNDAMENTOS DO PPPCSS UFTM 2014

Nome do Núcleo de Fundamentos	Tema das disciplinas
Núcleo de fundamentos teóricos metodológicos da vida social	1. Filosofia 2. Ciência Política 3. Sociologia 4. Leitura e Produção de Texto 5. Psicologia 6. Antropologia 7. Leitura Crítica da Mídia 8. Economia Política 9. Libras 10. Disciplinas Eletivas
Núcleo de fundamentos da formação sócio histórica da sociedade brasileira	1. Formação Sócio Histórica do Brasil 2. Legislação Social Aplicada ao Serviço Social I e II 3. Política Social I, II e III 4. Classes e Movimentos Sociais 5. Movimentos Sociais e Realidade Regional e Local 6. Disciplinas Eletivas
Núcleo de fundamentos do trabalho profissional	1. Introdução ao Serviço Social 2. Questão Social no Brasil 3. Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social I, II, III e IV 4. Metodologia do Trabalho

	Científico 5. Ética e Serviço Social I e II 6. Serviço Social e Processo de Trabalho I e II 7. Pesquisa Social 8. Pesquisa e Produção de Conhecimentos em Serviço Social I e II 9. Planejamento e Gestão de Políticas Sociais I e II 10. Supervisão Acadêmica de Estágio Curricular I, II e III 11. Estágio Supervisionado em Serviço Social I, II e III 12. Processo de Supervisão de Estágio em Serviço Social 13. Disciplinas Eletivas
Trabalho de Conclusão de Curso	1. Trabalho de Conclusão de Curso I 2. Trabalho de Conclusão de Curso II
Seminários Temáticos	1. Seminários Temáticos I 2. Seminários Temáticos II

Fonte: Elaborado por Claudia Caroline Delefrate Pereira. (2019)

Cabe aqui esclarecer sinteticamente quais as propostas desses núcleos:

- Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social, discorre sobre a formação histórica e o desenvolvimento da sociedade em seus aspectos econômicos, sociais, políticos, filosóficos e culturais. O objetivo geral deste núcleo, é que através das disciplinas/unidades temáticas os discentes possam compreender e explicar a realidade nas suas múltiplas determinações, bem como a explicitação teórica analítica das relações sociais no modo de produção capitalista e sua relação com a ação profissional.

- Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio Histórica da Sociedade Brasileira aborda o estudo da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, na sua configuração dependente,

urbano-industrial, nas diversidades regionais e locais. Ainda propõe em conjunto com essa análise o tema da questão agrária e agrícola, como importante discussão para compreensão da particularidade histórica nacional. Esta análise se direciona para a apreensão dos movimentos que permitiram a consolidação de determinados padrões de desenvolvimento capitalista no País, bem como, os impactos econômicos, sociais e políticos peculiares à sociedade brasileira, tais como suas desigualdades sociais, diferenciação de classe, de gênero e étnico-raciais, exclusão social.

- Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional discute a profissionalização do Serviço Social uma especialização do trabalho e sua prática como concretização de um processo do trabalho que tem como objeto as múltiplas expressões da questão social (ABEPSS, 1997).

Na matriz curricular de vigência 2015, que segue como Anexo A desta pesquisa, estão distribuídas todas as disciplinas que compõem cada núcleo de fundamentação. Importante destacar ainda, que segundo o PPCSS UFTM 2014 a escolha pela divisão em núcleos tem o objetivo do direcionamento da discussão temática sem perder a visão de totalidade da matriz curricular proposta.

Para este estudo, é importante destacar que o Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social, é responsável pelo tratamento do ser social enquanto totalidade histórica, objetivando uma compreensão do ser social historicamente situado no processo de constituição e desenvolvimento da sociedade burguesa, apreendida em seus elementos de continuidade e ruptura, frente a momentos anteriores do desenvolvimento histórico.

Destaca-se que o Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio Histórica da Sociedade Brasileira aborda os padrões de produção capitalista em seus vários modelos de gestão e organização do processo de trabalho e todas suas implicações nas condições materiais da força de trabalho as profundas modificações dos padrões produtivos e de acumulação capitalista, criando uma nova concepção do mundo de trabalho.

Considera-se que o Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional permite ao discente para além da compreensão a respeito do fazer profissional, bem como a análise aprofundada dos elementos fundamentais do

processo de trabalho.

O PPCSS UFTM 2014 mantinha intensa preocupação com a dialética do movimento da formação e exercício profissional, inclusive abordada no Capítulo 4, item 4.6.6 as políticas de acompanhamento dos alunos egressos¹⁴.

Sobretudo pelo movimento dialético o qual entende-se a formação e o exercício profissional ultrapassem as ações propostas no âmbito do curso (da formação profissional) e, que não se restringem a ações pontuais de ocorrência esporádicas, mas, na preocupação com a formação de forma ética e política.

Portanto, o currículo de Serviço Social da UFTM está alicerçado nos princípios, de flexibilidade curricular; metodologias de ensino que tenham como foco a aprendizagem; interdisciplinaridade entre as áreas do saber; a necessidade de construção de postura crítico-reflexiva acerca das discussões do mundo contemporâneo; e a relação de indissociabilidade entre teoria e prática.

Estes princípios estão de acordo com o Decreto Nº 6096, de 24/04/07, que instituiu o REUNI que traz a proposta de ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos.

Uma prática pedagógica que considera a interdisciplinaridade, também é princípio fundamental na proposta do PPCSS. Entende-se que o conceito de interdisciplinaridade está de acordo com a visão de conhecimento que se espera no contexto atual, indo além dos limites disciplinares para formas mais integradas de saber. Nesse sentido, compreender o que acontece no mundo e com a humanidade, numa visão interdisciplinar, seria um diálogo de complementaridade entre os diferentes pontos de vista e áreas do conhecimento que podem explicar um mesmo fenômeno.

¹⁴ O PPCSS UFTM 2014, considera as seguintes ações de acompanhamento dos profissionais egressos, como cursos de Capacitação e atualização profissional, conferências, palestras, eventos e oficinas temáticas, participação em grupos de Extensão e Pesquisa, capacitação para supervisores de campo e categoria profissional, articulação com o conjunto CFESS e CRESS, bem como com a ABEPSS, implementação de pesquisa específica de dados indicadores específicos, e implementação de levantamento via CPA Institucional. (PPCSS UFTM 2014, p. 88).

A construção de uma postura crítico-reflexiva, pelo aluno, acerca das discussões atuais do mundo contemporâneo, também é primordial na organização curricular.

Diante deste recorte, reporta-se para o objeto de estudo desta pesquisa, pois, a partir da revisão e discussão do PPPCSS UFTM 2014 entende-se que é essencial compreender como se dá a fala dos egressos a respeito da Categoria Teórica Trabalho e sua compreensão e percepção desta no processo de formação profissional no curso de Serviço Social.

3.3 Etapas da Pesquisa de Campo

A Primeira Etapa deste estudo de campo, considerou o levantamento dos egressos que satisfaziam a condição do objeto geral deste estudo, que revela a importância do estudo da categoria teórica trabalho no processo de formação. Portanto, para a definição dos sujeitos da pesquisa, os egressos deveriam estar inseridos no exercício profissional como Assistente Social.

3.3.1 Primeira Etapa

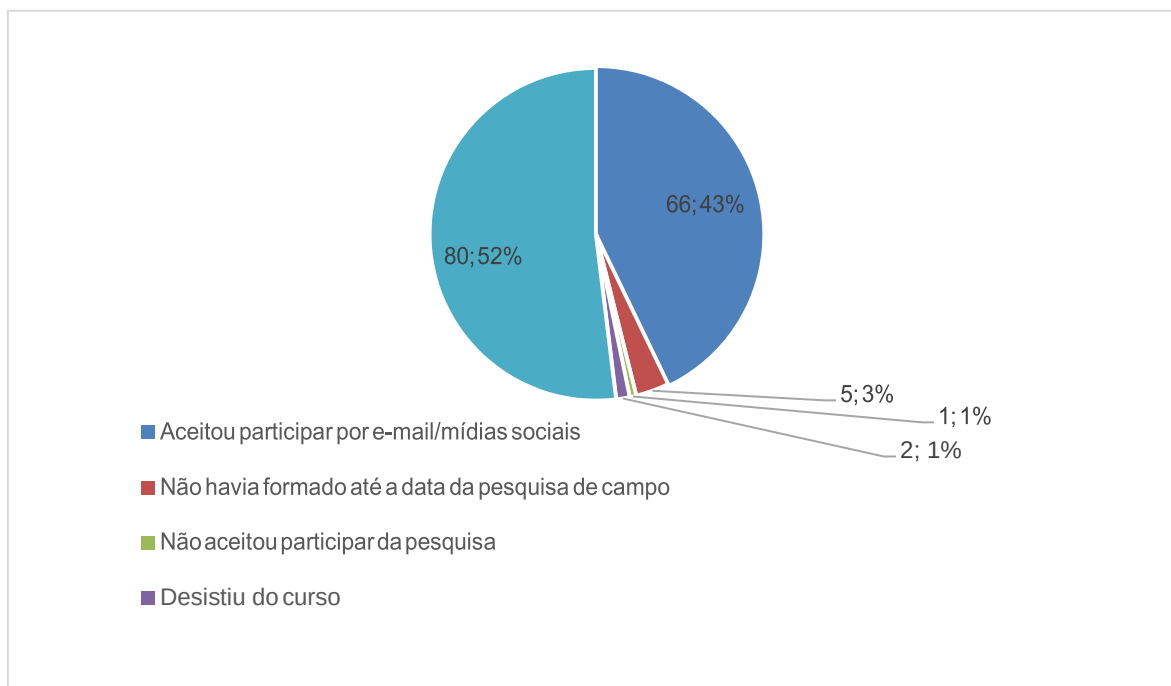
Conforme apresentado no percurso metodológico, a pesquisa de campo fundamentou-se no recorte empírico delimitado no universo de estudo, por meio do levantamento da amostra de estudo, para apresentação, caracterização e quantificação dos sujeitos, objetivando a análise e interpretação dos dados recolhidos.

Pelo método bola de neve¹⁵ (busca de contatos através de outros egressos), a pesquisadora realizou contatos com os egressos por meio de mídias sociais e e-mails e, por meio deste contato inicial fez a apresentação, identificação do estudo, identificação do Programa a qual está vinculada, o objeto de estudo e os objetivos desta pesquisa. Retrata-se no gráfico abaixo

¹⁵ O tipo de amostragem nomeado como bola de neve é uma forma de amostra não probabilística, que utiliza cadeias de referência. Ou seja, a partir desse tipo específico de amostragem não é possível determinar a probabilidade de seleção de cada participante na pesquisa, mas torna-se útil para estudar determinados grupos difíceis de serem acessados. Ver mais em: VINUTO, J.A. **Amostragem em bola de neve a pesquisa qualitativa**: Um debate em aberto. Temáticas, v.22, p. 203-220, 2014

a abrangência do alcance em números de egresso localizados, o número de egressos que aceitaram/ demonstraram interesse em participar da pesquisa, e também os egressos que solicitaram não participar da pesquisa.

GRÁFICO 1 - CONTATO COM EGRESSOS: UNIVERSO DA PESQUISA



Fonte: Elaborado por Claudia Caroline Delefrate Pereira. (2019).

Conforme pode-se observar apenas um egresso não aceitou participar da pesquisa.

3.3.2 Segunda Etapa

O critério para a seleção da amostra teve como base a seleção dos sujeitos inseridos no mercado de Trabalho como Assistente Social. Justifica-se no objetivo deste estudo a apreensão da categoria trabalho no âmbito do exercício profissional em Serviço Social, entendendo que é nesse âmbito que se apresentam elementos determinantes para a compreensão do processo de reconhecimento e apropriação da categoria Trabalho.

Revedo o pressuposto inicial deste estudo, onde é considerado que há compreensão da relevância e centralidade da categoria teórica trabalho no processo de formação, entende-se que a formação profissional é determinante

para a compreensão do processo de trabalho.

Portanto, nesta etapa a pesquisadora solicitou aos egressos a informação a respeito da inserção no mercado de Trabalho com o nome do cargo e atribuição deste.

A escolha do estudo ser realizado com os egressos que estivesse no exercício profissional deu-se em razão da compreensão de que a categoria trabalho percorre todo o processo de formação profissional e também no exercício profissional quando o mesmo se encontra inserido no processo de trabalho.

O entendimento sobre a categoria trabalho é determinante e constitui-se como elemento importante e influente no processo de formação e no processo de trabalho. Entende-se que a apreensão das dimensões teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo desenvolvidos durante a graduação, é de fundamental importância para a apreensão e identificação dos elementos que compõem o processo de trabalho.

Considerou-se ainda que a área de atuação profissional é um momento rico de objetivações e entendido aqui como constituição determinante para a compreensão do objeto de estudo.

A partir desse direcionamento o estudo contou com trinta e quatro (34) egressos selecionados como Sujeitos da pesquisa e procedeu-se a Terceira Etapa da pesquisa.

3.3.2.1 Mapeamento dos sujeitos do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) Turma I à Turma IX

Com base no objetivo geral desta pesquisa que consiste em “Compreender a categoria teórica trabalho no processo de formação dos egressos do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) a partir do exercício profissional dos mesmos”, a busca pelos egressos que estão no exercício profissional por turma a partir da resposta prévia das perguntas no Apêndice A.

O desenvolvimento deste trabalho pautou-se nos princípios e valores fixados no Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1993.

Sendo tomadas todas as providências para garantir a

confidencialidade por meio de identificação dos sujeitos por números, não sendo revelado o nome dos sujeitos, tendo em vista, garantir o anonimato dos sujeitos da pesquisa. Dessa forma, foram identificados por meio de Números de 01 a 34.

Impedindo assim quaisquer riscos de exposição dos sujeitos. Quanto à descrição dos desconfortos e riscos serão observados os referenciais básicos da bioética, atendendo a Resolução do 196/96 do Ministério da Saúde e Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (MS/CNS/CONEP) que regulamenta pesquisas envolvendo seres humanos. A Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012, que visa a assegurar os direitos e deveres dos participantes de pesquisas científicas, bem como à comunidade científica e ao Estado, as orientações da Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, e a Resolução nº 580, de 22 de março de 2018¹⁶, que tratam especificamente das pesquisas no âmbito das Ciências sociais.

E respeitando o anonimato dos sujeitos da pesquisa, o trabalho final será democratizado por meio de publicação e divulgação para os profissionais e pesquisadores e, demais que demonstrem interesse pelo debate crítico sobre a temática formação profissional e categoria Trabalho. Aos sujeitos da pesquisa e, ao Departamento de Serviço Social da UFTM será disponibilizada cópia digitalizada da dissertação.

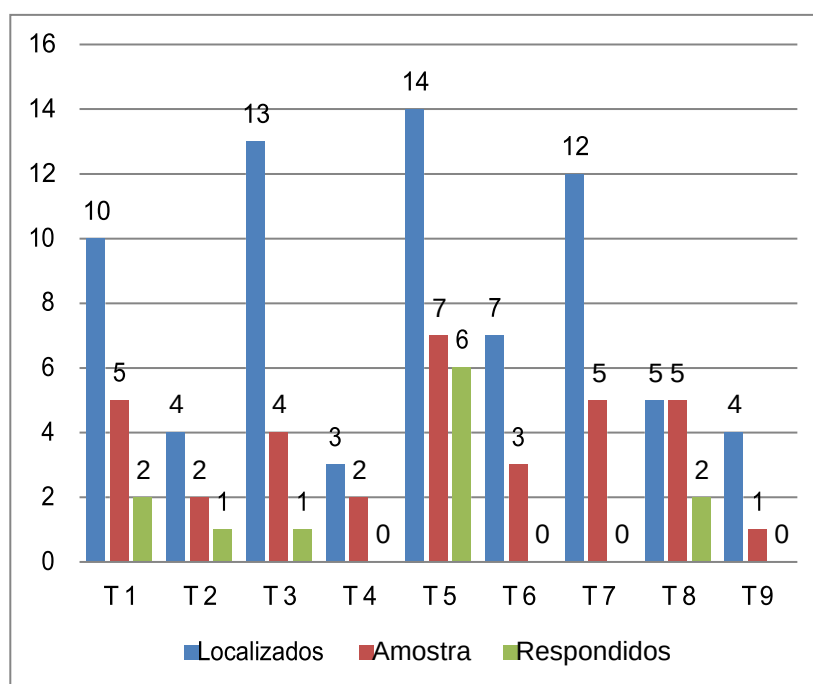
Com base nas consultas realizadas por meio das Mídias Sociais e contatos por e-mails, realizadas entre os meses de julho de 2018 a outubro de 2018 a pesquisadora entrou em contato com cento e oitenta e nove (189) egressos. A amostragem da pesquisa constitui-se na seleção de trinta e quatro (34) sujeitos.

Nos meses de novembro de 2018 a fevereiro de 2019, após a aprovação do CEP e já ciente da amostragem da pesquisa, que se caracterizou por ser não probabilística intencional, uma vez que a pesquisadora definiu intencionalmente pelo critério exclusivo da inserção no mercado de trabalho como Assistente Social, a pesquisadora deu início a

¹⁶ Resolução atualizada que regulamenta o disposto no item XIII.4 da Resolução CNS nº 466, de 12 de dezembro de 2012, que estabelece que as especificidades éticas das pesquisas de interesse estratégico para o Sistema Único de Saúde (SUS) serão contempladas em Resolução específica, e dá outras providências.

aplicação do roteiro de perguntas.

GRÁFICO 2 - NÚMERO DE EGRESSOS LOCALIZADOS, SUJEITOS E DEVOLUTIVAS POR TURMA

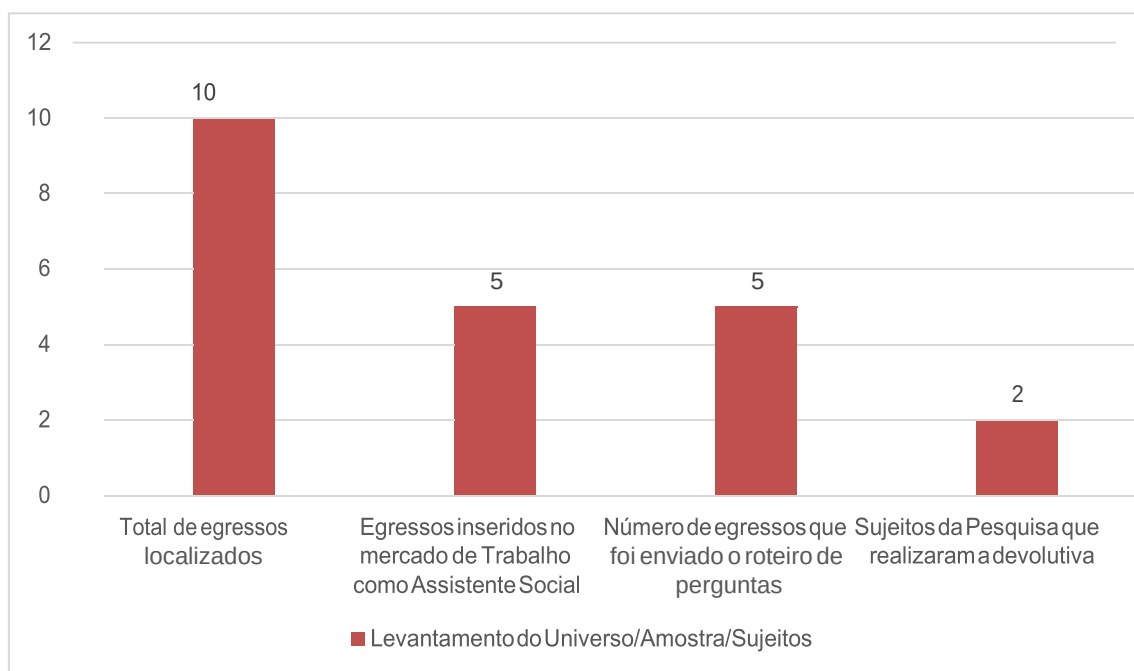


Fonte: Elaborado por Claudia Caroline Delefrate Pereira (2019).

As informações apresentadas nessa etapa da sistematização da pesquisa de campo são frutos dos dados apreendidos no roteiro de perguntas que também serviu de roteiro de entrevista utilizado pela pesquisadora que, intencionalmente foi desenvolvido para obter informações, as quais permitissem identificar e caracterizar a categoria trabalho no processo de formação e trabalho profissional.

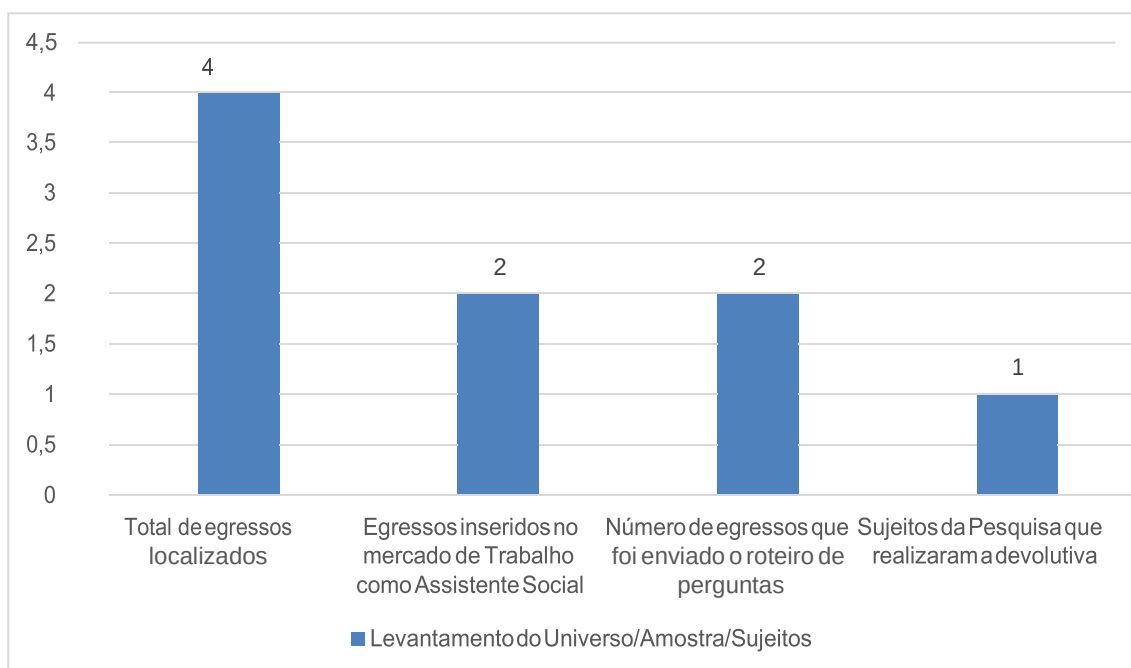
Segue na próxima página os gráficos de identificação da amostragem.

Na Turma I, do total de dez (10) egressos localizados, todos manifestaram interesse em responder as etapas desta pesquisa, cinco (05) estavam inseridos no mercado de trabalho como Assistente Social. Foi enviado o roteiro de perguntas para todos os sujeitos. Tendo recebido a devolutiva dos Sujeitos Nº 01 e Nº 02. Assim da Turma I apenas as respostas desses dois sujeitos foram tabuladas.

GRÁFICO 3- DADOS DA TURMA I

Fonte: Elaborado por Claudia Caroline Delefrate Pereira (2019).

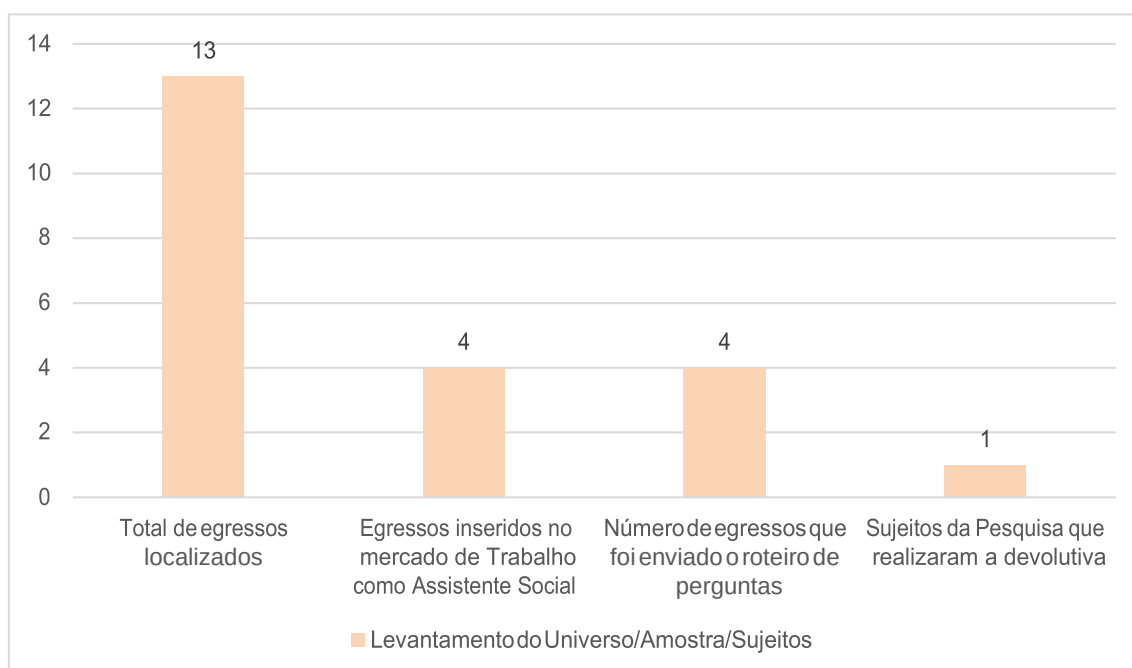
Na Turma II, dos quatro (04) egressos localizados, todos manifestaram interesse em responder as etapas desta pesquisa, dois egressos (02) estavam inseridos no mercado de trabalho como Assistente Social. Portanto, foi enviado o roteiro de perguntas, para os sujeitos Nº 06 e 07. Tendo recebido a devolutiva de apenas do Sujeito Nº 07, assim da Turma II apenas as respostas desse sujeito foram tabuladas.

GRÁFICO 4- DADOS DA TURMA II

Fonte: Elaborado por Claudia Caroline Delefrate Pereira (2019).

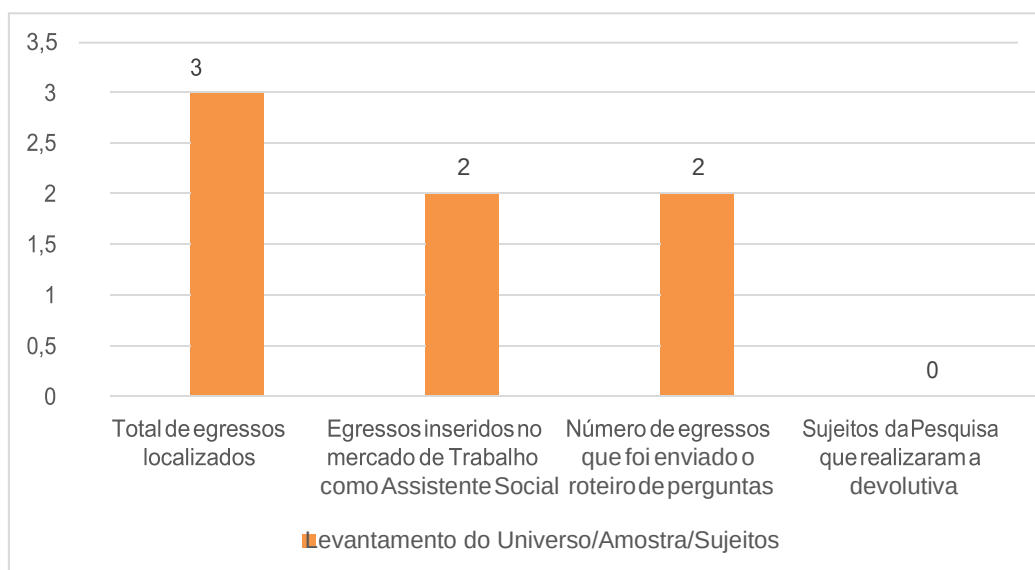
Na Turma III, dos treze (13) egressos localizados, todos manifestaram interesse em responder as etapas desta pesquisa, quatro (04) egressos estavam inseridos no mercado de trabalho como Assistente Social. Portanto, foi enviado o roteiro de perguntas, para os Sujeitos Nº 08, 09, 10 e 11.

Contudo, os Sujeitos Nº 08, 09 e 10 não retornaram o roteiro de perguntas, portanto, para fins de análise da Turma III, apenas as respostas do Sujeito Nº 11 foram tabuladas.

GRÁFICO 5 - DADOS DA TURMA III

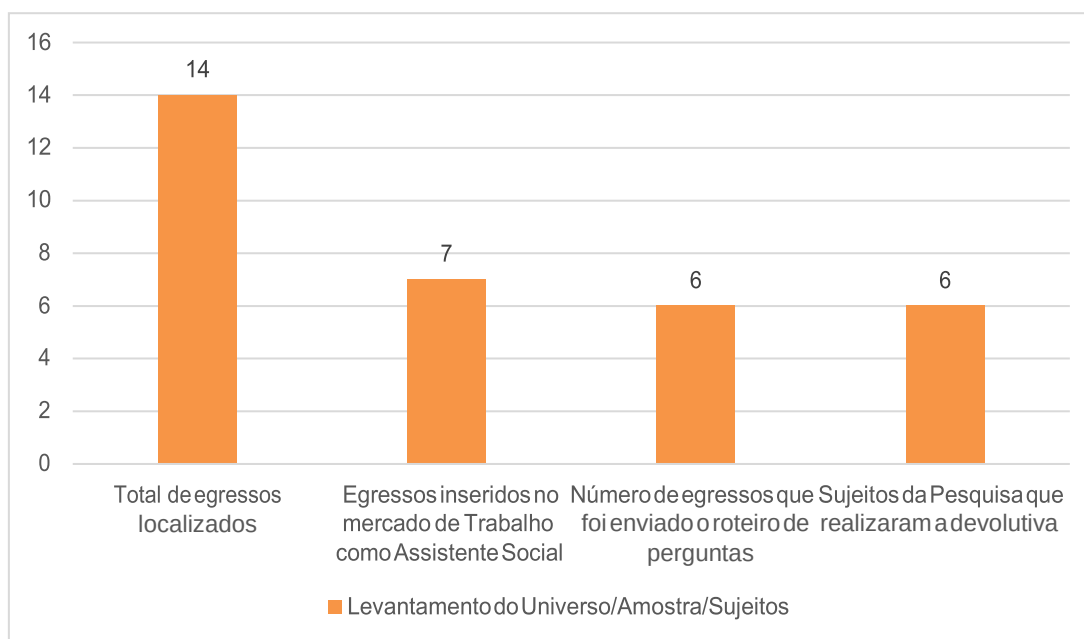
Fonte: Elaborado por Claudia Caroline Delefrate Pereira (2019).

Na Turma IV, dos três (03) egressos localizados, todos manifestaram interesse em responder as etapas desta pesquisa, contudo, apenas dois (02) egressos estavam inseridos no mercado de trabalho como Assistente Social. Assim, foi enviado o roteiro de perguntas, para os Sujeitos Nº 12 e 13. No entanto, nenhum dos dois sujeitos retornou o roteiro de perguntas respondido. Nesse sentido, a Turma IV não teve representação nessa pesquisa.

GRÁFICO 6 - DADOS DA TURMA IV

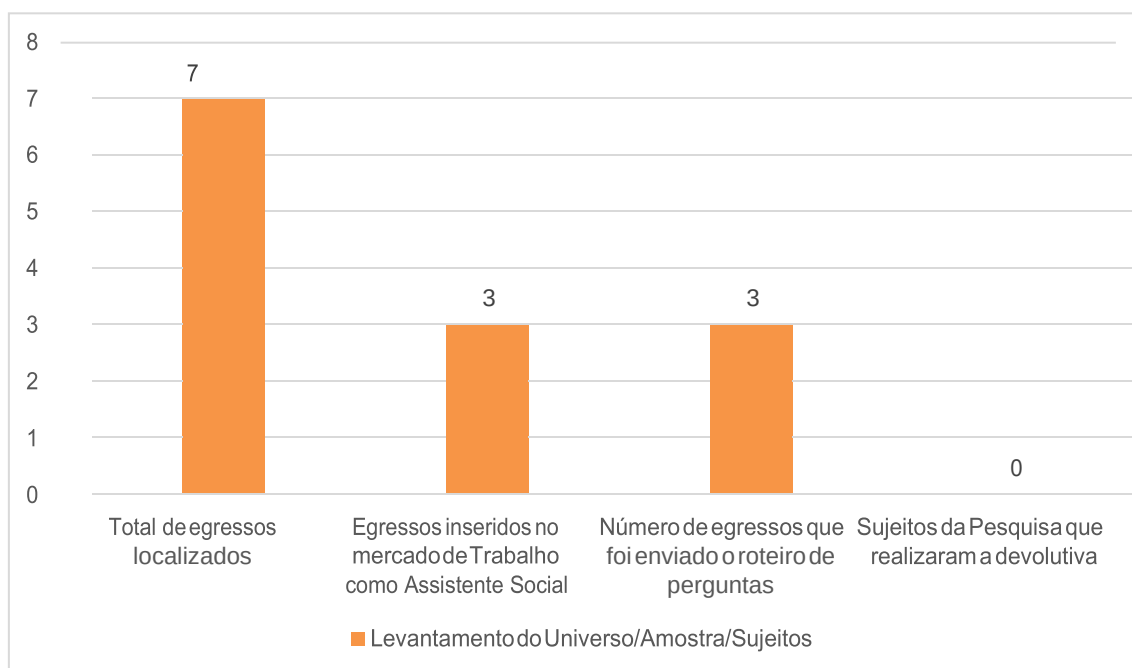
Fonte: Elaborado por Claudia Caroline Delefrate Pereira (2019).

Na Turma V, dos quatorze (14) egressos localizados, todos manifestaram interesse em responder as etapas desta pesquisa, sete (07) egressos estavam inseridos no mercado de trabalho como Assistente Social. Contudo, a pesquisadora é egressa desta turma e não aplicou o roteiro de perguntas consigo mesma, portanto, justifica-se diante do gráfico abaixo, o total de sete (07) egressos inseridos no mercado de trabalho e o envio de apenas seis (06) roteiro de perguntas, aos Sujeitos Nº 14, 15, 16, 17, 18 e 19. Ressalta-se que todos os egressos retornaram à aplicação do roteiro de perguntas, sendo a turma que obteve um percentual de 100% de retorno da pesquisa. Entende-se que contribui para este dado a intensa interação da pesquisadora com sua turma de origem e a qualidade de contato mantido com os mesmos.

GRÁFICO 7- DADOS DA TURMA V

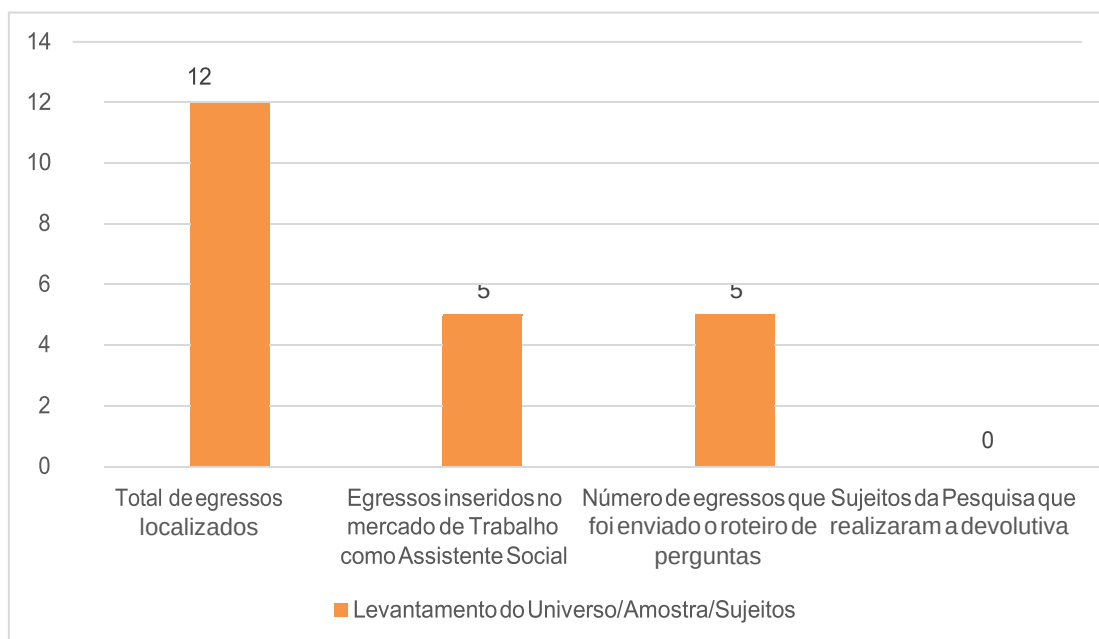
Fonte: Elaborado por Claudia Caroline Delefrate Pereira. (2019)

Na Turma VI, dos sete (07) egressos localizados, todos manifestaram interesse em responder as etapas desta pesquisa, contudo, apenas (03) egressos estavam inseridos no mercado de trabalho como Assistente Social. Portanto, foi enviado o roteiro de perguntas, para os Sujeitos Nº 21, 22 e 23. No entanto, nenhum dos sujeitos retornou o roteiro de perguntas respondido. Nesse sentido, a Turma VI não teve representação nessa pesquisa.

GRÁFICO 8- DADOS DA TURMA VI

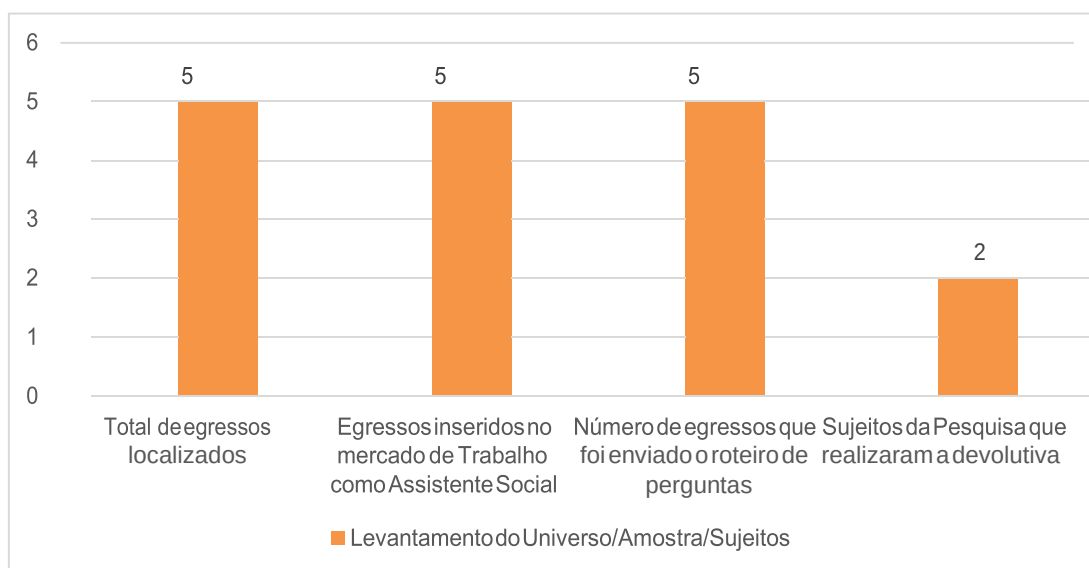
Fonte: Elaborado por Claudia Caroline Delefrate Pereira (2019).

Na Turma VII, dos doze (12) egressos localizados, todos manifestaram interesse em responder as etapas desta pesquisa, sendo que cinco (05) egressos estavam inseridos no mercado de trabalho como Assistente Social. Portanto, foi enviado o roteiro de perguntas, para os Sujeitos Nº 24, 25, 26, 27 e 28. No entanto, nenhum dos cinco sujeitos retornou o roteiro de perguntas respondido. Nesse sentido, a Turma VII não teve representação nessa pesquisa.

GRÁFICO 9 -DADOS DA TURMA VII

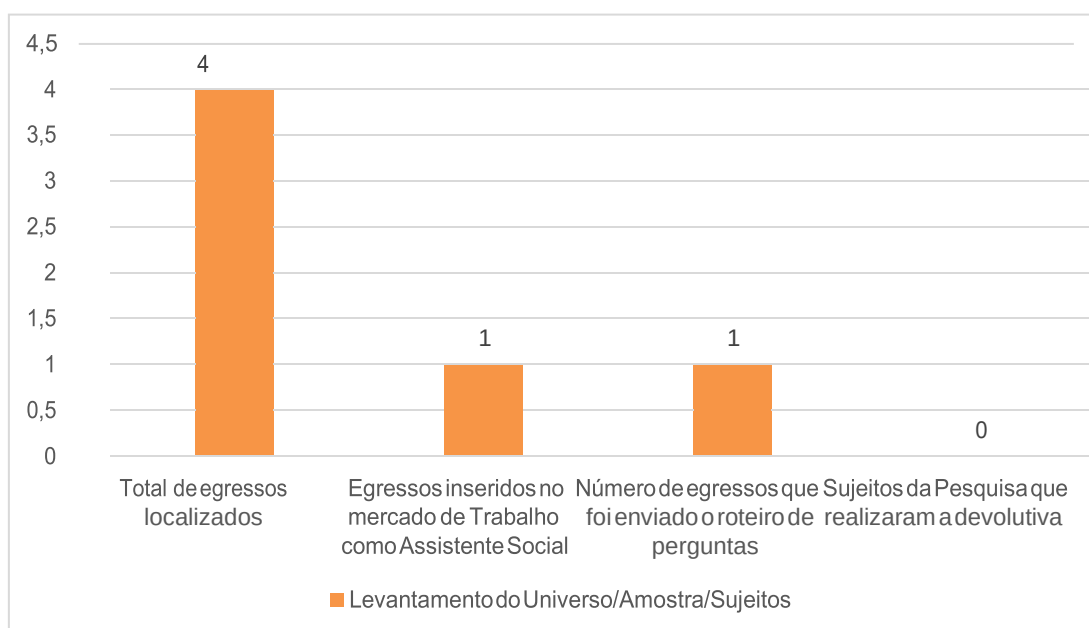
Fonte: Elaborado por Claudia Caroline Delefrate Pereira (2019).

Na Turma VIII, dos cinco (05) egressos localizados, todos manifestaram interesse em responder as etapas desta pesquisa, cinco (05) egressos estavam inseridos no mercado de trabalho como Assistente Social. Portanto, foi enviado o roteiro de perguntas para todos os sujeitos. Houve retorno de dois sujeitos, portanto, foi tabulada as respostas dos Sujeitos Nº 30, 33.

GRÁFICO 10 - DADOS DA TURMA VIII

Fonte: Elaborado por Claudia Caroline Delefrate Pereira (2019).

Na Turma IX, dos quatro (04) egressos localizados, todos manifestaram interesse em responder o roteiro de perguntas, mas apenas um (01) egresso estava inserido no mercado de trabalho como Assistente Social. Assim, foi enviado o roteiro de perguntas para o Sujeito Nº 34, no entanto, o mesmo não retornou o roteiro de perguntas respondido. Nesse sentido, a Turma IX não teve representação nessa pesquisa.

GRÁFICO 11 - DADOS DA TURMA IX

Fonte: Elaborado por Claudia Caroline Delefrate Pereira (2019).

3.3.3 Terceira Etapa

Após a aprovação da pesquisa no Comitê de Ética e Pesquisa da UNESP, a pesquisadora procedeu a aplicação do roteiro de perguntas, contendo as perguntas preliminares que haviam sido consideradas no decorrer das orientações e no processo de construção do roteiro de perguntas com vistas a atender aos objetivos da pesquisa.

Ressalta-se a importância para o prosseguimento desta etapa a disponibilidade da pesquisadora de realizar a entrevista com os sujeitos Nº 01, 14, 15, 16, 17, 18 e 31. A entrevista caracterizou-se por um momento rico de discussões a respeito do reconhecimento pelo sujeito da importância do objeto de estudo, tendo o mesmo recordado dos processos de discussões políticas da importância do curso de Serviço Social para a expansão da FMTM em UFTM.

Do total de trinta e quatro (34) sujeitos que foi enviado o roteiro de perguntas, doze (12) deram a devolutiva no roteiro de perguntas.

O primeiro dado a ser considerado neste estudo refere-se a pergunta Nº 01, que foi apresentada da seguinte forma: “Qual o nome do cargo que você se encontra?”. Para melhor visualização e compreensão das informações referentes à identificação e caracterização dos Sujeitos, optou-se por apresentar no quadro abaixo as informações referentes a Turma, nome do cargo.

QUADRO 2 IDENTIFICAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA

Número do Sujeito	Número da Turma	Nome do cargo que ocupa
01	01	Analista Social (Setor Jurídico)
02	01	Orientadora Educacional
03	01	Técnica de Referência (CRAS)
04	01	Assistente Social- Benefícios Eventuais
05	01	Assistente Social
06	02	Assistente Social (Terceiro Setor)
07	02	Analista de Educação Básica
08	03	Analista social jurídico/ Assistente Social
09	03	Docente em Instituição Particular
10	03	Técnica de Referência (CREAS)
11	03	Assistente Social
12	04	Residência Inclusiva
13	04	Residência Multiprofissional
14	05	Assistente Social (Medidas Socioeducativas)
15	05	Técnica de Referência (CRAS)
16	05	Assistente Social (Medidas Socioeducativas)
17	05	Técnica de Referência (CREAS)
18	05	Técnica de Referência (CREAS)
19	05	Técnica de Referência (Instituição de Acolhimento para Crianças e Adolescentes)
20	05	Coordenadora do CRAS
21	06	Técnica de Referência (CRAS)
22	06	Coordenadora do CRAS

23	06	Residência Multiprofissional
24	07	Analista do Seguro Social
25	07	Assistente Social na área da Saúde
26	07	Assistente Social
27	07	Residência Multiprofissional
28	07	Assistente Social (Terceiro Setor)
29	08	Assistente Social na área da Saúde
30	08	Técnica de Referência (CREAS)
31	08	Assistente Social
32	08	Assistente Social
33	08	Técnico de Referência (CRAS)
34	09	Assistente Social

Fonte: Elaborado por Claudia Caroline Delefrate Pereira (2019).

A pergunta de Nº 02 “Quais as atribuições que você exerce?”. Para melhor visualização e compreensão das informações referentes à identificação e caracterização dos Sujeitos, optou-se por apresentar no quadro abaixo as informações referentes a Turma, nome do cargo e atribuições resumidas pela pesquisadora a partir da fala dos egressos.

QUADRO 3 - IDENTIFICAÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DOS SUJEITOS

Número do Sujeito	Número da Turma	Nome do cargo que ocupa	Atribuições
01	01	Analista Social (Setor Jurídico)	Técnico componente de equipe interprofissional em exercício na área da defesa de direitos da criança e adolescente.
02	01	Orientadora Educacional	Acompanhamento dos alunos de graduação EAD do curso de Serviço Social
03	01	Técnica de Referência (CRAS)	Trabalho Social com Famílias na Proteção Social Básica
04	01	Assistente Social- Benefícios Eventuais	Orientação e supervisão das ações do departamento de gestão de benefícios e transferência de renda.
05	01	Assistente Social	Não finalizou as etapas da pesquisa, não sendo possível, portanto, identificá-lo.
06	02	Assistente Social (Terceiro Setor)	Atribuições inerente ao serviço social e Rotinas Administrativas
07	02	Analista de Educação Básica	Compõe a equipe multidisciplinar do Centro de Orientação e Pesquisa em Educação Especial.
08	03	Analista social jurídico/ Assistente Social	Compõe a equipe multidisciplinar no atendimento a usuários em cumprimento de pena/ medida alternativa determinadas pelo sistema judiciário.
09	03	Docente em Instituição Particular	Não finalizou as etapas da pesquisa, não sendo possível, portanto, identificá-lo.
10	03	Técnica de Referência (CREAS)	Assistente social na proteção social especial.
11	03	Assistente Social	Atua em Programa de Atendimento a Egressos do Sistema Prisional, acolhendo, atendendo, acompanhando e encaminhando os egressos.
12	04	Residência Inclusiva	Não finalizou as etapas da pesquisa, não sendo possível, portanto, identificá-lo.

13	04	Residência Multiprofissional	Não finalizou as etapas da pesquisa, não sendo possível, portanto, identificá-lo.
14	05	Assistente Social (Medidas Socioeducativas)	Atua no âmbito da Assistência Social em um Centro de Medidas Socioeducativas.
15	05	Técnica de Referência (CRAS)	Trabalho social com famílias no âmbito da proteção social básica.
16	05	Assistente Social (Medidas Socioeducativas)	Atua no âmbito da Assistência Social em um Centro de Medidas Socioeducativas.
17	05	Técnica de Referência (CREAS)	Trabalho social com famílias em situação de vulnerabilidade no âmbito da proteção social especial.
18	05	Técnica de Referência (CREAS)	Trabalho social com famílias em situação de vulnerabilidade no âmbito da proteção social especial.
19	05	Técnica de Referência (Instituição de Acolhimento para Crianças e Adolescentes)	Trabalho social com crianças e adolescente em situação de acolhimento institucional no âmbito da proteção social especial de alta complexidade.
20	05	Coordenadora do CRAS	Coordenar a PNAS no âmbito do CRAS.
21	06	Técnica de Referência (CRAS)	Trabalho social com famílias no âmbito da proteção social básica.
22	06	Coordenadora do CRAS	Coordenar a PNAS no âmbito do CRAS.
23	06	Residência Multiprofissional	Não finalizou as etapas da pesquisa, não sendo possível, portanto, identificá-lo.
24	07	Analista do Seguro Social	Não finalizou as etapas da pesquisa, não sendo possível, portanto, identificá-lo.
25	07	Assistente Social na área da Saúde	Não finalizou as etapas da pesquisa, não sendo possível, portanto, identificá-lo.

26	07	Assistente Social	Não finalizou as etapas da pesquisa, não sendo possível, portanto, identificá-lo.
27	07	Residência	Não finalizou as etapas da pesquisa, não sendo possível,

		Multiprofissional	portanto, identificá-lo.
28	07	Assistente Social (Terceiro Setor)	Não finalizou as etapas da pesquisa, não sendo possível, portanto, identificá-lo.
29	08	Assistente Social na área da Saúde	Não finalizou as etapas da pesquisa, não sendo possível, portanto, identificá-lo.
30	08	Técnica de Referência (CREAS)	Trabalho social com famílias em situação de vulnerabilidade no âmbito da proteção social especial.
31	08	Assistente Social	Não finalizou as etapas da pesquisa, não sendo possível, portanto, identificá-lo.
32	08	Assistente Social	Setor Jurídico.
33	08	Técnico de Referência (CRAS)	Trabalho social com famílias.
34	09	Assistente Social	Trabalho social com idosos em situação de acolhimento institucional (Instituição de Longa Permanência para Idosos) no âmbito da proteção social especial de alta complexidade.

Fonte: Elaborado por Claudia Caroline Delefrate Pereira (2019).

Destaca-se aqui a publicação do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) em 2002, intitulada de “Atribuição privativa do/a assistente social em questão”, com importantes contribuições da autora Marilda Iamamoto e fruto de discussões e grupo de estudos, seminários e encontros do conjunto CFESS/CRESS, com o objetivo de posicionar-se claramente a respeito das atribuições do Assistente Social.

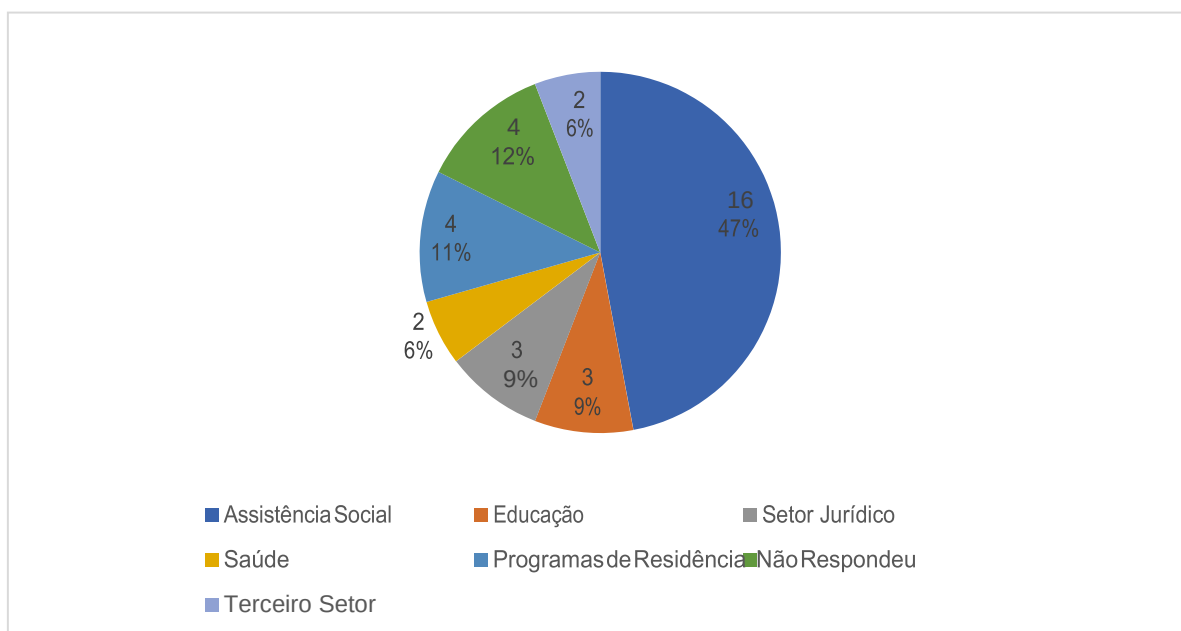
Considera-se para fins de uma breve análise das atribuições dos sujeitos dessa pesquisa, o material fruto do Seminário Nacional O Trabalho dos Assistentes Sociais no SUAS, realizado em 2009, “Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de Assistência Social”, que afirma que:

a intervenção profissional na política de Assistência Social não pode ter como horizonte somente a execução das atividades arroladas nos documentos institucionais, sob o risco de limitar suas atividades à “gestão da pobreza” sob a ótica da individualização das situações sociais e de abordar a questão social a partir de um viés moralizante. (CFESS, 2009, p.5)

Esse documento trouxe também a sistematização das discussões já realizadas pela categoria profissional e propôs aprofundamentos, sobretudo, na distinção clara entre Serviço Social e Assistência Social, sem desconsiderar o percurso histórico da profissão na área da Assistência Social.

No gráfico abaixo está exposto a identificação dos espaços ocupacionais e as atribuições relatadas pelos Sujeitos. Para tanto é importante considerar que não é pretensão deste item esgotar as discussões à respeito das atribuições privativas do Serviço Social nos diferentes espaços socio ocupacionais.

GRÁFICO 12 – ÁREA DE ATUAÇÃO DOS SUJEITOS



Fonte: Elaborado por Claudia Caroline Delefrate Pereira (2019).

Os Sujeitos Nº 01, Nº 08 e Nº 32 estão inseridos no Setor Jurídico e, após informado suas atribuições, em síntese realizam análises especializadas as situações vinculadas à defesa de direitos da criança e do adolescente, tendo como parâmetro as legislações e normativas relacionadas ao tema, além de efetuar visitas de inspeção aos órgãos e serviços do Sistema de Garantia de Direitos, com a devida emissão de Pareceres Técnicos que subsidiam ações

dos Promotores de Justiça.

Cabe ressaltar que esse espaço de atuação é recente, sobretudo, pois, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais teve suas primeiras comarcas criadas no Estado em 1714, porém, somente a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, é que o assistente social e o psicólogo passaram a integrar, como efetivos, o quadro de servidores da instituição.

Já com relação aos sujeitos (Nº 02, Nº 07 e Nº 09) que na primeira etapa responderam estarem inseridos na área da Educação, apenas o Sujeito Nº 09 não deu continuidade as etapas da pesquisa e, não foi possível identificar e analisar suas atribuições.

Foi possível perceber que na fala do Sujeito Nº 02 o mesmo se encontra realizando acompanhamento e “tirando dúvidas” como suporte para os alunos de Ensino à Distância (EAD) no curso de Serviço Social, não atuando diretamente como docente e, nem exercendo acompanhamento na área de ensino, pesquisa e extensão.

Já o Sujeito Nº 09 atua na Rede de Ensino Público, com ênfase na composição da equipe multidisciplinar de atendimento e orientação para educação especial.

Os Sujeitos Nº 06 e Nº 28 identificaram estarem inseridos no exercício profissional como Assistente Social, no Terceiro Setor, apenas o Sujeito Nº 06 respondeu sobre suas atribuições. Foi possível identificar brevemente que este sujeito realiza acompanhamentos as rotinas administrativas de concessão de benefícios complementares as folhas de pagamento e está inserido na equipe de Recursos Humanos.

Quanto aos Sujeitos Nº 12, Nº 13, Nº 23 e Nº 27 que aceitaram participar da pesquisa e que responderam na primeira etapa estarem inseridos em Programas de Residência Multiprofissional e Residência Inclusiva, não deram continuidade as etapas da pesquisa e, não foi possível identificar e analisar suas atribuições.

Os Sujeitos Nº 25 e Nº 29, responderam a primeira etapa da pesquisa e afirmaram estarem inseridos na área da Saúde, contudo, não informaram as atribuições. Assim não foi possível a análise das atribuições desses sujeitos.

Conforme o Gráfico 13 é evidente que dezesseis (16) sujeitos exercem suas atribuições junto a Política Pública da Assistência Social, pois,

historicamente a área é um dos primeiros espaços socio ocupacionais de atuação do Assistente Social.

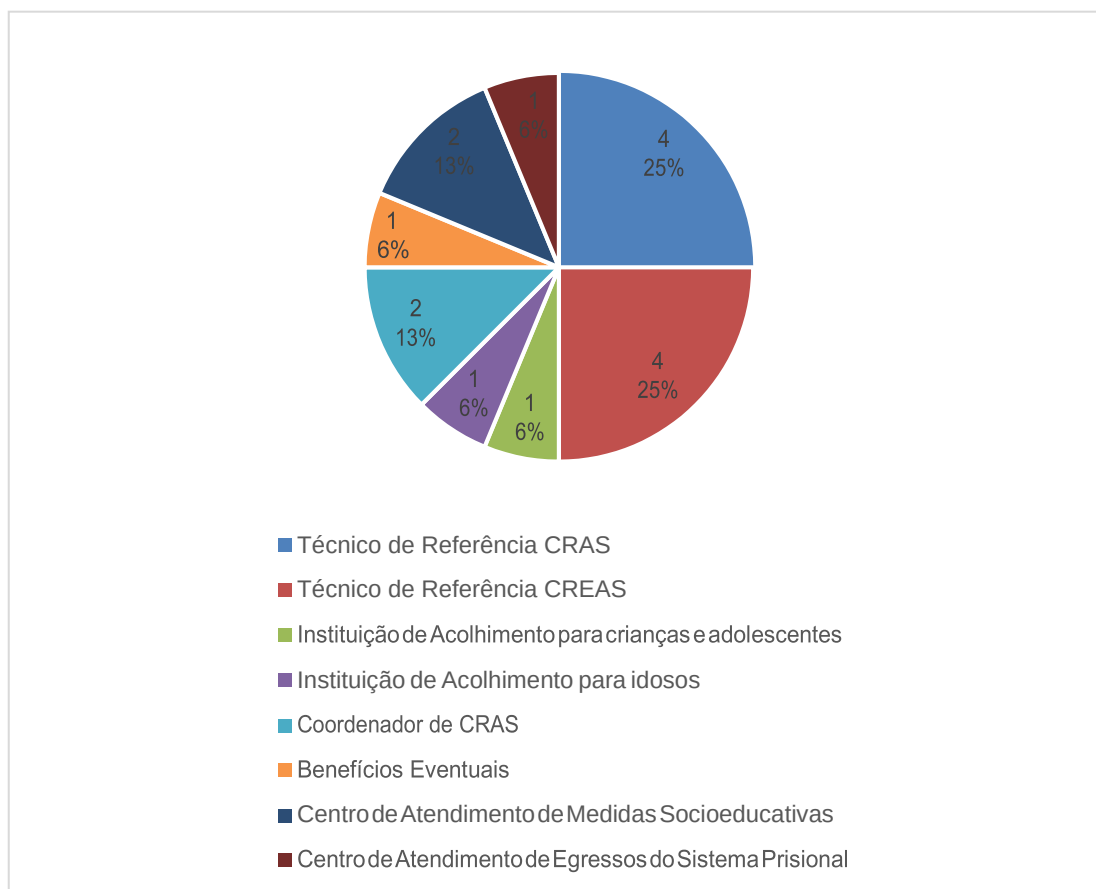
Segundo o gráfico acima foi possível identificar os Sujeitos Nº 03, Nº 04, Nº 10, Nº 11, Nº 14, Nº 15, Nº 16, Nº 17, Nº 18, Nº 19, Nº 20, Nº 21, Nº 22, Nº 30, Nº 33 e Nº 34 estão inseridos na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), sendo assim, identifica-se no gráfico abaixo as áreas de atuação específicas definidas pela divisão das Proteções Social Básica e Especial¹⁷ conforme preconiza o Sistema Único de Assistência Social (SUAS)¹⁸.

É importante considerar essa divisão entre proteções com o objetivo de definir e assegurar condições de trabalho especializadas para lidar com as demandas das famílias e dos usuários.

¹⁷ A Proteção Social Especial é definida pelo conjunto de serviços, programas e projetos que têm por objetivo a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direitos, o fortalecimento das potencialidades e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos. Apresenta dois níveis de proteção: Média Complexidade: Oferta serviços, programas e projetos de caráter especializado, que requerem maior estruturação técnica e operativa, destinados ao atendimento às famílias e aos indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos. Alta Complexidade: Oferta atendimento às famílias e indivíduos que se encontram em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos, necessitando de acolhimento provisório, fora de seu núcleo familiar de origem.

¹⁸ O SUAS é um sistema que organiza a gestão e o financiamento da Assistência Social com base na divisão por territórios, constituindo-se na regulação e organização em todo território nacional das ações socioassistenciais, serviços, programas, projetos e benefícios; estabelece padrões dos serviços, qualidade no atendimento, indicadores de avaliação e resultados, padronização da nomenclatura dos serviços e da rede socioassistencial.

GRÁFICO 13 - DIVISÃO POR ÁREA DA ATUAÇÃO NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



Fonte: Elaborado por Claudia Caroline Delefrate Pereira (2019).

Apenas o Sujeito Nº 04 atua no Departamento de Benefícios Eventuais¹⁹ que são benefícios previstos pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e oferecidos pelos municípios e Distrito Federal aos usuários que não têm condições de arcar por conta própria com o enfrentamento de situações adversas ou que fragilize a manutenção do cidadão e sua família. (BRASIL, 2005, p. 04).

¹⁹ O benefício deve ser oferecido nas seguintes situações:- **Nascimento:** para atender as necessidades do bebê que vai nascer; apoiar a mãe nos casos em que o bebê nasce morto ou morre logo após o nascimento; e apoiar a família em caso de morte da mãe. **Morte:** para atender as necessidades urgentes da família após a morte de um de seus provedores ou membros; atender as despesas de urna funerária, velório e sepultamento, desde que não haja no município outro benefício que garanta o atendimento a estas despesas. **Vulnerabilidade Temporária:** para o enfrentamento de situações de riscos, perdas e danos à integridade da pessoa e/ou de sua família e outras situações sociais que comprometam a sobrevivência. - **Calamidade Pública:** para garantir os meios necessários à sobrevivência da família e do indivíduo, com o objetivo de assegurar a dignidade e a reconstrução da autonomia das pessoas e famílias atingidas.

De acordo com a identificação dos sujeitos, exposta através do Quadro 03 acima, infere-se que os Sujeitos Nº 03, Nº 15, Nº 20, Nº 21, Nº 22 e Nº 33, atuam no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) que é considerado a porta de entrada da Assistência Social, onde são oferecidos os serviços de Assistência Social, com o objetivo de fortalecer a convivência com a família e com a comunidade.

O trabalho social com famílias no âmbito do CRAS, é realizado por meio da oferta do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)²⁰ e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)²¹.

Já os Sujeitos Nº 10, Nº 17, e Nº 30 atuam no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) que uma unidade pública da política de Assistência Social onde são atendidas famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados.

Esse Centro de atendimento as famílias atuam por meio da oferta do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)²², podendo ofertar outros serviços, como Abordagem Social e Serviço para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas famílias e, oferta ainda do serviço

²⁰ Consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva da família, prevenir a ruptura de seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. O serviço PAIF integra o nível de proteção social básica do SUAS. (TIPIFICAÇÃO NACIONAL DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS, 2012, p. 04).

²¹ O SCFV é um serviço da Proteção Social Básica do SUAS que é ofertado de forma complementar ao trabalho social com famílias realizado por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) e do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI). O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) realiza atendimentos em grupo. São atividades artísticas, culturais, de lazer e esportivas, dentre outras, de acordo com a idade dos usuários. É uma forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais, coletivas e familiares. (TIPIFICAÇÃO NACIONAL DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS, 2012, p. 06).

²² SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS (PAEFI) Descrição: Serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias, com um ou mais de seus membros, em situação de ameaça ou violação de direitos. Usuários: Famílias e indivíduos que vivenciam violações de direitos por ocorrência de violência física, psicológica e negligência; violência sexual (abuso e/ou exploração sexual); afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida socioeducativa ou medida de proteção; tráfico de pessoas; situação de rua; abandono; trabalho infantil; discriminação em decorrência da orientação sexual, raça e etnia; outras formas de violação de direitos decorrentes de discriminações/submissões a situações que provocam danos e agravos à sua condição de vida e os impedem de usufruir autonomia e bem-estar. (TIPIFICAÇÃO NACIONAL DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS, 2012, p. 08)

de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto²³. As Medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade são sanções aplicadas ao adolescente que praticou ato infracional, conforme previsto no artigo Nº 112, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Fica evidente ao analisar esse grupo que atua no CRAS e CREAS que o atendimento é demandado pelo público em vítima das mais diversas formas de violência, violação de direitos e que estão em situação de risco.

De forma geral compreende-se que independente do espaço socioocupacional que o sujeito se encontra, todos destacaram a necessidade de apreensão crítica dos processos sociais de produção e reprodução das relações sociais numa perspectiva de totalidade.

Como já mencionado anteriormente há uma grande parte dos sujeitos no exercício profissional do CRAS e CREAS e, que demandam da sua ação profissional a realização de abordagens individuais, familiares ou grupais na perspectiva de atendimento às necessidades básicas e acesso aos direitos.

Nesse momento é de suma importância para o Serviço Social, onde sua atuação profissional não deve se orientar pelo atendimento psicoterapêutico a indivíduos e famílias, e sim com vistas à potencialização da orientação social com vistas à ampliação do acesso dos indivíduos e da coletividade aos direitos sociais.

Ainda destacando a atuação do Assistente Social na Política de Assistência Social, evidencia-se que a dimensão de intervenção coletiva é uma ferramenta extremamente rica, seja na perspectiva da socialização ou da informação e mobilização.

Ainda de acordo com a análise das atribuições dos sujeitos na área da Assistência Social, destaca-se a ocupação de cargos de gestão em uma dimensão de gerenciamento, planejamento e monitoramento da execução direta de bens e serviços a indivíduos, famílias, grupos e coletividade.

De acordo com as orientações da Norma Operacional Básica do Sistema

²³ Serviço referenciado ao Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) e tem por finalidade prover atenção socioassistencial e o acompanhamento aos adolescentes e jovens de ambos os sexos em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, de Liberdade Assistida e/ou Prestação de Serviços à Comunidade, determinadas judicialmente. (TIPIFICAÇÃO NACIONAL DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS, 2012, p. 08).

Único de Assistência Social (NOB-SUAS), as atuações dos Coordenadores de CRAS e CREAS devem se alinhar numa perspectiva de fortalecimento da gestão democrática e participativa capaz de produzir, intersetorial e interdisciplinarmente, propostas que viabilizem e potencializem a gestão em dos serviços, programas e projetos ofertados, com resultados que de fato afiance as seguranças²⁴ aos usuários.

Ressalta-se ainda que a atuação de Coordenadores de CRAS e CREAS possam contribuir com o processo de formulação, implementação e monitoramento da política de Assistência Social.

A pesquisadora entende que todas as atribuições e competências elencadas acima, com o objetivo de trazer aos leitores maior conhecimento sobre o cotidiano de trabalho dos sujeitos contemplam as competências, estratégias e procedimentos específicos, que são apresentadas nos Parâmetros de atuação do Assistente Social²⁵.

²⁴ De acordo com a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social, as seguranças são garantias afiançadas pela Política De Assistência Social de forma a efetivar sua função de proteção social. São divididas em cinco seguranças: Segurança de Acolhida (provida através de ofertas públicas de serviços de abordagem em territórios de incidência de situações de risco, e de rede de serviços para a permanência de indivíduos e famílias, através de alojamentos, albergues e abrigos); Segurança de sobrevivência a riscos circunstanciais (oferta de auxílios em bens materiais e em pecúnia de caráter transitório (benefícios eventuais) para as famílias, seus membros e indivíduos); Segurança do convívio familiar (oferta de serviços que garantam oportunidades de construção, restauração e fortalecimento de laços de pertencimento); Segurança do desenvolvimento da autonomia individual (ações voltadas para o desenvolvimento de capacidades e habilidades para o exercício da cidadania e conquista de maior grau de independência pessoal) e Segurança social de renda (concessão de bolsas-auxílio e benefícios continuados). (BRASIL, 2005, p. 12).

²⁵ Realizar pesquisas para identificação das demandas e reconhecimento das situações de vida da população que subsidiem a formulação dos planos de assistência social; • formular e executar os programas, projetos, benefícios e serviços próprios da assistência social, em órgãos da administração pública, empresas e organizações da sociedade civil; • elaborar, executar e avaliar os planos municipais, estaduais e nacional de assistência social, buscando interlocução com as diversas áreas e políticas públicas, com especial destaque para as políticas de seguridade social; formular e defender a constituição de orçamento público necessário à implementação do plano de assistência social; • favorecer a participação dos(as) usuários(as) e movimentos sociais no processo de elaboração e avaliação do orçamento público; • planejar, organizar e administrar o acompanhamento dos recursos orçamentários nos benefícios e serviços socioassistenciais nos centro de referência em assistência social (CRAS) e centro de referência especializado de assistência social (CREAS); • realizar estudos sistemáticos com a equipe dos CRAS e CREAS, na perspectiva de análise conjunta da realidade e planejamento coletivo das ações, o que supõe assegurar espaços de reunião e reflexão no âmbito das equipes multiprofissionais; • contribuir para viabilizar a participação dos(as) usuários(as) no processo de elaboração e avaliação do plano de assistência social; prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, empresas privadas e movimentos sociais em matéria relacionada à política de assistência social e acesso aos direitos civis, políticos e sociais da coletividade; • estimular a organização coletiva e orientar(as) os usuários(as) e trabalhadores(as) da política de assistência social a constituir entidades representativas; • instituir espaços coletivos de socialização de informação sobre os

Os Sujeitos Nº 14 e Nº 16 atuam em um Centro de Medidas Socioeducativas, e a partir de elencar as suas atribuições destacam o que o Assistente Social exerce várias funções, que refletem no processo de acautelamento do adolescente e a participação da família, sobretudo através da construção, juntamente com a equipe, do Plano Individual de Atendimento (PIA) do adolescente, pautado nos princípios do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)²⁶.

O Serviço de Acompanhamento de Medidas Socioeducativas mesmo que ocorrem fora do espaço físico do CREAS, está diretamente vinculado e mantém relação direta com a equipe técnica do CREAS.

Operando assim na perspectiva da referência e a contra referência com a rede de serviços socioassistenciais da proteção social básica e especial e com o Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Conselhos Tutelares, outras Organizações de Defesa de Direitos e demais políticas públicas, no intuito de estruturar uma rede efetiva de proteção social.

Para garantir essa referência e contra referência a equipe técnica do CREAS é responsável pelo acompanhamento da prestação de serviço,

direitos socioassistenciais e sobre o dever do estado de garantir sua implementação; • assessorar os movimentos sociais na perspectiva de identificação de demandas, fortalecimento do coletivo, formulação de estratégias para defesa e acesso aos direitos; • realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre acesso e implementação da política de assistência social; realizar estudos socioeconômicos para identificação de demandas e necessidades sociais; • organizar os procedimentos e realizar atendimentos individuais e/ou coletivos nos CRAS; • exercer funções de direção e/ou coordenação nos CRAS, CREAS e secretarias de assistência social; • fortalecer a execução direta dos serviços socioassistenciais pelas prefeituras, governo do DF e governos estaduais, em suas áreas de abrangência; • realizar estudo e estabelecer cadastro atualizado de entidades e rede de atendimentos públicos e privados; • prestar assessoria e supervisão às entidades não governamentais que constituem a rede socioassistencial; • participar nos conselhos municipais, estaduais e nacional de assistência social na condição de conselheiro(a); • atuar nos conselhos de assistência social na condição de secretário(a) executivo(a); • prestar assessoria aos conselhos, na perspectiva de fortalecimento do controle democrático e ampliação da participação de usuários(as) e trabalhadores(as); • organizar e coordenar seminários e eventos para debater e formular estratégias coletivas para materialização da política de assistência social; • participar na organização, coordenação e realização de conferências municipais, estaduais e nacional de assistência social e afins; • elaborar projetos coletivos e individuais de fortalecimento do protagonismo dos(as) usuários(as); • acionar os sistemas de garantia de direitos, com vistas a mediar seu acesso pelos(as) usuários(as); • supervisionar direta e sistematicamente os(as) estagiários(as) de serviço social. (CFESS, 2009, p.19-22).

²⁶ O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) apresenta o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas, aplicadas aos adolescentes em conflito com a lei. É formado pelos sistemas estaduais/distrital e municipais, incluindo também todos os planos, políticas e programas existentes nas três esferas de governo voltados a esse tema.

assegurando em suas atribuições, desde a realização de reuniões mensais de coordenação técnica de monitoramento e avaliação com as executoras do serviço.

É importante pontuar que as falas de ambos os sujeitos que atuam nesse Centro de cumprimento de Medidas Socioeducativas em meio aberto, refletem o exercício de atribuições, segundo o que a Instituição preconiza, serem de competência aos demais integrantes da equipe técnica do Sistema Socioeducativo, como por exemplo:

Esporadicamente sou convocada por corpo diretivo do Centro, a participar de comissões disciplinares, embora venho manifestando constantemente contra a inserção de Assistentes Sociais nessa prática punitiva e coercitiva, que do ponto de vista técnico, esfolia os princípios legais do Código de Ética Profissional, o que já foi delegado intervenção do CRESS – MG. (Sujeito Nº 16)

Os Sujeitos Nº 19 e Nº 30 atuam na Proteção Social de Alta Complexidade em Instituição de Acolhimento. O Sujeito Nº 19 atua na Instituição de Acolhimento para Crianças e Adolescentes e desempenha as funções de acompanhamento de visitas de familiares, elaboração de parcerias para levantamento de recursos, encaminhamento de familiares para os serviços da rede e elaboração do Plano Individual de Atendimento. O Sujeito Nº 34, apenas informou que exerce a função de efetivação dos direitos sociais da pessoa idosa institucionalizada.

Ao analisar as respostas desses dois sujeitos percebe-se que a atuação dos mesmos diz respeito ao desenvolvimento de atividades em grupo, na perspectiva do coletivo, a partir de uma acolhida, incluindo visita domiciliar, apoio, orientação e acompanhamento a família em situação de risco, como também encaminhamento a rede de proteção e orientações familiares.

Portanto, considera-se que no exercício profissional do Serviço Social a importância da articulação do movimento histórico da sociedade brasileira, e compreender o significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio histórico, nos espaços do exercício profissional, desvelando as possibilidades de ação requisitados e que vão demandar a mediação com os usuários.

Cabe destacar ainda que este profissional necessita constantemente realizar a identificação das demandas presentes na sociedade, e formular

respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as competências específicas se estiver em um cotidiano de trabalho com equipe multiprofissional.

É de cunho profissional do Assistente Social na sua intervenção profissional o olhar para a organização popular e, o reconhecimento e fortalecimento da classe trabalhadora como sujeito coletivo na luta pela ampliação dos direitos e responsabilização estatal.

Para além dessa contextualização dos cargos e áreas de atuação em que os sujeitos apontaram conforme quadros e análises acima, reside-se, a necessidade de discussão à respeito das atribuições e os desafios no exercício profissional, especialmente, sobre a percepção das contribuições e possibilidades da categoria no âmbito do trabalho do assistente social. Uma vez que é a partir do entendimento apresentado sobre esse conjunto de determinantes que o profissional vai conduzir no processo de trabalho.

E para fins deste estudo considera-se aqui que a importância dessas competências e habilidades alicerçadas ao compromisso deste profissional com toda a trajetória histórica da profissão, que o mesmo considere na profissão a existência de um projeto de formação profissional majoritária, expresso no projeto ético e político da profissão e, cujas possibilidades de ação sejam desveladas na realidade.

Para tanto, compreende-se que um profissional de Serviço Social deve ser capaz de aliar desde o processo de formação as competências teóricas-metodológicas, ético políticas e técnicos e operativos com o exercício profissional.

O próprio PPC do Curso de Serviço Social da UFTM 2014, traz as competências e habilidades esperadas do Assistente Social, preconizadas pela Lei Nº 8.662/1993 - Lei de Regulamentação da Profissão e no Código de Ética dos Assistentes Sociais de 1993, especificamente nos seus artigos:

Artigo 4º - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;

Artigo 5º- elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam no âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil dentre outras; - contribuir para viabilizar a participação dos usuários nas decisões institucionais, bem como orientar a população na identificação de recursos para

atendimento e defesa de seus direitos; - planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais; - realizar pesquisas que subsidiem formulação de políticas e ações profissionais; - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, empresas privadas e movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais e à garantia dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade. (CFESS, 2014, p. 6).

No momento da elaboração do roteiro de perguntas considerou-se a importância de trazer para a discussão sobre a centralidade da categoria trabalho, as condições objetivas de trabalho do Assistente Social.

Com isso, o roteiro de perguntas prosseguiu e foi apresentada a pergunta de Nº 03, da seguinte forma: “Como é o seu cotidiano profissional?”.

Dos doze sujeitos que realizaram a devolutiva, sete estão atuando na área da Política Nacional da Assistência Social, sendo dois em nível de Proteção Social Básica, e quatro na área da Proteção Social Especial, sendo três de média complexidade e, um de alta complexidade, um na área de atendimento de egressos, dois em centro de medidas socioeducativas para adolescentes, dois na área jurídica e dois na área de educação.

Os Sujeitos Nº 15, 17, 18, 19, 31 e 33 que estão na área de atuação da PNAS consideram que o cotidiano de trabalho é sobrecarregado e cheio de vieses, sobretudo pela herança histórica da Assistência Social como caridade e, a ausência de diálogos mais alinhados entre as proteções sociais básica e especial. No entanto, cabe pontuar que relataram os avanços significativos em decorrência da PNAS e da carga horária de trinta horas semanais para os Assistentes Sociais.

Esses sujeitos pontuaram ainda sobre a divisão das equipes nos locais de trabalho, o atendimento conjunto com outros profissionais, realização de encaminhamentos e acompanhamentos com outros setores (Setor Jurídico das Varas de Infância e Ministério Público).

De forma geral os sujeitos consideram o cotidiano de trabalho como ambiente dinâmico, no entanto, perpassando atribuições que não são matérias de trabalho do Assistente Social: “Às vezes é preciso fazer acompanhamento de crianças e adolescentes nos serviços de saúde (pediatra, dentista) e encaminhamento dos familiares para esses serviços também” (Sujeito Nº 19).

Foi possível ainda perceber a partir da fala dos sujeitos que de uma forma majoritária a rotina e o cotidiano de trabalho é bastante específico como no caso dos sujeitos que atuam na área jurídica Sujeitos Nº 01 e Nº 32. Ambos afirmam que o resumo de seu cotidiano profissional perpassa a realização de análises especializadas vinculadas ao Sistema de Garantia de Direitos, o que torna a rotina sobrecarregada e, “obrigatoriamente” vinculada ao estudo e interação multiprofissional.

Com relação aos Sujeitos Nº 02 e Nº 07, que atuam na área da educação, pode-se aferir que o cotidiano do exercício profissional tem reflexos sobre questões burocráticas que influi diretamente na forma de execução deste trabalho.

Na maior parte do dia trabalho tirando dúvidas dos alunos, que nos procuram através do WhatsApp ou ligações. Faço o acompanhamento pedagógico, fico atenta se os alunos estão acessando o portal, realizando as atividades disponibilizadas. No final de cada módulo os alunos comparecem ao polo de apoio para a apresentação de Portfólio e eu os acompanho nesta apresentação. (Sujeito Nº 02).

É uma batalha, compreendendo que esbarro em questões burocráticas e hierárquicas que refletem direta ou até indiretamente na formulação e na forma de execução do trabalho. (Sujeito Nº 18)

Outro ponto importante nessa análise sobre o cotidiano de trabalho diz respeito a precarização do mundo do trabalho, com a sobrecarga de trabalho, o número reduzido de profissionais, o adoecimento pelo trabalho.

Outro depoimento importante a ser considerado é sobre o cotidiano seleciona-se abaixo o trecho original, que discorre a respeito das relações políticas e a interferência profunda nos interesses e relações pessoais e questões familiares dos usuários:

As relações profissionais são atravessadas por questões políticas, interesses/relações pessoais e questões familiares que se apresentam muito fortes no poder público da cidade onde trabalho. Estes três elementos estão em grande parte do tempo imbricados uns aos outros, ou seja, eu lido com pessoas que mentem relações políticas com “caciques” da cidade ao mesmo tempo estas pessoas provêm ganhos econômicos em razão destas relações e geralmente se trata de grupo familiares, é comum ter que lidar com um trabalhador de serviços gerais que é parente de algum chefe de departamento ou algo do tipo. As condições de trabalho não são as ideias, minha equipe, que é uma equipe “extra” (CRAS Volante) tem dificuldade de ter acesso à computadores, divide veículo com o

próprio CRAS. Cotidianamente construímos estratégias para superar as barreiras, buscar melhorar a prestação dos serviços e fortalecer a participação popular na gestão, mas há limites dentro da própria equipe, as vezes por entendimentos diferentes e divergentes. A relação com a gestora política (secretária de assistência social do município) se impõe com maior proximidade e periodicidade do que com a chefia imediata do serviço, que seria o coordenador do CRAS. (Sujeito Nº 15).

Esta reflexão sobre o cotidiano de trabalho leva a consideração do trabalho do assistente social se o mesmo de fato ocupa lugar central na discussão à respeito da redução da desigualdade, sabendo que embora possa contribuir para a diminuição da pobreza, necessita-se de reflexão crítica e constante para romper com a legitimação do poder tão propagado pelo sistema capitalista.

Reflete-se aqui também a respeito de dois pontos importantes, sendo o primeiro a considerar que os sujeitos demandantes de serviços sociais são confrontados com este cotidiano de relações de sobrecarga e os profissionais têm o desafio de contribuir para mudanças de trajetórias no processo de empoderamento destes sujeitos em relações de direito, de acesso ao estado de direito e a condições concretas de sobrevivência, com o desafio de não adoecer nesse processo.

O destaque que se faz diante da fala dos sujeitos diz respeito ao movimento de que a lógica da luta de classes possa ser levada para os usuários. Contudo, como garantir espaços de luta significativos se há um cotidiano de trabalho tão burocrático, desgastante e sobrecarregado.

Compreende-se que é papel do Assistente Social realizar ou desenvolver condições de aprendizagem da luta de classes, em seu processo de trabalho, e até mesmo na forma de consciência coletiva.

Segundo Lacerda (2014), a política social abre a possibilidade de humanizar a vida do trabalhador, cabendo-lhe “humanizar a vida e desenvolver experiências (políticas, artísticas, entre outras) que possibilitem a apreensão do real para além do singular e a percepção da luta de classes”, para tornar as práticas sociais emancipatórias.

Pode-se entender essa perspectiva como uma forma de superar a visão de que o Serviço Social seja apenas uma tecnologia social, mas pode também significar que a profissão seja uma vanguarda que pretende transformar o

atendimento ao cidadão-trabalhador em luta de classes.

Essas relações, no entanto, estão diretas ou indiretamente vinculadas a exigências do capital e envolvem processos contraditórios de cuidar de si, de resistências, de autonomias relativas e correlações de forças e poder, como o caso do Sujeito Nº 16:

Atualmente, minha prática profissional, infelizmente, encontra-se pautada no viés imediatista. Há uma sobrecarga significativa de trabalho e exploração, que anteriormente era executada por apenas uma profissional para atender cerca de 47 (quarenta e sete) adolescentes e suas famílias. Acrescenta-se que apesar haver o respeito à Lei 12.317/2010, por outro lado, ainda há uma afronta em relação a sobrecarga de trabalho, como já dito; ainda que cotidianamente à direção demanda ao setor de Serviço Social, à execução de práticas cujo viés se pauta como engessado, alienado, punitivo, conservador e tarefeiro, o que se torna extremamente lamentável. Porém, a todo momento, através do diálogo, tento apresentar as especificidades da profissão, a existência do projeto profissional, da Lei de Regulamentação Profissional, dentre outras particularidades.

O fazer profissional do Assistente Social implica em uma relação com sujeitos particulares na estrutura capitalista, incluindo contradições e conflitos, onde a intervenção profissional, portanto, não é resultado de um relacionamento interindividual, mas uma relação de poder hegemônico e contra hegemônico, retomando a expressão gramsciana de hegemonia e contra hegemonia (GRAMSCI, 1980).

A prática profissional é um enfrentamento enquanto relação complexa e contraditória de poder, recursos, valores, linguagem, dispositivos, estratégias, operações, visões de mundo, situações sociais de desigualdade, sofrimento, exclusão. Enfrentamento relacional de determinações econômicas, políticas, sociais, culturais, entre outras, com dinâmica histórica e política da contestação e da expressão de si e da própria sociedade. (FALEIROS, 2014, p. 120).

Objetiva-se apreender, por meio da análise e interpretação dos dados, as percepções apresentadas pelos sujeitos a respeito da identificação da categoria trabalho no processo de formação profissional, aliado com as contribuições que os sujeitos destacam para a categoria ainda no processo de formação profissional.

3.3.3.1. A identificação e as contribuições sobre a categoria trabalho no processo de formação em Serviço Social a partir da fala dos sujeitos

Aqui serão apresentados e interpretados os dados recolhidos juntos aos sujeitos que retornaram à aplicação do roteiro de perguntas, que tratam especificamente do objeto de estudo -categoria trabalho- apreendidos nas respostas dos sujeitos.

A pergunta de Nº 04 foi apresentada da seguinte forma: “Você identificou a categoria teórica trabalho no seu processo de formação profissional?”

Essa questão foi respondida pela totalidade dos sujeitos a partir de uma resposta positiva, por vezes, explicito com “Sim” e em alguns momentos com “Identifico” e, a complementação dessa identificação. Destaca-se a fala do Sujeito Nº 02 em que afirma que o *“tema foi bastante recorrente no decorrer do curso”*.

Nenhum dos sujeitos demonstrou ou escreveu explicitamente que não identificava, no entanto, destaca-se que o sujeito Nº17 no momento da entrevista fez uma pausa prolongada para fazer a complementação de sua resposta e, pontuou que a categoria teórica trabalho é tão importante que poderia ter dado mais aprofundamento nas disciplinas de Processo de Trabalho na graduação.

O Sujeito Nº 01 apresentou que identificou a categoria teórica no processo de formação e, que a mesma está intrinsecamente ligada com estágio supervisionado.

De fato, identificamos a partir das orientações da ABEPSS, que o estágio,

É uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio institucional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional do campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização com base em planos de estágio, elaborados em conjunto entre Unidade de Ensino e Unidade Campo de Estágio, tendo como referência a Lei 8662/93 (Lei de Regulamentação da Profissão) e o Código de Ética 25 O Estágio Supervisionado do curso de Serviço Social da UFTM tem seu detalhamento em Regulamento próprio. do Profissional (1993). O Estágio Supervisionado é concomitante ao período letivo escolar. (ABEPSS, PNE, 2010)

E a partir da definição de estágio no PPCSS UFTM 2014

O Estágio Supervisionado em Serviço Social constitui um dos elementos pedagógicos da formação profissional para o alcance do perfil do bacharel em Serviço Social, com possibilidade concreta e central da materialização da lógica curricular, na perspectiva do Projeto Ético- Político da Profissão. O Estágio Supervisionado é norteado pelos princípios indissociáveis das dimensões teórico-metodológica, ético- política e técnico-operativas, articulando formação e exercício profissional, universidade e sociedade, unidade entre teoria e prática e ensino-pesquisa e extensão. Logo, a supervisão de estágio deve ser direta e sistematizada, realizada concomitantemente pelo supervisor acadêmico (assistente social docente) e supervisor de campo (assistente social regularmente contratado pela instituição campo de estágio, em pleno gozo de seu exercício profissional e devidamente registrado no Conselho Regional da região que atua), conforme Código de Ética do Assistente de 1993; Lei de Regulamentação da Profissão Nº 8662/93; Resolução do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) Nº533/2008, que regulamenta a supervisão direta de estágio e a Política Nacional de Estágio (PNE) 2010, em consonância com a Lei Geral de Estágio Nº 11.788/2008. (PPPCSS UFTM, 2014, p. 50).

Assim como o espaço de estágio para os Sujeito Nº 01 foi determinado como vivência e identificação da categoria trabalho, o Sujeito Nº 18 destacou que o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) teve expressivas reflexões sobre a categoria trabalho na sua formação profissional.

Para o Sujeito Nº 32 repensar categoria teórica trabalho no processo de formação profissional foi trazido a categoria práxis e instrumentalidade.

O Sujeito Nº 15 trouxe na sua fala a identificação do movimento dialético da categoria trabalho com a dimensão ontológica do ser social.

Sim. Primeiramente foi possível identificar a categoria teórica durante os estudos de processo de trabalho propriamente ditos, ou seja, estudando o que é trabalho, a dimensão ontológica do ser social, etc... Depois foi possível identificar esta categoria no próprio processo de formação profissional, tanto nas atividades acadêmicas e do movimento estudantil que comporam o processo de formação, quanto na observação do trabalho desenvolvido pelos profissionais envolvidos neste processo. (Sujeito Nº 15).

Nesse contexto de fala dos Sujeitos Nº 32 e Nº 15 o desafio de identificação da categoria trabalho segundo a pesquisadora encontra-se em perceber a centralidade do trabalho mediante as transformações ocasionadas pelo capitalismo. Portanto, no lugar de fundamentar a

existência da sociabilidade na linguagem, na intersubjetividade, na política ou no mercado, o desafio está centralizado no desvelar do real, a busca pela essência que encobre a aparência dos fenômenos e na profundidade das relações de poder pelo sistema capitalista, em seus determinantes econômicos, sociais e políticos.

Se para fins desse estudo consideramos que o trabalho

[...] é uma atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre homem e natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independentemente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais (MARX, 2004, p. 38).

É preciso compreender que a existência humana é mais do que trabalho no sentido de emprego, sendo o trabalho o modo como o ser social se relaciona com a natureza, relaciona-se também com outros sujeitos, surgindo necessidades que brotam das relações sociais entre si.

Segundo Iamamoto ao criar por meio do trabalho, o indivíduo transforma o seu meio e a si mesmo, uma vez que no fim do seu processo de trabalho angaria outros conhecimentos e aprendizados que, no início de seu empreendimento, ainda não detinha; "ao desenvolvimento do trabalho corresponde, paralelamente, o nascimento da consciência e do conhecimento humano". (2010, p. 351)

Portanto, apenas quando compreende-se o conceito do trabalho em seu sentido ontológico, é que se pode aprofundar o entendimento do trabalho em seu sentido abstrato, ou seja, da forma com que o capitalismo se determinou essa atividade e de outras práxis sociais para a criação de valores de trocas em prol da acumulação e do desenvolvimento da sociabilidade capitalista. A distinção entre trabalho concreto e abstrato, auxilia na análise da centralidade do trabalho:

Todo trabalho é, de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico, e, nessa qualidade de trabalho humano igual ou abstrato, cria o valor das mercadorias. Todo trabalho, por outro lado, é dispêndio de força humana de trabalho, sob forma especial, para um determinado fim, e, nessa qualidade de trabalho útil e concreto, produz valores de uso (MARX, 2012, p. 68).

O Sujeito Nº 11 afirmou que durante o processo de formação e não havia uma maturidade teórico prática e que por isso a importância do diálogo com exercício profissional, segue a fala:

Durante o processo de formação pude estudar e perceber a categoria trabalho, no entanto a crítica que se faz é que durante o processo de formação o discente não consegue mensurar a materialidade da categoria trabalho, pois não há maturidade teórica/prática. mas hoje já consigo mensurar a categoria trabalho e a efetivação da práxis. (Sujeito Nº 11).

Destaca-se aqui a fala do Sujeito Nº 33, que tem aproximações importantes com a fala do Sujeito Nº 11, onde o mesmo acredita que houve a apreensão, mas de forma menos aprofundada do que é necessária para a vida social,

Avalio que a categoria trabalho foi apreendida no processo de formação profissional, mas de forma tímida e aproximativa, considerando a importância que ela tem não apenas para formação, mas pra vida social. Considerando que o trabalho, numa perspectiva ontológica e marxiana, é condição universal do ser social, isto é, é atividade fundante do homem (Homem entendido aqui enquanto ser social, não numa perspectiva binária/sexista/machista), que responde às necessidades humanas e sociais e, na mesma medida, cria outras, entendo que esta categoria poderia ter sido mais estudada na formação. Todavia, a aproximação que tivemos, ainda que na minha avaliação longe do ideal, foi muito importante e possibilitou a compreensão do trabalho enquanto atividade ontológica e essencial do homem. (Sujeito Nº 33).

Importante considerar a fala do Sujeito Nº 16, que pontuou a angustia que processo de transferência ocasionou ao fato de que a mesma teve que cursar as disciplinas de Processo de Trabalho I e Processo de Trabalho II ao mesmo tempo

Infelizmente, em função das individualidades do meu processo de ingresso à Universidade, a saber: transferência; avalio que tal categoria, que por vez se configura como considerável, complexa e marcante, foi me repassada de modo raso e com poucas reflexões. Sobretudo, por cursar duas modalidades dessa disciplina concomitantemente, o que se tornou imensamente desconexo.

Pontua-se aqui a fala do Sujeito Nº 31, que no momento da entrevista trouxe sinteticamente a importância da consideração sobre a categoria trabalho, no entanto, assim como o Sujeito Nº 16 afirma que sentiu

fragmentações quanto ao aprofundamento das discussões sobre a categoria,

Até hoje procuro refletir sobre tal categoria, trabalho é tudo, sem a categoria trabalho não desenvolvo as habilidades e atribuições a que a mim enquanto assistente social compete. Durante o processo de formação profissional, senti falta de discussões mais densas sobre.

A pergunta de Nº 05 foi apresentada da seguinte forma: “Para você, quais as contribuições da categoria teórica Trabalho no processo de formação profissional?”.

Os Sujeitos Nº 01, e Nº 11 identificaram que a categoria é determinante

O estudo da categoria teórica Trabalho tem uma centralidade ímpar no processo de formação profissional do Assistente Social. É o eixo conceitual indispensável para a compreensão das forças motrizes que operam nas relações de poder econômico-sociais. Sem um entendimento razoável da categoria Trabalho, o Assistente Social perde o contexto mais amplo de sua atuação profissional, o que favorece a mera reprodução de intervenções possivelmente caracterizadas pela alienação. (Sujeito Nº 01).

A categoria teórica trabalho na formação profissional na graduação é determinante para a construção da visão de homem e de mundo, além de propiciar a visão crítica de uma profissão que a luta ética e política é com a classe trabalhadora através de um referencial teórico crítico. Deve se fortalecer esta categoria, para que de fato seja transversal em todas as disciplinas, e que os discentes possam ter clareza teórica, ética, política e metodológica para compreender tal categoria. (Sujeito Nº 11).

O Sujeito Nº 16 afirmou que se sentiu provocado pelo roteiro de perguntas, pois, há muito não discutia sobre a profundidade da categoria trabalho em seu sentido ontológico e afirmou que as contribuições da categoria teórica trabalho são:

Imensuráveis. Apesar da descrição anterior, por meio da apresentação e discussão da categoria trabalho, me senti provocada, a ponto de avaliar as condições de trabalho (capital, lucro e mais-valia – Sistema Capitalista); de realizar leituras críticas de diversas realidades impostas pela desigualdade social e de zelar cotidianamente e estrategicamente, como dito, pelo compromisso com a classe trabalhadora.

O Sujeito Nº 15 definiu que a compreensão das contribuições da categoria deve se dar de duas maneiras, conforme sua fala abaixo:

A compreensão das contribuições da categoria trabalho no processo de formação profissional deve se dar de duas maneiras, primeiro

considerando a importância dos estudos sobre a temática mesmo, ou seja, pesquisar e construir conhecimento sobre o Trabalho e o mundo do trabalho. Por outro lado, é importante também considerar o processo de formação com um processo inserido no próprio mundo de trabalho, no modo de produção vigente na sociedade presente, ou seja, como parte do processo de produção e reprodução do Capital, ainda que em bases críticas quando se trata especificamente da formação profissional em Serviço Social.

Importante considerar a fala do Sujeito Nº 14 a respeito da articulação com as dimensões

Acredito que os espaços de discussão e debates acerca da categoria trabalho sejam essenciais para analisar e compreender o fazer profissional de forma crítica, considerando a realidade na qual vivemos e logo, o cenário em que a profissão é inserida. Dessa forma, o processo de formação nos direciona ao desenvolvimento de ações técnico- operativas as quais estejam relacionadas às dimensões: teórico- metodológica e ético-política.

O Sujeito Nº 33 afirmou em complementação a resposta da pergunta anterior que

Como dito anteriormente, na minha avaliação a categoria poderia ter sido mais aprofundada. Porém, possibilitou contribuições importantes, a destacar: que é o trabalho o elemento fundante do ser social; que na medida que o homem transforma a natureza pelo trabalho ele transforma a si mesmo; que o trabalho é essencial para responder às necessidades humanas e sociais; que o homem possui uma capacidade teleológica e de projeção que o difere exponencialmente de outros seres, etc... Além disso, uma contribuição que considero muito importante também é o fato de compreender a diferença do trabalho ontológico e alienado e que, mesmo num processo de trabalho alienado, é possível o homem se realizar parcialmente enquanto humano genérico.

O Sujeito Nº 31, que no momento da entrevista foi possível identificar até mesmo um sofrimento do Sujeito em poder categorizar e materializar o significado da categoria sobretudo com relação as demandas profissionais e o que se espera do Assistente Social

Até hoje me pergunto o que é essa categoria, o que ela representa para nós enquanto categoria profissional e quais contribuições o meu processo de formação profissional possibilitou.

Diante das considerações dos sujeitos é essencial tratar que nas suas falas foram apontados elementos da categoria teórica Trabalho, alinhados a forma de vivência, condições de trabalho no sentido de condição humana e também como meios de produção e força de trabalho.

A compreensão do Assistente Social na condição de trabalhador (força de trabalho) e a venda dessa força de trabalho, pontuações sobre mais valia

e até mesmo de alienação ao ser exposto a condições de trabalho sem desenvolver pensamento crítico.

É importante refletir sobre essa identificação do Assistente Social como classe trabalhadora, assim como os usuários que são atendidos pelas políticas setoriais nas quais os sujeitos atuam e, com isso, o entendimento da lógica do capital que fragmenta o processo de trabalho a fim de distanciar cada vez mais o homem da consciência da realização do ato de trabalho.

Portanto, pode-se afirmar que as contribuições da categoria trabalho para o processo de formação são de fundamental importância para o entendimento das particularidades da profissão do Assistente Social inserido na divisão social e técnica do trabalho. Bem como a articulação entre os fundamentos do Serviço Social e o seu trabalho profissional cotidiano, imprescindível na busca para esclarecer o significado social do trabalho do assistente social no exercício profissional.

A pergunta de Nº 06 foi apresentada da seguinte forma: “Você identifica no exercício profissional o processo de trabalho que se realiza?”.

É importante considerar que os sujeitos responderam a esta pergunta considerando o processo de trabalho como único e não um processo de trabalho para o Assistente Social e, trazendo considerações a respeito dos meios de produção, da força de trabalho e, das características do processo de trabalho no exercício profissional do Assistente Social. Houve a fala do Sujeito Nº 11 sobre a busca por uma nova forma de sociabilidade e, a importância da reflexão sobre a totalidade e a constante necessidade de qualificar a intervenção do trabalho profissional do Assistente Social.

Destaca-se abaixo que os sujeitos reconhecem o processo de trabalho que se realiza, inclusive fazem menção aos instrumentais, as diferentes expressões e denominações de suas práticas profissionais e espaços de trabalho.

Quando raciocino sobre a práxis, claramente sim. Mas certamente é um desafio contínuo manter um tipo de “recordação constante” sobre a relação teoria x prática, visto que as tarefas do cotidiano muitas vezes tendem a nos distanciar de espaços voltados à reflexão sobre o papel genuíno do Assistente Social. (Sujeito 01)

Sem dúvida, até porque sem todo referencial teórico, bagagem política, conhecimento acumulado, não teria como desenvolver um trabalho na política de prevenção a criminalidade no viés da

segurança pública cidadã. Pensar a categoria trabalho em seu aspecto ontológico, penso ser difícil vislumbrá-lo haja visto que necessitaria de outra sociabilidade e não a capitalista hegemônica neste atual cenário. Entretanto, o exercício profissional do assistente social se articula com a categoria trabalho, pois é importante ter um referencial teórico que possibilite desvelar a realidade e atuar nela analisando as particularidades em uma totalidade. Destarte, atuar nesta política de segurança pública pode despertar, pois para além da culpabilização que os egressos do sistema prisional e toda marginalização que este público vivencia, nosso trabalho tem buscado possibilitar espaço de "voz" para estes usuários, haja visto a ausência do Estado antes, durante e depois do processo de aprisionamento. Cabe a cada profissional assistente social buscar utilizar a categoria trabalho, desvinculado o mero espaço formal de emprego, mas buscando qualificar a intervenção e o trabalho profissional. (Sujeito Nº 11).

Identifico. A partir das ações e instrumentos de trabalhos utilizados no campo socioeducativo, é possível construir estratégias as quais irão refletir de forma significativa na realidade dos usuários atendidos, levando o público a participar de forma mais engajada na sociedade, sendo sujeitos de transformações. É preciso considerar que, os adolescentes e familiares atendidos, em sua maioria, não tem acesso às políticas públicas, sendo responsabilizados por consequências que estão relacionadas diretamente a um Estado Mínimo e excludente. Ainda, a experiência e o fazer profissional, propicia inúmeras reflexões, as quais podem ser debatidas, analisadas e claro, problematizadas de forma política, para que possamos contribuir de forma positiva para uma sociedade mais justa e democrática. (Sujeito N 14).

Conseguí ter uma compreensão da totalidade do processo de trabalho que se realiza no exercício profissional é o grande desafio intelectual da profissão. Posso afirmar que consigo identificar grande parte deste processo, sobretudo em razão da mediação realizada no cotidiano profissional. No entanto, obter todos os elementos necessários para alcançar a essências das coisas é um grande desafio, tem sido possível compreender os fenômenos para além das suas aparências imediatas e atuar para além do imediatismo, buscando sempre a obtenção de mais elementos para compreender a totalidade da realidade que se apresenta. (Sujeito Nº 15)

Na forma que o assistente social se encaixa como trabalhador assalariado, que ao mesmo tempo que tenta efetivar direitos à população usuária trava uma batalha com o próprio poder público, pois muitas vezes falta recursos mínimos para que seja efetivado o trabalho. Ainda sobre a própria profissão, que está inserida no sistema capitalista, o qual tem por base a exploração da classe trabalhadora para obtenção de lucro, sendo o próprio assistente social presente nessa relação desigual entre capital x trabalho. Na minha realidade profissional, realizo constantemente estudos para aproximação da realidade dos usuários atendidos com o contexto social os quais estão inseridos, na intencionalidade de compreender as demandas e expressões da questão social que aparecem naquela realidade, a fim de buscar alternativas para superação e/ou atender às necessidades de proteção que aquele usuário necessita e quais recursos da comunidade e do poder público estão disponíveis para que sejam efetivadas e garantidos os direitos sociais dos usuários. (Sujeito Nº 18).

Alguns sujeitos identificaram que o conhecimento e a aproximação com o processo de trabalho se dão a partir de sucessivas aproximações e distanciamentos.

Destaca-se aqui a de dois sujeitos:

Compreendo, com base em Iamamoto (2007), que não há um processo de trabalho específico do Serviço Social, mas sim, um processo de trabalho em que o/a Assistente Social se insere. Nesse sentido, entendo que a instituição possui um processo de trabalho e eu, enquanto Assistente Social, componho tal processo na condição de trabalhador coletivo. Também entendo que há polêmicas e divergências no campo marxista no que diz respeito ao caráter cooperativo ou coletivo do trabalho. Alguns Luckasianos entendem que trabalho é apenas quem está na linha de produção, direta, o trabalhador chão de fábrica. Porém, parto da análise de Iamamoto que se baseia no capítulo inédito d'O Capital em que diz que “para trabalhar produtivamente, já não é necessário agora pôr a mão na massa: basta ser órgão do trabalho coletivo, executando qualquer uma de suas funções”. (Marx, 1985). Por isso a compreensão de que fazemos parte de um processo de trabalho enquanto trabalhador/a coletivo, pois é o conjunto de todos/as trabalhadores/as que ocupam determinado espaço que irá produzir coletivamente um resultado. (Sujeito Nº 33).

Iamamoto afirma que todo processo de trabalho implica uma *matéria-prima* ou objeto – sobre o qual incide a ação de um sujeito. “[...] ou seja o próprio trabalho que requer meios ou instrumentos para que possa ser efetivado” (IAMAMOTO, 2012, p. 61).

Os meios que mediatizam a ação do sujeito sobre o objeto ou *matéria-prima* sobre o qual incide esta ação potenciam-na e constituem parte, assim como a ação do sujeito e a *matéria-prima*, de todo processo de trabalho. Além disso, este requer, além dos elementos supramencionados, a própria atividade, “o trabalho direcionado a um fim, que resulta em um produto”

Com isso, a autora faz uma série de questionamentos a respeito do Serviço Social como trabalho: qual seria o objeto de trabalho do assistente social? Como responder à questão dos seus meios de trabalho? Como pensar a própria atividade e/ou o trabalho do sujeito? Qual seria o produto desse trabalho?

Conforme foi apontado no Capítulo 2 deste estudo, a autora responde à essas questões, com o objeto: a *questão social*, em que em suas múltiplas expressões, a finalidade da atuação do assistente social, independente da setorização das políticas públicas. E conclui que são essas expressões da

questão social que se caracterizam como o objeto sobre o qual incide a ação do Assistente Social, ou seja, dentro do processo de trabalho, pode-se identificar, a luz das contribuições da autora como a matéria-prima de atuação.

Outro ponto que aparece na fala dos sujeitos diz respeito aos instrumentos de trabalho. E, considera-se aqui para fins de análise que estes instrumentos, não tem a função de limitar-se a um “arsenal de técnicas”. A partir ainda das considerações de Iamamoto (2012) autora a noção de instrumentos de trabalho se amplia, para abranger o conhecimento como meio de trabalho, sem o qual esse trabalhador especializado não consegue realizar o seu trabalho. Nesse sentido, diz ela:

As bases teórico-metodológicas são recursos essenciais que o Assistente Social aciona para exercer o seu trabalho: contribuem para iluminar a leitura da realidade e imprimir rumos à ação, ao mesmo tempo em que a moldam (IAMAMOTO, 2012, p. 62).

De acordo com a autora, o Serviço Social é uma profissão regulamentada na sociedade como uma profissão liberal. Apesar de situá-la dessa forma, na prática, diz ela, essa profissão não se conforma assim. O profissional do Serviço Social, em outras palavras, não dispõe dos meios necessários à realização do seu trabalho, e aqui, vale salientar, em sua totalidade.

Contudo, os próprios sujeitos afirmam dispor de uma autonomia relativa, o que ainda considerando os estudos de Marilda Iamamoto, o fato do profissional não possuir todos os meios necessários à realização do seu trabalho, tais como financeiros, técnicos e humanos (necessários ao exercício profissional autônomo), não elide por completo a sua autonomia, de modo que esse profissional especializado de fato possua uma relativa autonomia

Portanto, essa relativa autonomia na efetivação de seu trabalho, o assistente social depende, na organização da atividade, do Estado, da empresa, entidades não-governamentais que viabilizam aos usuários o acesso a seus serviços, fornecem meios e recursos para sua realização.

E o Sujeito Nº 16 afirmou que:

Sim, trabalho esse abstrato. Embora haja impasses significativos, ainda consigo enxergar que o Serviço Social, pelas suas

especificidades, se caracteriza como profissão ímpar no Sistema Socioeducativo, vez que move a alavanca da transformação; realiza ações efetivas de cidadania e direitos e especificamente, por conhecer e posteriormente intervir de forma profunda na realidade dos usuários; para além disso, é um profissional extremamente necessário para a manutenção do Sistema citado, logo produz; assim, também é visto pela ótica capitalista e liberal. (Sujeito Nº 16).

Para analisar essa fala se faz importante pontuar sobre que para realizar suas tarefas, cada um trabalhador/ Assistente Social consome uma quantidade de energia humana que é da mesma qualidade independentemente da atividade realizada. Esse esforço físico e mental que independe de sua atividade concreta. Este esforço, esta quantidade de energia humana em geral é chamado de trabalho abstrato.

Segundo Marx (2004, p. 178) o trabalho concreto é o produtor de valores de uso, enquanto o trabalho presente no valor de troca é trabalho social, abstrato e geral, no qual é eliminado o caráter individual do trabalho. Essa é forma que o trabalho assume no sistema capitalista.

Como atividade que visa, de uma forma ou de outra, à apropriação do que é natural, o trabalho é condição natural da existência humana, uma condição do metabolismo entre homem e natureza, independentemente de qualquer forma social. Ao contrário, trabalho que põe valor de troca, é uma forma especificamente social do trabalho. (MARX, 2004, p.148).

Considera-se para fins deste estudo a concepção de que o trabalho abstrato é trabalho humano indiferenciado, é gasto de força de trabalho do homem independente da forma útil do trabalho, capaz de gerar valor. “[...] atividade produtivas qualitativamente diferentes, são ambas dispêndio produtivo de cérebro, músculos, nervos, mãos etc. humanos, e nesse sentido são ambas trabalho humano.” (MARX, 2013, p. 61).

Portanto, inferimos na fala do Sujeito Nº 16 a crítica a subvalorização do profissional Assistente Social, ao seu potencial criativo e sua capacidade de mediação. Dentro desse contexto, destaca-se que muitos espaços socio ocupacionais dedicam às expressões da questão social e à política social, uma perspectiva racionalista, negando a visão de totalidade do Serviço Social, que passa a ter que adotar procedimentos instrumentais, ações fragmentadas, segmentadas, imediatistas, descontextualizadas. Com isso, as ações da profissão, nesse contexto, resumem-se a uma intervenção microscópica, nos

fragmentos, nas refrações, nas singularidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa foi realizada observando o alcance dos objetivos e chega-se ao final na expectativa de deixar aqui algumas considerações. Percebe-se que o pressuposto apresentado no início deste estudo foi confirmado. Apreendeu-se através da análise final dos dados, que a materialização da categoria trabalho no processo de formação dos egressos do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), está explícita na fala e respostas dos sujeitos.

Entende-se que a análise documental realizada junto ao processo de construção do Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social da UFTM e a composição das disciplinas em núcleos contribuíram significativamente para o alcance dos objetivos, considerando ainda o contexto e a historicidade da transição de Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro para Universidade Federal do Triângulo Mineiro.

Contudo, entende-se que a realidade aqui apresentada extrapola os limites do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Triângulo Mineiro e considera ainda todo o processo de formação em Serviço Social e a realidade do período de transição entre Faculdade de Medicina para Universidade.

Para fins de conclusão, identifica-se que os sujeitos compreendem a categoria teórica trabalho que envolve o objeto ou matéria-prima sobre a qual incide a ação transformadora; os meios de trabalho – instrumentos, técnicas e recursos materiais e intelectuais que propiciam uma potenciação da ação humana sobre o objeto; a força de trabalho, a atividade do sujeito direcionada por uma finalidade, ou seja, o próprio trabalho.

Reconhecem a articulação entre formação e trabalho profissional em suas implicações ideológicas, institucionais e até mesmo na inter-relação com outros profissionais.

Percebem que os processos de trabalho em que o Serviço Social está inserido no modo de produção capitalista é permeado por inúmeras contradições, marcada por uma determinada historicidade, em um campo social determinado pelas relações de trabalho.

O processo histórico de vida e sociabilidade dos sujeitos que são atendidos por meio das ações dos Assistentes Sociais é permeado por diversas

culturas, formas de criatividade, transformação do meio ambiente, considerando que são apenas algumas das particularidades desses sujeitos.

Portanto, o profissional comprometido com o Código de Ética do Assistente Social (promulgado em 1993), precisa destacar em sua intervenção profissional a alienação que entrava a expressão da subjetividade, desloca o sujeito do seu contexto e do seu próprio eu, e para isso se faz necessário e fundamental, trabalhar com consciências e com os processos sociais de conscientização.

Definir o objeto de intervenção profissional, na relação antagônica capital e trabalho, significa tomar como objeto de atenção, de preocupação e de intervenção profissional a dialética, a práxis, o movimento inerente ao modo de produção e reprodução da sociedade capitalista. Significa buscar uma intervenção que supere a visão simplificada e aparente das demandas, que por vezes, fragmenta o entendimento da vida social.

Com isso, refletir sobre o trabalho profissional, portanto, exige considerar as condições e relações sociais historicamente construídas, que condiciona o trabalho do Assistente Social: os espaços socio ocupacionais, as atribuições, a relação com os usuários dos serviços prestados; os recursos materiais, humanos e financeiros acionados para a efetivação desse trabalho, e a articulação do Assistente Social com outros trabalhadores, como partícipe do trabalho coletivo.

Desta forma, a competência teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política são requisitos fundamentais que permitem ao profissional colocar-se diante das situações com as quais defrontam, vislumbrando com clareza os projetos societários, seus vínculos de classe e seu próprio processo de trabalho.

Mormente a isto, considera a relação dialética entre teoria e prática, não desvinculada da compreensão da categoria Trabalho no processo de formação profissional, com base no Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social da UFTM e no reconhecimento e apropriação da categoria trabalho no exercício profissional dos sujeitos dessa investigação.

Diante de todas as falas e respostas dos sujeitos, compreende-se que as reflexões trazidas dizem respeito ao movimento necessário de olhar como o mundo contemporâneo se comporta de acordo com o projeto econômico

capitalista e, que isto reflete diretamente nas relações sociais e de poder, seja na esfera da vida privada quando na pública

Para que o Assistente Social desenvolva reflexões no processo de trabalho é preciso compreender as forças, os instrumentos, e o próprio meio que compõem este processo, que não é exclusivo do Serviço Social, destacando assim a clareza com que os sujeitos compreenderam e relataram que não há um processo de trabalho do Serviço Social.

O processo de trabalho ao qual está inserido o assistente social não é exclusivamente da profissão, nas palavras de Iamamoto (2008, p. 61), “é preciso evitar uma superestimação artificial da profissão, pois, este é um profissional chamado desempenhar suas atribuições em um processo coletivo de trabalho”.

Diante da fala dos sujeitos também foi possível inferir que os assistentes sociais vêm desenvolvendo consideráveis posicionamentos a respeito do seu fazer profissional, sobre as políticas em que estão inseridos e sobre as bases teóricas de pensamento social – a exemplo disso tem-se sujeitos que estão inseridos no mercado de trabalho e em Programas de Pós-Graduação.

Destaca-se aqui a relação entre teoria e prática no Serviço Social a partir da sua característica complementar, onde o próprio movimento de aproximação com a realidade, propicia condições de materialização das condições que são dadas o trabalho profissional a partir do processo de formação.

É importante destacar que os sujeitos dessa pesquisa compreendem o exercício profissional do Assistente Social no modo de produção capitalista, como uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, como uma especialização do trabalho coletivo, tendo sua intervenção orientada a partir das demandas da população e suas condições de vida e, que há claramente um direcionamento do agir profissional.

Portanto, para o exercício profissional, o assistente social faz uso não somente de instrumentais e métodos objetivando aos usuários o acesso aos direitos, como é dotado também de instrumentalidade específica, considerando a reflexão e organização para esse agir profissional de forma crítica na realidade social.

Com isso, o Assistente Social manifesta a tendência de romper com o conceito do conhecimento “aparente” e a utilizar de um conhecimento que vá além de sua utilização imediata, buscando compreender o significado da prática profissional, tanto no contexto em que está inserido, como a partir da análise das estruturas das Instituições ou políticas públicas no qual está vinculado o seu fazer profissional.

Nos espaços sócio ocupacionais, com as especializações profissionais, e o trabalho na perspectiva do coletivo, demonstra a necessidade do Assistente Social se afirmar, nos mais diversos campos de trabalho, enquanto trabalhador que detém intervenções e instrumentais próprios.

Mormente a essa situação o assistente social busca, cotidianamente, sua legitimação profissional (busca da unidade na diversidade), contra a corrente imposta pelo neoliberalismo, que orienta a prática na ótica individualista, mas assumindo uma postura no coletivo, recuperando a todo momento a importância da sua intervenção na realidade existente.

Com isso, refletir sobre a formação e o trabalho profissional é refletir sobre as lutas cotidianas, as manifestações da classe trabalhadora, com criticidade, sem perder a perspectiva de superação da ordem do capital, mesmo que ela não se mostre fácil de ser alcançada.

O fato é que o Serviço Social é uma profissão na contracorrente da ordem do capital e para que este profissional consiga intervir nessa realidade ele tem que se munir de arcabouços teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, visando romper com a prática imediatista e fundamentada no “aparente”, para não cair na armadilha do retrocesso profissional com “práticas renovadas” ao lado de “velhas práticas”.

É por meio do conhecimento do processo de trabalho como um todo que é possível fazer mediações com vistas à superação e/ou minimização das desigualdades sociais através da construção e efetivação de Políticas Públicas, independentemente da área de atuação ou atribuições desses profissionais.

Espera-se que, com a realização desta pesquisa e a partir dos resultados apresentados, sobre a materialização da categoria trabalho, contribuir com o processo de formação em Serviço Social na UFTM.

E ainda possibilite e fomenta o debate na comunidade acadêmica, com

os egressos e demais profissionais sobre a formação profissional e a construção do conhecimento a partir da dialética da formação e trabalho profissional em Serviço Social.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO

SOCIAL (ABEPSS). Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social - Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro Novembro de 1996. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/briefing/documentos/Lei_de_Diretrizes_Curriculares_1996.pdf> Acesso em 20 fev. 2019.

_____. **Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)**. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/briefing/documentos/Lei_de_Diretrizes_Curriculares_1996.pdf> Acesso em 21 fev. 2019.

_____; CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). As entidades do Serviço Social brasileiro na defesa da formação profissional e do projeto ético-político. **Revista Serviço Social e Sociedade nº 108**, p.785-802, out/dez. Seção Polêmicas e Debates. São Paulo: Cortez, 2011.

_____; CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E **PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (CEDEPSS)**. Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional - Novos subsídios para o debate. Rio de Janeiro: ABESS/CEDEPSS, 1997.

ABRAMIDES, M. B. C; CABRAL, M. do S. R. **O novo sindicalismo e o Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

ANTUNES, R. **Dimensões da crise e metamorfoses do mundo do trabalho**. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 50, abr. 1996.

_____. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo, Cortez. 2000.

_____. **Os Sentidos do Trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social**: Fundamentos ontológicos. São Paulo: Cortez, 2005.

_____.; TERRA, S. H. **Código de Ética do/a assistente social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Universidade Federal do Triângulo Mineiro. **Resolução nº 1, de 16 de abril de 2013.** Aprova as normas que regulamentam o relacionamento entre a Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) e Fundação de Ensino e Pesquisa de Uberaba (Funepu). Disponível em: <
<http://www.funepu.com.br/docs/funepu/legislacao/resolucao-n-1-de-16-de-abril-de-2013-do-conselho-universitario-da-uftm.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

CARVALHO, A. M. P. et al. **O projeto da formação profissional do Assistente Social na conjuntura brasileira.** Cadernos ABESS. São Paulo, n. 1, p.17 - 61,1993.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Código de Ética do Assistente Social. Brasília: CFESS, 1993.

_____. Legislação e Resoluções sobre o Trabalho do/a Assistente Social. **Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/03).** Brasília: CFESS, 2011. Disponível em: www.cfess.org.br. Acesso em 18 fev. 2019.

_____. Legislação e Resoluções sobre o Trabalho do/a Assistente Social. **Código de Ética do/a Assistente Social.** Brasília: CFESS, 2011. Disponível em: <www.cfess.org.br>. Acesso em 18 fev. 2019.

_____. **Atribuições Privativas do/a Assistente Social:** em questão. Brasília: 2012.

COHN, G. **Crítica e resignação: Max Weber e a teoria social.** 2º Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

DRAIBE, S. **O Welfare State no Brasil, características e perspectivas.** In: REVISTA DA ANPOCS, n 12, 1988.

ENGELS, F. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Textos**, Volume 1. São Paulo: Edições Sociais, 2013. (p. 61-74).

FALEIROS, V. P. **Metodologia e Ideologia do Trabalho Social.** São Paulo: Cortez, 2014.

_____. **Saber profissional e poder institucional.** 6 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Estratégias em Serviço Social.** 5 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE GRADUAÇÃO- FORGRAD. **O Currículo como expressão do Projeto Pedagógico:** um processo flexível. Niterói, 2000.

GRANEMANN, S. **Processos de trabalho e serviço social I.** In: Curso de

capacitação em serviço social e política social. Brasília: CEAD; UnB, 1999

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GRAMSCI, A. **Introdução à filosofia da práxis**. Lisboa: Antídoto, 1978.

GUERRA, Y. **A Instrumentalidade do Serviço Social**. 10º Ed. São Paulo, Cortez, 2011.

HELLER, A.; FEHÉR, F. **A condição política pós-moderna**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social**. 6. ed.- São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional**. 22. ed. - São Paulo: Cortez, 2012.

_____; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 34. ed. – São Paulo: Cortez, 2014.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 3. ed. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

LACERDA, L. E. P. de. Exercício profissional do assistente social: da imediatividade às possibilidades históricas. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 117, p. 22-44, jan./ mar. 2014.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 4ª ed., São Paulo, Atlas, 2001.

LESSA, S.; TONET, I. **Introdução à filosofia de Marx**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LEWGOY, A. M. B. **Supervisão de estágio em serviço social: desafios para a formação e exercício profissional**. São Paulo: Cortez, 2009.

LOMBARDO, I. A; RANALI, J. **Projeto Pedagógico**. (Manual de Orientações). ABENO, Uberlândia-MG: julho de 1999.

LUCKÁS, G. **História e consciência de classe**. São Paulo, Martins Fontes, 2003.

_____. **A Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: Ciências Humanas, 2013..

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social: Identidade e alienação**. São Paulo: Cortez, 2003.

MARX, K. **O capital**. Vol. I. São Paulo: Difel, 1982.

_____. **Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844**. São Paulo: Abril Cultural, 2004.

_____. **O Capital**: Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Para a crítica da economia política do capital**: o rendimento e suas fontes. São Paulo: Nova Cultural, 2010. (Col. Os Pensadores).

_____.; ENGELS, F. **A ideologia alemã: crítica da filosofia alemã mais recente na pessoa dos seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão na dos seus diferentes profetas**. Tradução de Conceição Jardim e Eduardo Lúcio Nogueira. 3 ed.v. 1. Brasil: Martins Fontes, 1974.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. 1930; tradução de Isa Tavares – SP. Boitempo, 2005.

_____. **A teoria da alienação em Marx**. 1930; tradução Isa Tavares – SP: Boitempo, 2006.

_____. **Filosofia, ideologia e ciência social**. São Paulo, Boitempo. 2008.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 4. ed. São Paulo, 1996.

_____. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 16. ed. Petrópolis: Vozes; 2004.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. Secretaria de Educação Superior. Coordenação das Comissões de Especialistas de Ensino Superior. Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social. **Diretrizes Curriculares: curso: Serviço Social**. Brasília, DF, 1999. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/js/library/pdfs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/legislacao_o_dir etrizes.pdf>. Acesso em: 20 fev de 2019.

MONTAÑO, C. **A natureza do serviço social**: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade”, e sua reprodução. São Paulo: Cortez, 2009

MOURÃO, A. M. A. A. **particularidade das práticas políticas dos conselhos profissionais de Serviço Social nos anos 90**. Dissertação [Mestrado em Serviço Social] - UFRJ/ESS, Rio de Janeiro, p. 39 - 76, 2002.

NETTO, J. P. **Capitalismo e reificação**. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas. 1981.

_____. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea**. In: Capacitação em Serviço Social e política social: módulo 1. Brasília: CEAD, 1999.

_____. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 9º ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 7ª ed. São Paulo, Cortez, 2009.

_____; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. V. 1. Coleção Biblioteca Básica de Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2006.

PINTO, R. M. F. **Política educacional e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1986.

YAZBEK, M. C. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. In: CFESS/ABEPSS (Orgs.). **Direitos sociais e competências profissionais**, Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. .

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social da Universidade Federal Do Triângulo Mineiro (PPPCSS UFTM)**. Ano 2010/2. Acervo da pesquisadora.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social da Universidade Federal Do Triângulo Mineiro (PPPCSS UFTM)**. Ano 2014. Disponível em: <<http://www.uftm.edu.br/servico-social/projeto-pedagogico>>. Acesso em 20 mar. 2019.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, M. O. S. e. **Formação profissional do Assistente Social**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **O Serviço Social e o Popular**: resgate teórico- metodológico do projeto profissional de ruptura. 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TONET, I. **Fundamentos filosóficos para nova proposta curricular do serviço social**. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 15, p.21-29,1984.

TRINDADE, R. L. P. **Desvendando as determinações sócio históricas do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre demandas sociais e projeto profissional**. Revista Temporalis. Rio de

Janeiro, n. 4, p.21-42, 2001.

VIEIRA, B. O. **História do Serviço Social**: Contribuição para a construção de sua teoria. 4º Edição-Rio de Janeiro: Agir, 1985.

VINUTO, J. A. **Amostragem em bola de neve a pesquisa qualitativa**: Um debate em aberto. *Temáticas*, v.22, p. 203-220, 2014

APÊNDICES

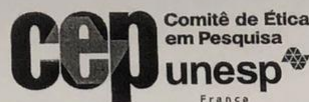
APÊNDICE A - Roteiro de Entrevista

Nome: E-mail:

Número do sujeito: Nº da Turma:

- 1. Qual o nome do cargo que você se encontra?**
- 2. Quais as atribuições que você exerce?**
- 3. Como é o seu cotidiano profissional?**
- 4. Você identificou a categoria teórica trabalho no seu processo de formação profissional?**
- 5. Para você, quais as contribuições da categoria teórica Trabalho no processo de formação profissional?**
- 6. Você identifica no exercício profissional o processo de trabalho que se realiza?**

APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE)



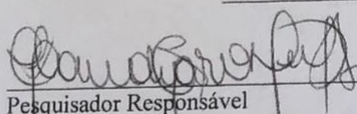
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

NOME DO PARTICIPANTE: _____
 DATA DE NASCIMENTO: ____/____/____. IDADE: ____
 DOCUMENTO DE IDENTIDADE: TIPO: ____ Nº ____ SEXO: M () F ()
 ENDEREÇO: _____
 BAIRRO: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____
 CEP: _____ FONE: _____

Eu, _____, declaro para os devidos fins que fui convidado (a) e informado (a) verbalmente e por escrito acerca da pesquisa intitulada "A CATEGORIA TRABALHO: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO" sob a responsabilidade das pesquisadoras Claudia Caroline Delefrate Pereira, discente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP/Campus Franca, e Prof.ª Dr.ª Maria José de Oliveira Lima, orientadora da pesquisa, docente do curso de graduação e pós-graduação em Serviço Social da UNESP/Campus Franca. Estou ciente de que este material será utilizado para a elaboração e apresentação de Dissertação de Mestrado em Serviço Social, observando os princípios éticos da pesquisa científica e respeitando-se a confidencialidade das informações e anonimato dos sujeitos. O presente projeto de pesquisa tem como objetivo geral, analisar a contribuição da categoria trabalho no processo de formação dos egressos do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Fui esclarecido acerca dos propósitos da pesquisa, dos procedimentos metodológicos que serão utilizados, além de ter o meu direito assegurado de interromper a minha participação no momento que achar necessário.

Franca, _____ de _____ de _____.

Assinatura do participante

 (assinatura)

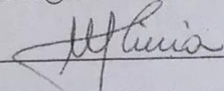
Pesquisador Responsável

Nome: Claudia Caroline Delefrate Pereira- Orientanda - UNESP

Endereço: Rua Inácia Garcia Pereira, n 550, Jardim Guanabara I, Ituverava-SP

Tel: 16. 9. 8162-4082

E-mail: cdelefrate@hotmail.com

 (assinatura)

Orientador

Prof.ª Dr.ª Maria José de Oliveira Orientadora – UNESP

Endereço: Endereço: Av. Major Nicácio, 2527 ap. 52, Santa Cruz, Franca/SP.

Tel: 16. 9 8111-3321

E-mail: mj.oliveiralima@yahoo.com.br.

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
 Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Unesp - Campus de Franca
 Av. Eufrásia Monteiro Petraglia, 900 - Jd. Dr. Antônio Petraglia - CP 211. CEP: 14409-160 - FRANCA - SP
 Telefone: (16) 3706-8723 - Fax: (16) 3706-8724 - E-mail: comiteetica@franca.unesp.br

ANEXOS

**ANEXO A- Matriz Curricular do Curso de Serviço Social da
Universidade Federal do Triângulo Mineiro (PPPCSS UFTM) - Vigência
2015**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO

**MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL –
BACHARELADO**

Vigência a partir de 2015/1º semestre

1º SEMESTRE							
Componente Curricular	Horas-Aula					Créditos	Pré-Requisito
	Teórica	Prática	AD	APC	Total		
Ciência Política	30	0	-	-	30	2	--
Leitura e Produção de Textos	60	0	-	-	60	4	--
Metodologia Científica	30	0		-	30	2	--
Antropologia	30	0	-	-	30	2	--
Introdução ao Serviço Social	60	30	-	-	90	6	--
Sociologia	30	0	-	-	30	2	--
Filosofia	30	0	-	-	30	2	--
Leitura Crítica da Mídia	24	0	6	-	30	2	--
Subtotal	294	30	06	-	330	22	--

2º SEMESTRE							
Componente Curricular	Horas-Aula					Créditos	Pré-requisito
	Teórica	Prática	AD	APC	Total		
Formação Sócio-Histórica do Brasil	30	0	0	0	30	2	
Questão Social no Brasil	60	30	0	0	90	6	
Economia Política	60	0	0	0	60	4	
Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social I	60	0	0	0	60	4	
Classes e Movimentos Sociais	60	0	0	0	60	4	
Subtotal	270	30	-	-	300	20	

3º SEMESTRE						
Componente Curricular	Horas-Aula				Créditos	Pré-Requisito
	Teórica	Prática	AD	Total		
Política Social e Serviço Social I	90	0	0	90	6	
Psicologia	60	0	0	60	4	
Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos	90	0	0	90	6	Fundamentos Históricos e



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO

do Serviço Social II			0			Teórico-Metodológicos do Serviço Social I
Ética e Serviço Social I	60	0	0	60	4	
Subtotal	300	-	-	300	20	

4 ° SEMESTRE						
Componente Curricular	Horas-Aula				Créditos	Pré-Requisito
	Teórica	Prática	AD	Total		
Pesquisa Social	60	30	0	90	6	
Movimentos Sociais e Realidade Regional e Local	30	30	0	60	4	
Política Social e Serviço Social II	90	-	0	90	6	Política Social e Serviço Social I
Ética e Serviço Social II	60	30	0	90	6	Ética e Serviço Social I
Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social III	60	0	0	60	4	Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social II
Subtotal	300	90	-	390	26	

5 ° SEMESTRE						
Componente Curricular	Horas-Aula				Créditos	Pré-Requisito
	Teórica	Prática	AD	Total		
Pesquisa e Produção de Conhecimentos em Serviço Social I	60	30	0	90	6	
Serviço Social e Processo de Trabalho I	60	0	0	60	4	
Política Social e Serviço Social III	60	30	0	90	6	Política Social e Serviço Social II
Legislação Social Aplicada ao Serviço Social I	30	30	0	60	4	
Supervisão Acadêmica de Estágio Curricular I	30	0		30	2	Ética e Serviço Social II e Fundamentos



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO

			0			Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social II Correquisito: Estágio Supervisionado em Serviço Social I
Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social IV	60	30	0	90	6	Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social III
Estágio Supervisionado em Serviço Social I	-	180	0	180	12	Questão Social no Brasil, Ética e Serviço Social II e Fundamentos históricos Teórico-Metodológicos do Serviço Social II
Subtotal	300	300	-	600	40	

6 ° PERÍODO						
Componente Curricular	Horas-Aula				Créditos	Pré-Requisito
	Teórica	Prática	AD	Total		
Legislação Social Aplicada ao Serviço Social II	90	30	0	120	8	Legislação Social Aplicada ao Serviço Social I
Serviço Social e Processo de Trabalho II	60	-	0	60	4	Serviço Social e Processo de Trabalho I
Pesquisa e Produção de Conhecimentos em Serviço Social II	60	30	0	90	6	Pesquisa e Produção de Conhecimentos em Serviço Social I
Supervisão Acadêmica de	30		0	30	2	Supervisão



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO

Estágio Curricular II						Acadêmica de Estágio Curricular I Correquisito: Estágio Supervisionado em Serviço Social II
Estágio Supervisionado em Serviço Social II		180	0	180	12	Estágio Supervisionado em Serviço Social I
Planejamento e Gestão de Políticas Sociais I	60	-	0	60	4	Política Social e Serviço Social I
Subtotal	300	240	-	540	36	

7 ° SEMESTRE						
Componente Curricular	Horas-Aula				Créditos	Pré-Requisito
	Teórica	Prática	AD	Total		
Trabalho de Conclusão de Curso I	60	120	0	180	12	Pesquisa e Produção de Conhecimentos em Serviço Social II
Planejamento e Gestão de Políticas Sociais II	60	30	0	90	6	Planejamento e Gestão de Políticas Sociais I
Supervisão Acadêmica de Estágio Curricular III	60	-	0	60	4	Supervisão Acadêmica de Estágio Curricular II Correquisito: Estágio Supervisionado em Serviço Social III
Seminários Temáticos I	60	-	0	60	4	
Estágio Supervisionado em Serviço Social III	0	180	0	180	12	Estágio Supervisionado em Serviço Social II
Subtotal	240	330	-	570	38	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO

8 ° SEMESTRE						
Componente Curricular	Horas-Aula				Créditos	Pré-Requisito
	Teórica	Prática	AD	Total		
Trabalho de Conclusão de Curso II	90	120	0	210	14	
Processo de Supervisão em Serviço Social	60	0	0	60	4	
Seminários Temáticos II	60	0	0	60	4	
Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	30	0	0	30	2	
Subtotal	240	120	-	360	24	

COMPONENTES CURRICULARES ELETIVOS							
Componente curricular	Horas-Aula					Créditos	Pré-requisitos
	Teórica	Prática	AD	APC	Total		
Pensamento sociológico e as interfaces com o serviço social	60	0	0	0	60	04	-
Pobreza e cidadania	30	0	0	0	30	02	-
Poder local: notas introdutórias	60	0	0	0	60	04	-
Saúde e serviço social	60	0	0	0	60	04	-
Meio ambiente e serviço social	30	0	0	0	30	02	-
Envelhecimento na contemporaneidade	30	0	0	0	30	02	-
Trabalho grupal e questão social	30	0	0	0	30	02	-
Democracia e participação social	60	0	0	0	60	04	-
Trabalho e identidade profissional	30	0	0	0	30	02	-
A dimensão socio-educativa do serviço social	60	0	0	0	60	04	-
Serviço social e relação de gênero	60	0	0	0	60	04	-
Família e serviço social	60	0	0	0	60	04	-
Produção de conhecimento em serviço social e a	60	0	0	0	60	04	-



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO

sistematização da prática							
Legislações específicas da educação especial	30	0	0	0	30	02	-
Teoria social crítica e serviço social	60	0	0	0	60	04	
A política de assistência social e o trabalho do assistente social	60	0	0	0	60	04	
Tecnologias de informação e comunicação e o serviço social	28	20	12	0	60	04	

SÍNTESE DA MATRIZ CURRICULAR					
Componentes Curriculares	Horas-Aula				Créditos
	Teórica/ Prática	AD	APC	Total	
Componentes Curriculares Gerais	2.334	06	-	2.340	156
Componentes Curriculares Eletivos	150	-	-	150	10
Estágio Curricular Supervisionado	660	-	-	660	44
Trabalho de Conclusão de Curso	390	-	-	390	26
Atividades Acadêmico-Científico-Culturais	210	-	-	210	14
TOTAL	3.744	06	-	3.750	250
Carga Horária Total do Curso em horas: 3.125h					
Tempo de integralização curricular (semestre/anos)	Mínimo		Máximo		
	08 semestres/4 anos		12 semestres/6 anos		
ATO DE CRIAÇÃO/AUTORIZAÇÃO/RECONHECIMENTO DO CURSO					
Autorização: Resolução nº. 04 da Congregação da UFTM de 25.10.2007.					
Reconhecimento: Portaria DIREG-MEC n. 408 de 30.08.2013					

Observações:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO

1. De acordo com a Resolução nº 001, de 09/02/2010, da Congregação da UFTM, a duração dos cursos será fixada em horas-aula (h/a). Cada h/a terá a duração de 50 minutos. O crédito acadêmico corresponde a 15 (quinze) horas/aula.
2. Em 2016.2 foram incluídos correquisitos entre Estágio Supervisionado em Serviço Social do I ao III e Supervisão Acadêmica de Estágio Curricular do I ao III.

ANEXO B - Comprovante de Envio de Projeto

UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS/CAMP. DE FRANCA

**COMPROVANTE DE ENVIO DO PROJETO****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: A CATEGORIA TRABALHO: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO

Pesquisador: CLAUDIA CAROLINE DELEFRATE PEREIRA

Versão: 1

CAAE: 97736818.5.0000.5408

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO

DADOS DO COMPROVANTE

Número do Comprovante: 104473/2018

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

Informamos que o projeto A CATEGORIA TRABALHO: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO que tem como pesquisador responsável CLAUDIA CAROLINE DELEFRATE PEREIRA, foi recebido para análise ética no CEP UNESP - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/Camp. de Franca em 05/09/2018 às 17:13.

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900

Bairro: Jd. Antonio Petraglia

CEP: 14.409-160

UF: SP

Município: FRANCA

Telefone: (16)3706-8723

Fax: (16)3706-8724

E-mail: comiteetica@franca.unesp.br

ANEXO C - Parecer Consubstanciado do CEP

UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS/CAMP. DE FRANCA

**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: A CATEGORIA TRABALHO: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO

Pesquisador: CLAUDIA CAROLINE DELEFRATE PEREIRA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 97736818.5.0000.5408

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.034.683

Apresentação do Projeto:

O presente projeto encontra-se dentro das normas do sistema CEP/CONEP.

Objetivo da Pesquisa:

São exequíveis.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Foram apresentados.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Não há.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Não há.

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há.

Considerações Finais a critério do CEP:

A coordenadora aprova "ad referendum" do colegiado o parecer do relator.

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900

Bairro: Jd. Antonio Petraglia

CEP: 14.409-160

UF: SP

Município: FRANCA

Telefone: (16)3706-8723

Fax: (16)3706-8724

E-mail: comiteetica@franca.unesp.br

**UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS/CAMP. DE FRANCA**



Continuação do Parecer: 3.034.683

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1163065.pdf	11/10/2018 18:24:24		Aceito
Recurso Anexado pelo Pesquisador	QUESTIONARIOPILOTOVERSAOCEP.pdf	04/09/2018 07:35:19	CLAUDIA CAROLINE	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETOCEPCLAUDIA.pdf	06/08/2018 15:40:57	CLAUDIA CAROLINE DELEFRATE	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLECLAUDIA.pdf	06/08/2018 15:28:32	CLAUDIA CAROLINE DELEFRATE PEREIRA	Aceito
Folha de Rosto	FRCLAUDIA.pdf	06/08/2018 15:28:20	CLAUDIA CAROLINE	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

FRANCA, 23 de Novembro de 2018

Assinado por:

**Helen Barbosa Raiz Engler
(Coordenador(a))**

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900

Bairro: Jd. Antonio Petraglia

CEP: 14.409-160

UF: SP

Município: FRANCA

Telefone: (16)3706-8723

Fax: (16)3706-8724

E-mail: comiteetica@franca.unesp.br